

ETAPA 2: LEVANTAMENTO DE DADOS E LEITURA TÉCNICA

Elaboração do Plano Diretor Municipal de Urupês

VERSÃO 01

OUTUBRO 2025

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	10
2.	INSERÇÃO REGIONAL	11
2.1.	Referências bibliográficas	17
3.	MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	18
3.1.	Declividade.....	18
3.2.	Recursos hídricos	20
3.2.1.	Recursos Hídricos Superficiais.....	20
3.2.2.	Recursos Hídricos Subterrâneos	27
3.2.3.	Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U).....	29
3.3.	Patrimônio ambiental	33
3.4.	Áreas com restrição a ocupação urbana	39
3.4.1.	Análise das áreas de risco	39
3.4.2.	Restrições à ocupação.....	41
3.4.3.	Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR	44
3.5.	Saneamento ambiental.....	47
3.5.1.	Sistema de abastecimento de água	47
3.5.2.	Sistema de esgotamento sanitário.....	54
3.5.3.	Manejo de resíduos sólidos	61
3.5.4.	Manejo das águas pluviais	66
3.6.	Considerações finais	70
3.7.	Referências bibliográficas	71
4.	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	75
4.1.	Perfil demográfico	76
4.1.1.	Grau de Urbanização.....	77
4.1.2.	Índice de envelhecimento.....	81
4.1.3.	Taxa de Natalidade.....	82

4.1.4.	Fluxo Migratório.....	83
4.1.5.	Condição dos Domicílios	84
4.2.	Indicadores de condições sociais	87
4.2.1.	O Programa Bolsa Família	88
4.3.	Indicadores de serviços públicos	91
4.3.1.	Educação	91
4.3.2.	Saúde.....	95
4.4.	Caracterização econômica.....	97
4.4.1.	Produto Interno Bruto e Valor Agregado.....	97
4.4.2.	Empregos Formais e Renda.....	99
4.5.	Capacidade de investimento do município	103
4.6.	Considerações finais	106
4.7.	Referências bibliográficas.....	107
5.	ASPECTOS TERRITORIAIS	109
5.1.	Evolução da ocupação	109
5.2.	Distribuição espacial da população	113
5.3.	Perfil do uso e da ocupação do solo no município	117
5.4.	Caracterização do sistema de mobilidade	125
5.4.1.	Caracterização do sistema viário principal	126
5.4.2.	Frota e motorização	128
5.4.3.	Transporte público	129
5.4.4.	Transporte ativo.....	133
5.5.	Política habitacional.....	134
5.6.	Identificação do patrimônio de interesse histórico e cultural.....	136
5.7.	Distribuição dos equipamentos comunitários.....	136
5.8.	Considerações finais	138
5.9.	Referências bibliográficas.....	139
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 2-1: Localização de Urupês em relação à RMSJRP	11
Figura 2-2: Sistema de Transporte na RMSJRP, com destaque para Urupês.....	14
Figura 2-3: Macrozoneamento Regional Final, com destaque para Urupês.....	15
Figura 2-4: UGRHIs do Estado de São Paulo na RMSJRP, com destaque para Urupês	16
Figura 3.1-1: Declividade para o município de Urupês	19
Figura 3.2.1-1: Localização de Urupês no contexto das UGRHIs e das RHs	21
Figura 3.2.1-2: Sub-bacias da UGRHI 16 - Tietê Batalha	22
Figura 3.2.1-3: Sub-bacias e Hidrografia em Urupês	23
Figura 3.2.1-4: Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Urupês	25
Figura 3.2.1-5: Uso das Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Urupês nas proximidades da área urbana	26
Figura 3.2.1-6: Exemplos de interferências da ocupação urbana no Córrego Guaripu e sua APP	26
Figura 3.2.2-1: Unidade Aquífera Bauru, áreas de vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição em Urupês	28
Figura 3.2.3-1: Classes de cada indicador e combinações que geram os subíndices e o ISH-U..	30
Figura 3.2.3-2: Indicadores desagregados para o município de Urupês.....	33
Figura 3.3-1: Cobertura vegetal original remanescente em Urupês.....	34
Figura 3.3-2: Cobertura vegetal original remanescente em Urupês.....	35
Figura 3.3-3: Comparativo da cobertura do solo em Urupês em 1985 e em 2024.....	36
Figura 3.3-4: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023	37
Figura 3.3-5: Histórico de cobertura do solo de 1985 a 2024 para as proximidades do perímetro urbano	38
Figura 3.4.1. 1-1: Suscetibilidade a inundações no município de Urupês	41
Figura 3.4.2-1: Principais restrições a ocupação urbana nas proximidades do perímetro urbano	42
Figura 3.5.1-1: Informações sobre poços de captação em Urupês.....	48

Figura 3.5.1-2: Atendimento da população total com rede de abastecimento de água	49
Figura 3.5.1-3: Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água	50
Figura 3.5.1-4: Evolução da quantidade de ligações ativas de água, AG002 (SNIS) e GTA0003 (SINISA).....	50
Figura 3.5.1-5: Extensão da rede de água (km), AG005 (SNIS) e GTA1102 (SINISA).....	51
Figura 3.5.1-6: Evolução de perdas na distribuição de água.....	52
Figura 3.5.1-7: Comparativo dos valores de perdas de água na distribuição (indicador IAG2013 – SINISA) no ano de 2023	52
Figura 3.5.1-8: Consumo médio per capita de água nos últimos anos	53
Figura 3.5.1-9: Comparativo do consumo total médio per capita de água no município em 2023 com as médias brasileira, regional e estadual	53
Figura 3.5.2-1: Atendimento da população total com esgotamento sanitário nos últimos anos	55
Figura 3.5.2-2: Atendimento da população urbana com esgotamento sanitário nos últimos anos	56
Figura 3.5.2-3: Progressão da quantidade de ligações ativas de esgoto	57
Figura 3.5.2-4: Evolução da extensão da rede coletora de esgoto	57
Figura 3.5.2-5: Série histórica para a fração de esgoto coletado comparada à água consumida	58
Figura 3.5.2-6: Série histórica para a fração de esgoto tratado referido ao esgoto coletado	59
Figura 3.5.2-6: Série histórica para a fração de esgoto tratado referido a água consumida.....	60
Figura 3.5.2-7: Comparativo para a fração de esgoto tratado referido a água consumida com as médias do Brasil, do estado de São Paulo e da região sudeste para o ano de 2023	60
Figura 3.5.3-1: Cobertura do serviço de coleta em relação à população urbana nos últimos dez anos disponíveis	63
Figura 3.5.3-2: Cobertura do serviço de coleta em relação à população total nos últimos dez anos disponíveis	63
Figura 3.5.3-3: Localização da estação de transbordo na rodovia Azevedo Rangel	64
Figura 3.5.3-4: Localização do Aterro Municipal desativado	65
Figura 3.5.4.2-1: Série histórica para a parcela de vias públicas pavimentadas na área urbana	67

Figura 3.5.4.2-2: Série histórica para a parcela de vias públicas com redes de águas pluviais subterrâneas na área urbana	68
Figura 4.1.1-1: Grau de urbanização do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022.....	78
Figura 4.1.1-2: Projeção do Grau de urbanização do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050	79
Figura 4.1.2-1: Índice de envelhecimento da população do município de Urupês, entre 2001 e 2023 (a cada dois anos).....	82
Figura 4.1.3-1: Taxa de Natalidade do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2024 (a cada cinco anos)	83
Figura 4.3.1-1: Evolução do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023.....	94
Figura 4.3.1-2: Evolução do IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023.....	95
Figura 4.3.2-1: Taxa de mortalidade infantil do município de Urupês e da RMSJRP, entre 2003 e 2023 (a cada dois anos).....	96
Figura 4.4-1: Participação dos setores no valor adicionado de Urupês, RMSJRP e ESP, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)	98
Tabela 5.1-1: Evolução da população segundo os últimos censos realizados pelo IBGE.....	109
Figura 5.1-1: Evolução da mancha urbana em Urupês entre 1995-2024	111
Figura 5.1-2: Evolução da mancha urbana na Sede de Urupês 1995-2024	112
Figura 5.1-3: Evolução da mancha urbana no distrito de São João de Itaguaçu 1995-2024	113
Figura 5.2-1: Densidade demográfica em Urupês – 2010 e 2022	114
Figura 5.2-2: Densidade demográfica na Sede urbana de Urupês – 2010 e 2022	115
Figura 5.2-3: Ocupação de APP na Sede urbana	117
Figura 5.3-1: Distribuição de estabelecimentos religiosos e de outros fins na área rural.....	118
Figura 5.3-2: Distribuição de usos na Sede urbana	118
Figura 5.3-3: Distribuição de usos no distrito de São João de Itaguaçu.....	119
Figura 5.3-4: Padrão de ocupação em novos loteamentos – Jardim São Paulo (oeste), Vila Toscana (leste) e Residencial Urupês III (sul)	122

Figura 5.3-5: Usos do solo levantados pelo Mapbiomas 2024	123
Figura 5.4-1: Rodovias em Urupês	126
Figura 5.4-2: Principais vias na Sede urbana de Urupês	127
Figura 5.4.2-1: Evolução da frota de veículos 2008-2024	129
Figura 5.4.3-1: Frequência semanal de saída de transporte coletivo entre cidades - RMSJRP	130
Figura 5.4.3-2: Exemplaes da frota do Expresso Urupês e pontos de parada no município ...	131
Figura 5.4.3-3: Linhas, pontos e abrangência do transporte intramunicipal em Urupês	132
Figura 5.4.3-4: Demanda x abrangência do transporte coletivo intermunicipal	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1-1: Distribuição das classes de declividades no território de Urupês	19
Quadro 3.2.3-1: Classes do ISH-U.....	32
Quadro 3.4.3-1: Classificação de Urupês quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice do ICAR, em 2022	45
Quadro 3.5.4.2-1: Pontos críticos de drenagem apontados em Urupês (2017)	68
Quadro 5.3-1: Parâmetros urbanísticos – Leis nº 2.191/2013 e 2.843/2025	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.3-1: Distribuição das áreas de cobertura vegetal nativa por fitofisionomias	34
Tabela 4.1-1: População do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022.....	76
Tabela 4.1-2: Projeção populacional o do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050	77
Tabela 4.1.1-1: População urbana e rural no município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022	80
Tabela 4.1.1-2: Projeção da população urbana e rural do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050.....	81

Quadro 4.1.4-1: Local de nascimento da população do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022	84
Tabela 4.1.5-1: Domicílios por condição do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022.....	85
Tabela 4.1.5-2: Domicílios particulares por condição do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022	86
Tabela 4.1.5-3: Domicílios considerando condição urbana ou rural do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022.....	87
Tabela 4.2-1: IPDM do município de Urupês e Estado de São Paulo considerando as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, entre 2014 e 2022 (a cada dois anos)	88
Tabela 4.2.1-1: Número de pessoas inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do município de Urupês, de janeiro de 2018 a maio de 2025.....	89
Tabela 4.2.1-2: Número de famílias inscritas beneficiárias do PBF e inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita de até R\$ 218,00 do município de Urupês, entre janeiro de 2018 e maio de 2025.....	90
Tabela 4.2.1-3: IVCAD do município de Urupês e Estado de São Paulo considerando suas dimensões (setembro de 2025)	91
Tabela 4.3.1-1: Número de matrículas em diferentes etapas de ensino do município de Urupês, entre 2019 e 2024	92
Tabela 4.3.1-2: Número de docentes em diferentes etapas de ensino do município de Urupês, entre 2019 e 2024	93
Tabela 4.3.2-1: Número de médicos e proporção por mil habitantes do município de Urupês, entre 2020 e 2025	97
Tabela 4.4.1-1: PIB do município de Urupês, RMSJRP e ESP em R\$ 1.000, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos).....	97
Tabela 4.4.1-2: PIB per capita de Urupês, RMSJRP e ESP em R\$ 1,00, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)	99
Tabela 4.4.2-1: Empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024.....	101
Tabela 4.4.2-2: Rendimento Médio dos Empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024	102

Tabela 4.4.2-3: Relação de admissões e desligamentos de empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP, entre 2020 e 2025	103
Tabela 4.5-1: Receita Orçamentária e Transferências Correntes do município de Urupês, entre 2021 e 2024.....	104
Tabela 4.5-2: Receita Orçamentária e Receita Tributária do município de Urupês, entre 2021 e 2024.....	104
Tabela 4.5-3: Participação das despesas correntes e despesas de capital em relação à despesa orçamentária do município de Urupês, entre 2021 e 2024.....	105
Tabela 4.5-4: Receitas, Despesas e superávit do município de Urupês, entre 2021 e 2024	105
Tabela 5.4.2-1: Frota de veículos em Urupês.....	128
Tabela 5.5-1: Conjuntos habitacionais em Urupês	135

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a Leitura Técnica do município de Urupês, retratando a situação atual do município a partir da análise dos dados e informações municipais disponibilizadas pela prefeitura e coletadas junto às fontes secundárias, sendo parte integrante da Etapa 2 do Projeto de Elaboração do Plano Diretor Municipal.

Com o objetivo de compreender os aspectos que condicionam, interferem e definem as principais questões territoriais da localidade, as informações foram sistematizadas e desenvolvidas em torno de quatro eixos temáticos, a saber:

- Inserção Regional, a partir da análise da inserção do município na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, com a identificação dos principais aspectos regionais que influenciam e impactam na produção do espaço urbano e rural do município, com base no que estabelece o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).
- Meio Ambiente e Saneamento, através da análise dos dados referentes à (i) declividade, (ii) recursos hídricos, (iii) patrimônio ambiental, (iv) áreas com restrição ao uso e ocupação antrópicos e (v) saneamento ambiental.
- Aspectos socioeconômicos, com base nos dados referentes à (i) perfil demográfico, (ii) indicadores de condições sociais, (iii) indicadores de serviços municipais, (iv) caracterização econômica e (v) capacidade de investimento do município.
- Aspectos territoriais, através de análises que permitem avaliar a ocupação urbana municipal atual, a partir das temáticas de (i) evolução da ocupação, (ii) distribuição espacial da população, (iii) distribuição espacial dos usos consolidados, (iv) perfil da ocupação urbana e rural, (v) caracterização do sistema de mobilidade, (vi) caracterização habitacional, (vii) caracterização do patrimônio de interesse histórico e cultural.

A análise constante neste documento está amparada em:

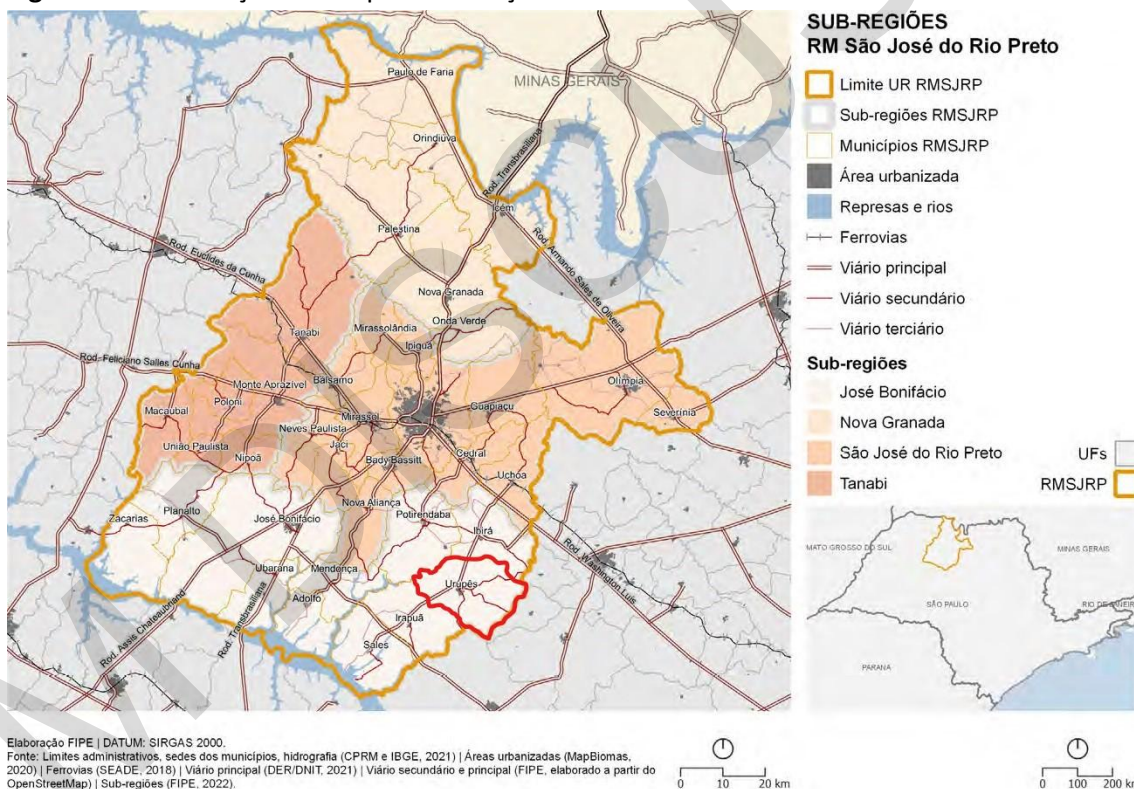
- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos.

2. INSERÇÃO REGIONAL

Localizado no noroeste do Estado de São Paulo e distante 420 km da Capital, o município de Urupês tem área de 323,916 km² e população de 14.073 habitantes (IBGE, 2025), limitando-se ao norte pelo Município de Ibirá; a nordeste por Elisiário; a leste por Marapoama; ao sul por Novo Horizonte; a oeste por Irapuã; e a noroeste por Potirendaba. O Município é constituído pela Sede e pelo distrito de São João de Itaguaçu.

Em conjunto a outros 36 municípios, Urupês integra a Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP) desde que foi instituída, pela Lei Complementar nº 1.359, de 24 de agosto de 2021. A RMSJRP é dividida em quatro sub-regiões, sendo Urupês integrante da Sub-região de José Bonifácio, assim como os municípios de Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Sales, Ubarana e Zacarias, como indicado na **Figura 2-1**.

Figura 2-1: Localização de Urupês em relação à RMSJRP



Fonte: PDUI RMSJRP – P5, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A RMSJRP tem em São José do Rio Preto seu principal núcleo urbano, que articula importantes eixos viários de influência regional e nacional. O impulso para o desenvolvimento da região foi a implantação da Estrada de Ferro Araraquarense, no início do século XX, que estimulou a

agricultura e transformou Rio Preto em um entreposto para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste do país, o que propiciou o desenvolvimento do comércio local¹.

O uso do solo da região é predominantemente destinado à atividade rural, com alta ocorrência de áreas cultivadas e pastagens e com baixa ocorrência de fragmentos de vegetação. Atualmente, a economia da RMSJRP é baseada principalmente na agropecuária, com produção expressiva de cana-de-açúcar, e em menor medida, de laranja e carne bovina. A indústria está diretamente relacionada à agricultura, com destaque para a produção de alimentos, biocombustíveis, móveis, produtos de metal, artigos de borracha, material de transporte e têxtil. A contribuição da indústria da região na indústria paulista vem aumentando, visto que sua participação passou de 1,9%, em 2003, para 2,5%, em 2016. Em Urupês, se destaca a produção de cana-de-açúcar e limão tahiti, do qual o Município é o segundo maior produtor no Brasil².

O olhar sobre o turismo da região revela um grande potencial para geração de trabalho e renda e a consequente redução das desigualdades socioespaciais. O destaque regional é o Município de Olímpia, onde poços perfurados no Aquífero Guarani garantem água termal a uma temperatura de 37 graus, tornando a localidade um dos polos turísticos mais importantes do Estado a partir dos anos 2000, chegando a receber cerca de 3 milhões de turistas em 2019. Ainda na RMSJRP, o Município de Ibirá se destaca como estância hidromineral, onde o Parque das Termas de Ibirá abriga fontes de água com vanádio, com poder cicatrizante e antioxidante³.

Outros atrativos turísticos na região incluem atividades pesqueiras e de aquicultura, além de praias de água doce em toda região, com destaque para Adolfo, Mendonça, Sales e Ubarana. Em Uchoa, o Museu de Paleontologia Pedro Candolo reúne 600 peças, entre restos de dinossauros e fósseis de seres que habitaram a região no período Cretáceo. Em Urupês, destaca-se o turismo religioso, pois a Igreja Matriz de São Lourenço abriga um fragmento ósseo de São Lourenço, considerada uma relíquia por fiéis, peregrinos e romeiros. Além disso, o Município integra o “Caminho da Fé – Ramal São José”, um trajeto de peregrinação que conecta cidades dos Estados de São Paulo e Minas Gerais ao Santuário Nacional de Aparecida⁴.

¹ De acordo com informações do P5 – Panorama Regional do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto – PDUI-RMSJRP.

² De acordo com informações da página oficial do Município na internet. Disponível em: [Perfil do Município de Urupês | Prefeitura de Urupês](#). Acesso em 2 out. 2025.

³ De acordo com informações do P5 – Panorama Regional do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto – PDUI-RMSJRP.

⁴ De acordo com informações da página do Caminho da Fé na internet. Disponível em: [Caminho da Fé](#). Acesso em 2 out. 2025.

Com relação aos serviços de atendimento na área da saúde, São José do Rio Preto dispõe de um polo reconhecido como centro de saúde regional e nacional, do qual Urupês também se beneficia, formado pelos hospitais:

- Hospital de Base, um dos maiores e mais importantes complexos médico-assistenciais e hospitalares do Estado, referência nacional em atendimentos de alta complexidade (como transplantes de órgãos e tecidos e cirurgia cardíaca pediátrica), que abrange pacientes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná e Minas Gerais;
- Hospital Estadual João Paulo II, que atende baixa e média complexidade, especialmente pacientes encaminhados pelos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES) das cidades da região; e
- Associação Portuguesa de Beneficência (Hospital Infante Dom Henrique), voltada ao atendimento de alta complexidade em várias especialidades, contando com área de ensino e pesquisa, com cursos de extensão acadêmica.

A RMSJRP é conectada por dois eixos rodoviários de relevância nacional que se cruzam no polo metropolitano (**Figura 2-2**), propiciando articulações inter-regionais e interestaduais à região:

- Rodovia Washington Luiz / Euclides da Cunha (SP-310 / SP-320), que conecta a região de Campinas, à capital paulista e a Santos (a leste), e ao Mato Grosso do Sul (a oeste); e
- Rodovia Transbrasiliana (BR-153), que conecta a região ao Triângulo Mineiro, a Goiás e à capital federal (ao norte), e ao Sul do país (ao sul).

Figura 2-2: Sistema de Transporte na RMSJRP, com destaque para Urupês



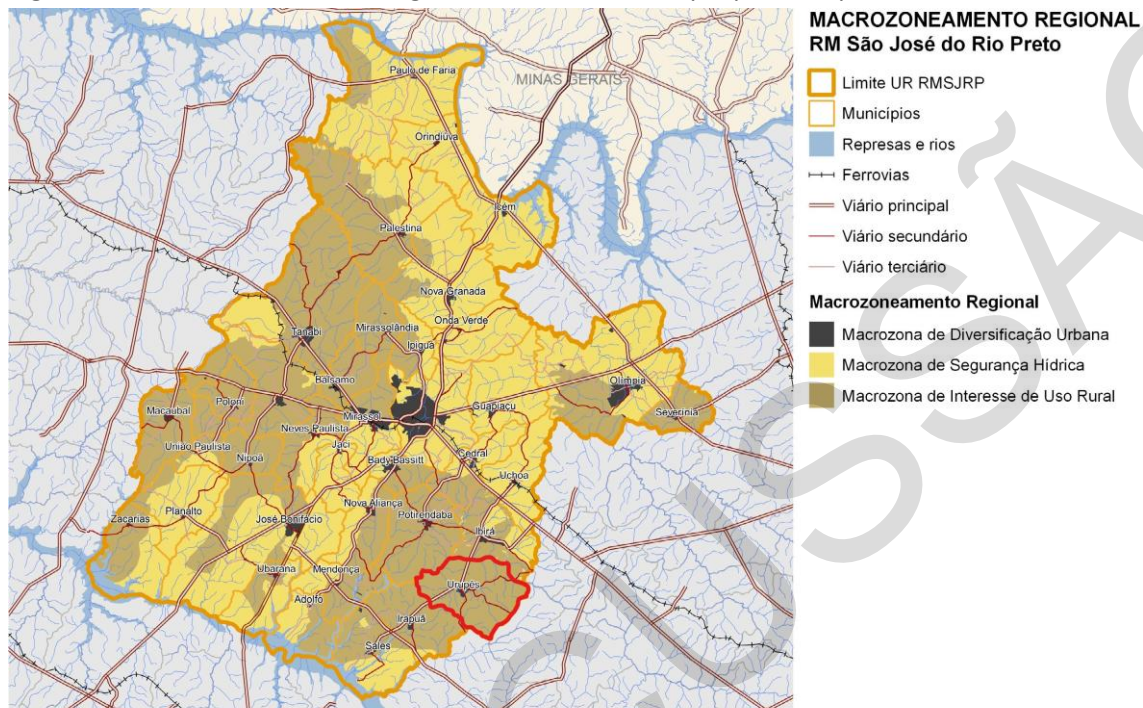
Fonte: PDUI RMSJRP – P5, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Com relação a Urupês, o acesso ao Município é realizado pela Rodovia Mário Perosa (SP-379), que representa um eixo perimetral na região metropolitana, conectando a Rodovia Washington Luiz (SP-310) à Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira (SP-304), que se conecta ao Município de José Bonifácio. Na sede municipal, a malha viária se desenvolve de maneira regular, tendo destaque a Rua Conselheiro Antônio Prado e a Rua Gustavo Martins Cerqueira, que compreendem a conexão entre Urupês e o distrito de São João de Itaguaçu e o Município de Novo Horizonte, respectivamente.

De acordo com o PDUI da RMSJRP, com relação ao planejamento metropolitano, Urupês integra as seguintes macrozonas, conforme **Figura 2-3**:

- Macrozona de Diversificação Urbana: que corresponde às áreas urbanas de Urupês e demais municípios da RMSJRP; e
- Macrozona de Interesse de Uso Rural: que corresponde às áreas rurais destinadas ao desenvolvimento da produção agropecuária, que em Urupês corresponde quase à totalidade do município.

Figura 2-3: Macrozoneamento Regional Final, com destaque para Urupês



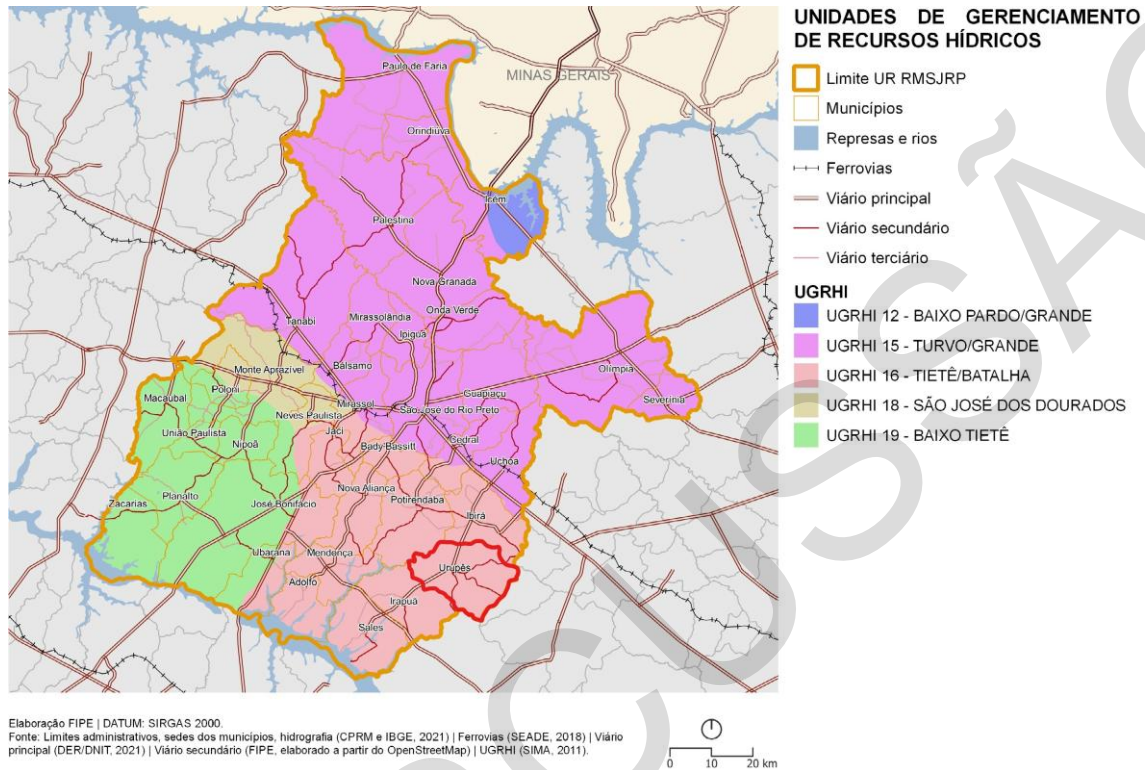
Elaboração: FIPE | DATUM: SIRGAS 2000.
Fonte: Limites administrativos, sedes dos municípios, hidrografia (CPRM e IBGE, 2021) | Áreas urbanizadas (MapBiomas, 2020) | Ferrovias (SEADE, 2018) | Viário principal (DER/DNIT, 2021) | Viário secundário e terciário (FIPE, elaborado a partir do OpenStreetMap).

Fonte: PDUI RMSJRP – P14, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que se refere aos recursos hídricos, a RMSJRP se insere parcialmente em três bacias hidrográficas: a vertente paulista do Rio Grande, a bacia Baixo Rio Tietê e a bacia do Rio São José dos Dourados. A região se projeta sobre cinco UGRHs: UGRHI 12 – Baixo Pardo / Grande; UGRHI 15 – Turvo / Grande; UGRHI 16 – Tietê / Batalha; UGRHI 18 – São José dos Dourados; UGRHI 19 – Baixo Tietê. O Município de Urupês se insere na UGRHI 16 – Tietê / Batalha⁵, conforme **Figura 2-4**.

⁵ De acordo com informações do P5 – Panorama Regional do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto – PDUI-RMSJRP.

Figura 2-4: UGRHIs do Estado de São Paulo na RMSJRP, com destaque para Urupês



Fonte: PDUI RMSJRP – P5, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Em Urupês, o principal curso d'água é o Rio do Cubatão, afluente da margem direita do Rio Tietê que estabelece todo o limite norte do Município, com os municípios de Potirendaba, Ibirá e Elisário. Na área urbana, se destaca o Córrego do Barreiro, afluente da margem esquerda do Rio do Cubatão.

Em relação às áreas de risco, a RMSJRP não oferece grandes preocupações, visto que: o risco à inundação é nulo ou quase nulo; o perigo de inundação varia entre muito baixo e moderado; o risco de escorregamento é baixo, limitando-se a pequenas áreas pulverizadas nos perímetros urbanos de Mirassol e São José do Rio Preto; e o perigo de escorregamento é baixo ou nulo⁶.

No entanto, apesar do baixo risco geológico, um dado alarmante é a intensificação das secas na região que, aliadas ao desmatamento, corroboram para a ocorrência de queimadas. Entre 2019 e 2021, a RMSJRP acumulou 6,5% dos focos de incêndios registrados no Estado, com destaque

⁶ De acordo com informações do P5 – Panorama Regional do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto – PDUI-RMSJRP.

para Olímpia, com mais de 100 focos. Em Urupês, foram registrados 51 focos de incêndio no mesmo período⁷.

Com base nas informações apresentadas, pode-se dizer que o Município de Urupês está integrado aos demais municípios da região metropolitana e apresenta características semelhantes em relação às formas de ocupação urbana e rural da RMSJRP, bem como à malha viária regional e as atividades socioeconômicas. Além disso, assim como diversos municípios da região, é um polo de atração turística com potencial de expansão que pode ser explorado, especialmente o religioso, já que o município integra rotas turísticas neste segmento.

2.1. Referências bibliográficas

CAMINHO da Fé. **Urupês-SP.** Disponível em: <https://caminhodafe.com.br/ptbr/package/urupes-sp/>. Acesso em 04 set. 2025.

IBGE. **Cidades – Urupês.** Censo demográfico de 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/urupes/panorama>. Acesso em 04 set. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.359, de 24 de agosto de 2021.** Cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2021/lei.complementar-1359-24.08.2021.html>. Acesso em 04 set. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. **PDUI-RMSJRP.** Documentos – P2, P3, P4, P5, P7 e P14. São Paulo, 2022.

URUPÊS. **Perfil do Município de Urupês.** Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/cidade/cidade/perfil/>. Acesso em 04 set. 2025.

⁷ De acordo com informações do P5 – Panorama Regional do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto – PDUI-RMSJRP.

3. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Este capítulo tem como objetivo analisar as condicionantes naturais existentes no território de Urupês, com o objetivo de identificar as áreas com aptidão e inaptas à ocupação urbana, considerando os aspectos ligados à declividade; aos recursos hídricos, ao patrimônio ambiental e áreas protegidas, além do saneamento ambiental, envolvendo o sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais.

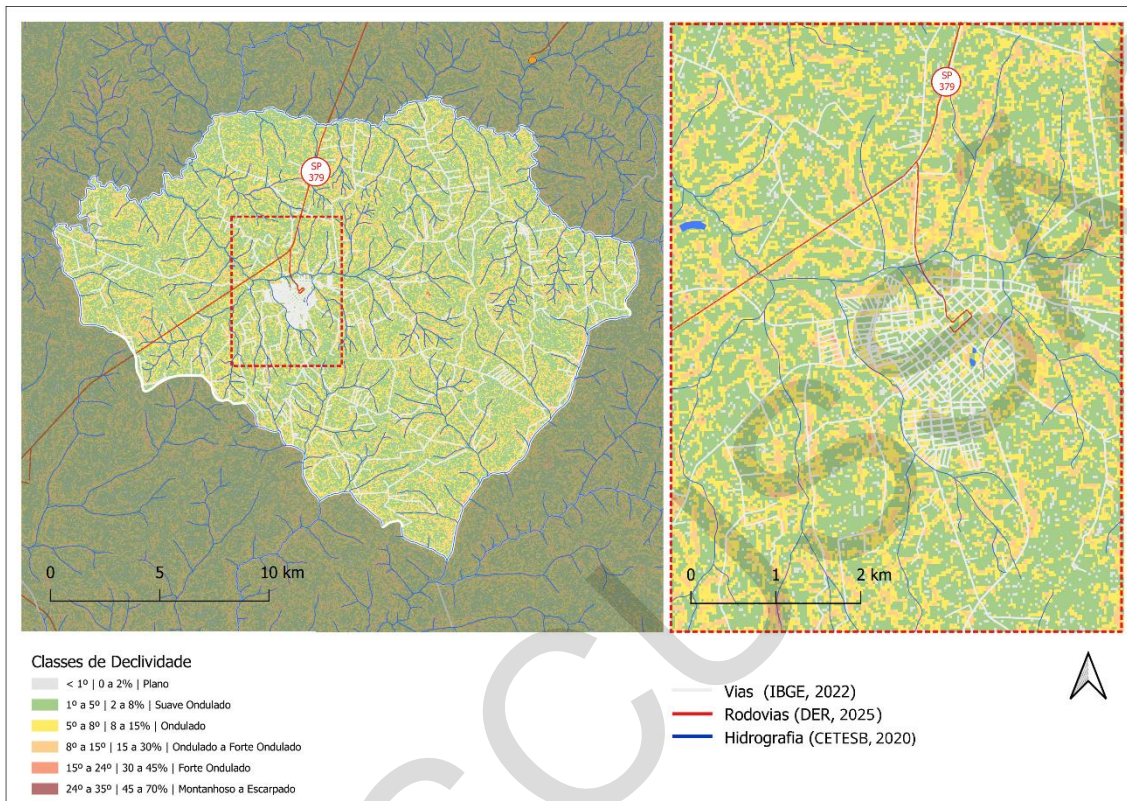
3.1. Declividade

Para analisar as condições de declividade no território de Urupês observando potencialidades, fragilidades ou restrições especialmente com relação à ocupação e ao uso do solo, foram considerados dados do Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo de 2022. Estes dados são apresentados na **Figura 3.1-1** para o território do município e, com maior detalhe, para as proximidades da mancha urbana. Nela é possível visualizar as declividades do terreno em porcentagem agrupadas, conforme o Atlas, segundo seis classes adaptadas da literatura (Pires Neto et al., 2005, 2007; IBGE, 2009; Rossi et al., 2009 e Santos et al., 2018 apud Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022). São elas:

- Plano (0 - 2%);
- Suave ondulado (2 - 8%);
- Ondulado (8 - 15%);
- Ondulado a forte ondulado (15 - 30 %);
- Forte ondulado (30 -45%);
- Montanhoso a escarpado (45 - 75%).

Na **Figura 3.1-1** é possível observar uma predominância das classes de relevo suave ondulado (aproximadamente 55,28% do território) e ondulado (29,54%), conforme mostra o **Quadro 3.1-1**, que apresenta a distribuição das classes de declividades no território do município por área em km² e por % do território.

Figura 3.1-1: Declividade para o município de Urupês



Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quadro 3.1-1: Distribuição das classes de declividades no território de Urupês

Classes	Declividade %	Declividade (graus)	Área (km ²)	% do Território
Plano	0-2%	<math>< 1^\circ</math>	11,84	3,64%
Suave Ondulado	2-8%	1° a 5°	179,79	55,28%
Ondulado	8-15%	5° a 8°	96,07	29,54%
Ondulado a Forte Ondulado	15-30%	8° a 15°	37,04	11,39%
Forte Ondulado	30-45%	15° a 24°	0,51	0,16%
Montanhoso a Escarpado	45-70%	24° a 35°	0,01	0,00%
Total			325,26	100%

Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Convém mencionar que áreas com maiores declividades estão mais suscetíveis aos processos geomórficos quanto à ocupação. Nesse sentido, a legislação brasileira estabelece restrições. De acordo com a Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é vedado o parcelamento de terrenos cuja inclinação natural seja superior a 30%, salvo o atendimento de exigências específicas das autoridades competentes. Contudo, para o município de Urupês, constata-se uma predominância quase absoluta de inclinações inferiores a 30%. As regiões com declividades superiores, classificadas como forte ondulado, totalizam menos de 0,2% do território, consistindo em pequenos fragmentos pouco representativos distantes da mancha urbana. Quanto à classe montanhoso a escarpado, é praticamente inexistente no município. Dessa forma, pode-se dizer que as restrições da Lei Federal nº 6.766/1979 com relação à declividade para o parcelamento do solo não se configuram em limitações efetivas para a ocupação do solo no município.

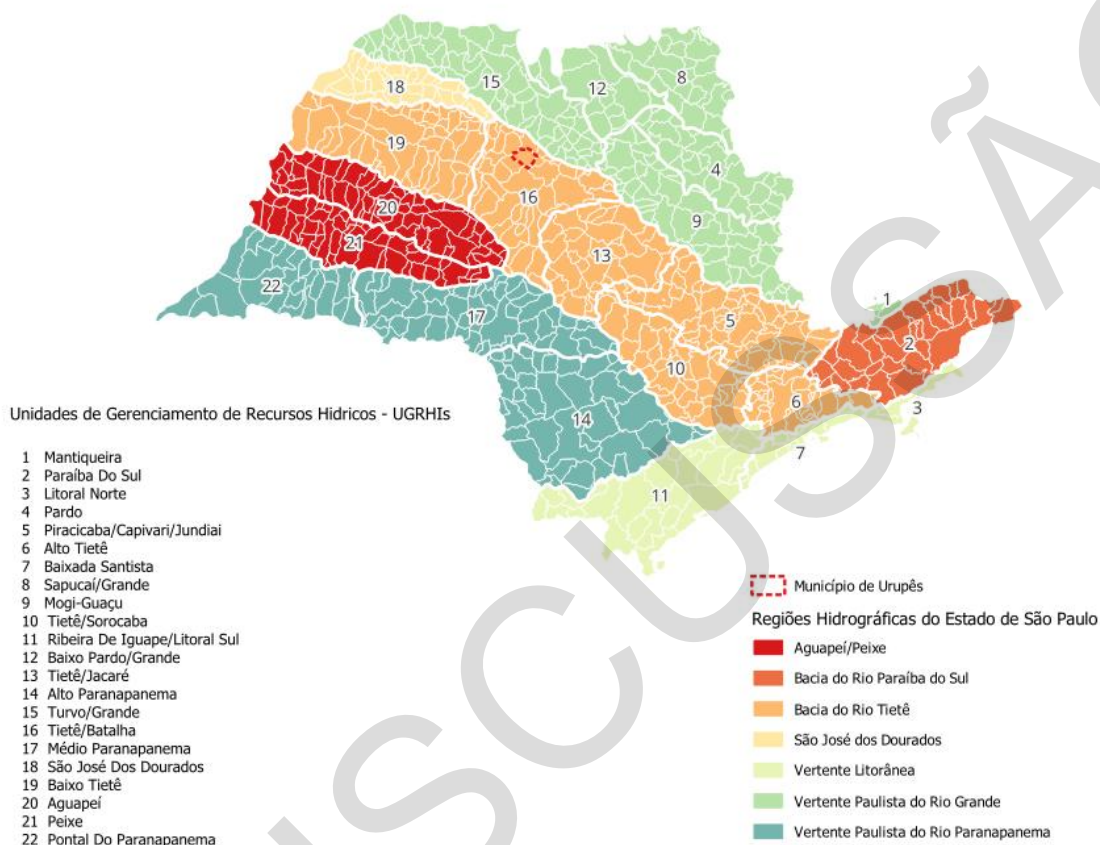
Ainda observando aspectos legais restritivos à ocupação segundo a declividade, o Código Florestal, Lei nº 12.651 de maio de 2012, em seu Art. 4º, inciso V, estabelece que as encostas ou partes destas com declividade superior a 45° constituem área de preservação permanente (APP). Embora os dados fornecidos pelo Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo não discriminem inclinações acima de 35°, dados da CPLA/FUNCATE de 2013 evidenciam que não há no município inclinações superiores a 45°, não havendo, portanto, APPs de encosta em Urupês.

3.2. Recursos hídricos

3.2.1. Recursos Hídricos Superficiais

O território paulista é dividido em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), instituídas para promover a gestão descentralizada e participativa das bacias hidrográficas, conforme previsto inicialmente pela Lei nº 9.034/1994 – que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos – e posteriormente atualizada pela Lei nº 16.337/2016. Nesse arranjo, o território de Urupês se localiza inteiramente dentro da UGRHI 16 – Tietê/Batalha, que, por sua vez, pertence a Região Hidrográfica Bacia do Rio Tietê, conforme mostra a **Figura 3.2.1-1**.

Figura 3.2.1-1: Localização de Urupês no contexto das UGRHIs e das RHs



Fonte: Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica Tietê-Batalha 2016-2027, a UGRHI 16-Tietê/Batalha compreende a Bacia do Rio Tietê entre as Usinas Hidrelétricas Ibitinga e Mario Lopes Leão, abrangendo 33 municípios e drenando uma área atualmente calculada em 13.165,38 km². Esta UGRHI tem como principais cursos d'água os rios Tietê, Dourado, São Lourenço, Batalha, e Ribeirão dos Porcos. No território de Urupês, o plano aponta como importantes cursos d'água: o Córrego da Figueira, o Córrego do Barreiro ou Mundo Novo, o Ribeirão Mococa e o Rio da Barra Mansa ou Rio do Cubatão (CBH-TB, 2015).

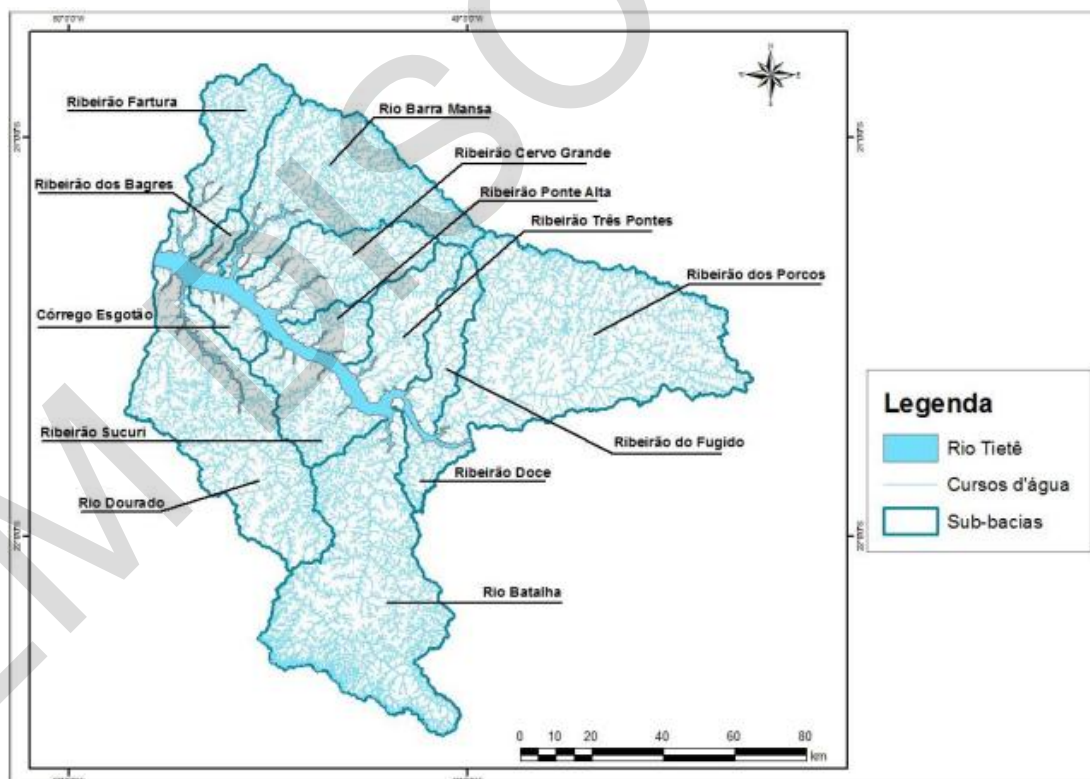
O Plano de Bacia adota ainda uma subdivisão da UGRHI 16 em treze sub-bacias, seguindo o método desenvolvido pelo Engenheiro Otto Pfafstetter (Figura 3.2.1-2). Nesse arranjo, o município de Urupês encontra-se, conforme mostra a Figura 3.2.1-3, em duas sub-bacias:

- **Sub-bacia 40 - Rio Barra Mansa:** Cobre a maior parte do território do município, cerca de 71%, incluindo o perímetro urbano. A área de drenagem total desta sub-bacia é de

aproximadamente 1.606,13 km², dos quais 229,92 km² estão dentro do município de Urupês. Seu principal rio é o Rio Barra Mansa, também chamado de Rio do Cubatão, um importante afluente do Rio Tietê que tangencia toda a porção norte do território de Urupês, traçando seus limites com os municípios vizinhos de Ibirá, Potirendaba e Elisário. Dentre os cursos d'água desta sub-bacia em Urupês destacam-se ainda: o Córrego do Barreiro ou do Barreirão, também conhecido como Córrego Mundo Novo, importante afluente do Rio Barra Mansa e que possui trecho próximo ao perímetro urbano; O Córrego da Água Sumida, afluente do Córrego do Barreiro e que se situa dentro da mancha urbana; e o Córrego do Retiro, também afluente do Córrego do Barreiro.

- **Sub-bacia 52 - Ribeirão do Cervo Grande:** Incide em uma porção pequena do município, compreendendo região situada a sudoeste que corresponde a cerca de 29% do território. Sua área de drenagem total é de cerca de 915,36 km², dos quais 95,32 km² são parte do município de Urupês. Desta sub-bacia, em Urupês, destacam-se: o Ribeirão das Palmeiras ou Córrego do Barro Preto, que delimita o limite municipal a sudeste com o município de Marapoama; o Córrego Sant'ana, que demarca parte do limite ao sul com o município de Novo Horizonte; e o Córrego do Bacuri ou do Coqueiro que demarca, a sudoeste, parte do limite com o município de Irapuã.

Figura 3.2.1-2: Sub-bacias da UGRHI 16 - Tietê Batalha

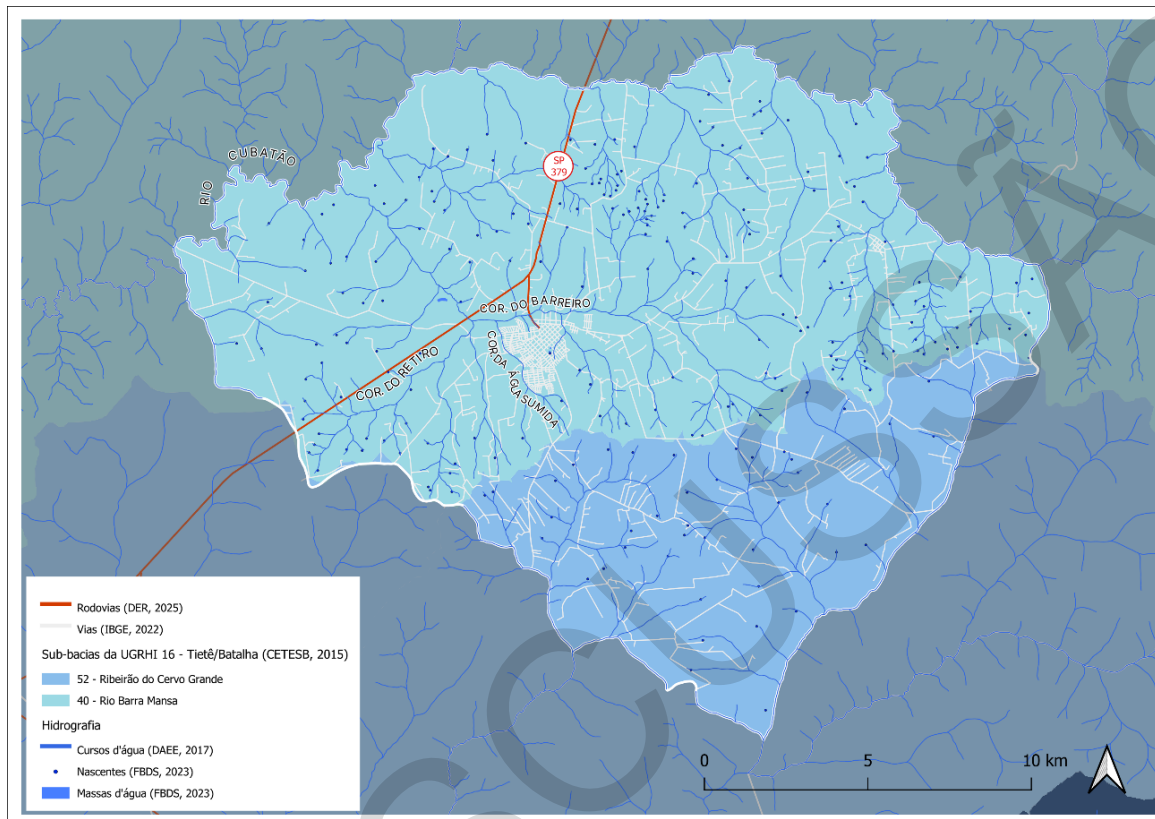


Fonte: CBH-TB, 2015.

Rua Paulistânia, 381 – 5º andar
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

Figura3.2.1-3: Sub-bacias e Hidrografia em Urupês



Fonte: CETESB, 2015; DAEE, 2017; FBDS, 2023; IBGE, 2022; DER, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Classes de uso

Conforme o Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, que estabelece o enquadramento dos corpos de água no Estado de São Paulo de acordo com a classificação prevista no Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e considerando também os parâmetros definidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, observa-se que todos os cursos d'água no território de Urupês são de classe 2. Para esta classe são indicados como usos preponderantes o abastecimento humano após tratamento convencional, recreação de contato primário, irrigação de frutas e hortaliças consumidas cruas e outras atividades de pesca, aquicultura e lazer em que ocorram contato direto com as águas.

É importante destacar que este enquadramento foi estabelecido em 1977, há mais de quatro décadas, e indica apenas os usos preponderantes para cada classe, não sendo suficiente para garantir a qualidade da água requerida para cada uso pretendido. Além disso, a qualidade da água pode variar ao longo dos cursos d'água e com o passar do tempo, dependendo de fatores como poluição, uso do solo e ações de preservação ambiental. Dessa forma, faz-se necessário o monitoramento da qualidade das águas nesses cursos d'água, em especial nos casos em que se

destinarão ao abastecimento humano, à irrigação de frutas e hortaliças consumidas cruas e ao uso que implica em contato primário.

APPs para corpos d'água

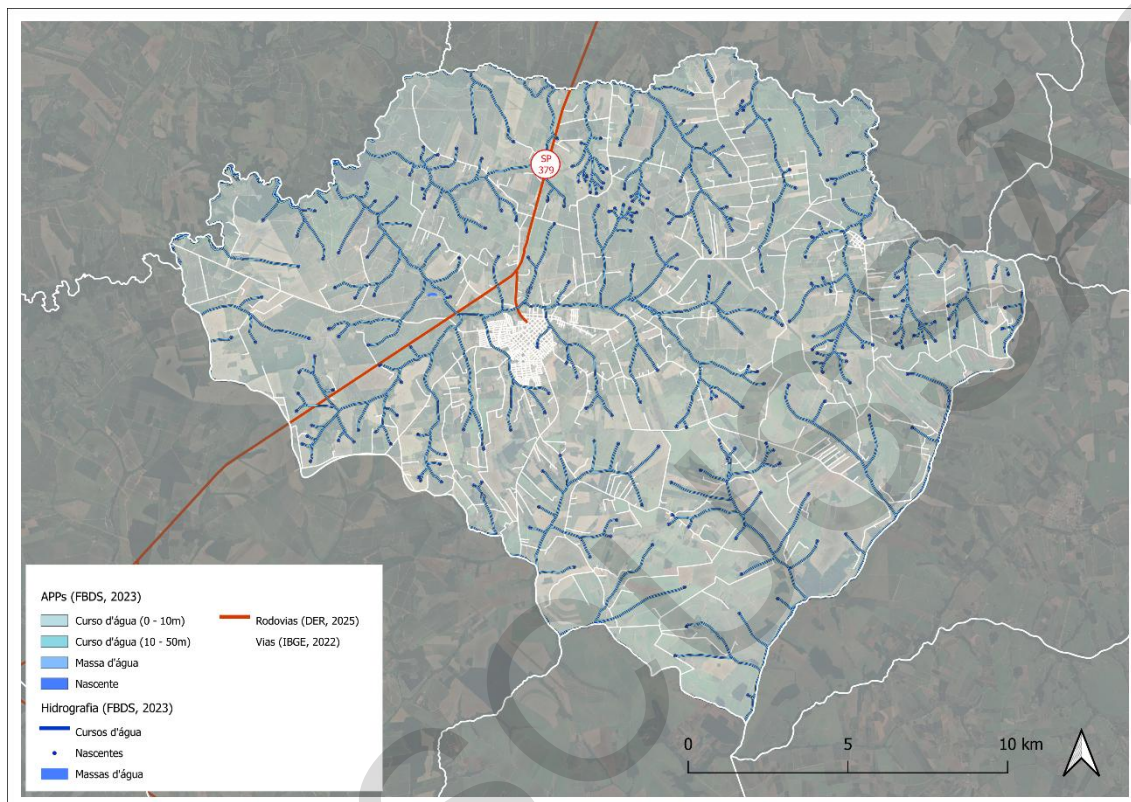
De acordo com dados da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS, 2023), todos os cursos d'água no território de Urupês apresentam calha inferior a 10 metros de largura, com exceção de alguns trechos do Rio Barra Mansa (ou do Cubatão) nos limites do município. Conforme o inciso I do Art. 4º do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, para cursos d'água com largura inferior a 10 metros, deve-se considerar como Área de Preservação Permanente (APP), em zonas rurais ou urbanas, uma faixa marginal de 30 metros.

Além dos cursos d'água, o Código Florestal, nos incisos II e IV do Art. 4º, também estabelece como APP, em zonas rurais ou urbanas:

- i. As áreas no entorno de lagos e lagoas naturais:
 - Faixa mínima de 100 metros, em zonas rurais, exceto para corpos d'água com até 20 hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros;
 - Faixa de 30 metros, em zonas urbanas.
- ii. As áreas no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, qualquer que seja a situação topográfica, com raio mínimo de 50 metros.

Dessa forma, as APPs para corpos d'água estão delimitadas na **Figura 3.2.1-4**, possibilitando a visualização das faixas de preservação previstas em lei para os corpos d'água do município de Urupês de acordo com dados da FBDS.

Figura 3.2.1-4: Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Urupês

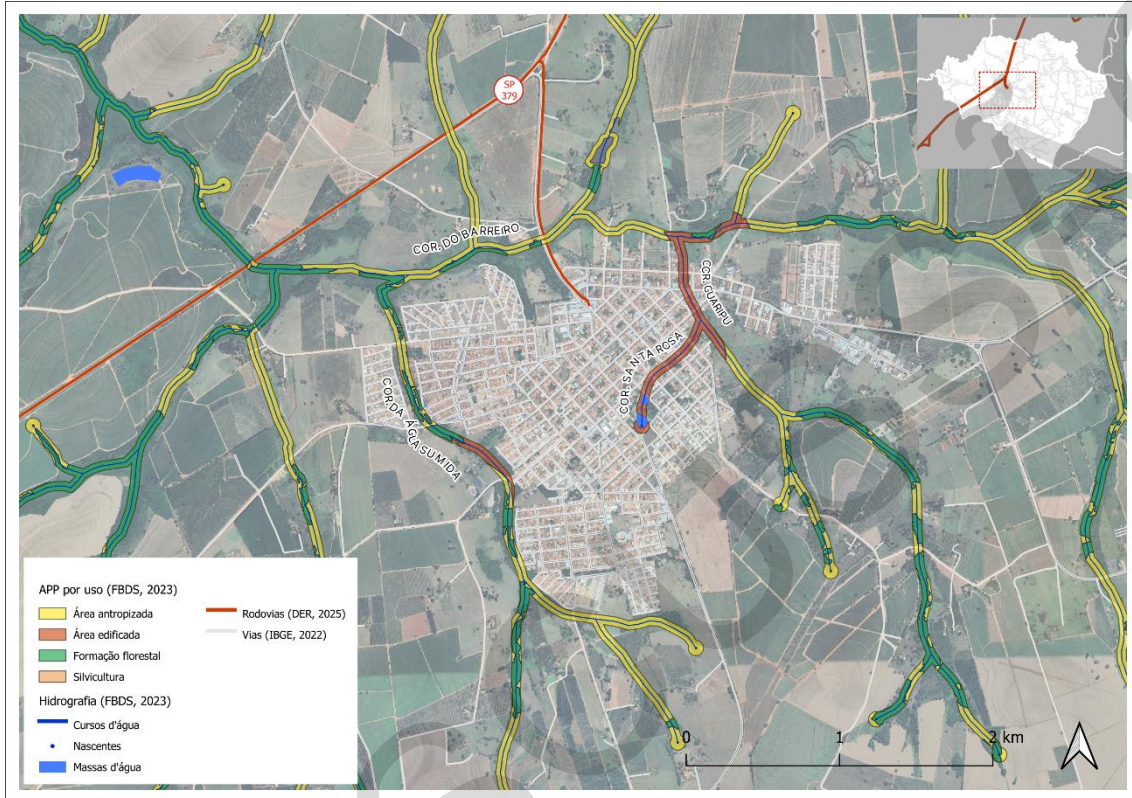


Fonte: FBDS, 2023 e FF, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De forma geral, as APPs ripárias parecem resguardadas e bem preservadas em todo território municipal. Mesmo na zona urbana, a maioria das APPs ripárias encontra-se devidamente resguardada com faixa de vegetação natural preservada ainda que em áreas antropizadas, especialmente no Córrego do Barreiro (Mundo Novo ou Barreirão) e no Córrego da Água Sumida, como é possível observar na **Figura 3.2.1-5**.

No entanto, especialmente na porção centro-nordeste da sede municipal, em pequenos afluentes do Córrego do Barreiro, Córrego Guaripu e Córrego Santa Rosa, nota-se alguns trechos em que há interferências da ocupação urbana nos recursos hídricos e onde a faixa de APP não está inteiramente resguardada, como mostram a **Figura 3.2.1-5** e a **Figura 3.2.1-6**.

Figura 3.2.1-5: Uso das Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Urupês nas proximidades da área urbana



Fonte: FBDS, 2023; FF, 2024; IBGE, 2022; DER, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 3.2.1-6: Exemplos de interferências da ocupação urbana no Córrego Guaripú e sua APP



Fonte: FBDS, 2023; FF, 2024; Google Street view, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Importa notar que esta região é caracterizada, nos termos da Lei nº 14.285/2021, como área urbana consolidada. Assim, conforme incluído também pela Lei nº 14.285/2021, que alterou o Código Florestal, fica facultado ao município, mediante consulta aos conselhos estaduais ou municipais de meio ambiente, definir, através de lei municipal, faixas marginais distintas daquelas previstas no inciso I do Art. 4º do Código Florestal. Para tanto, tal legislação deve resguardar:

- A não ocupação de áreas com risco de desastres;
- A observância das diretrizes de planos de recursos hídricos, de bacia, de drenagem ou de saneamento básico, quando existentes; e
- A previsão de que as atividades ou empreendimentos nas APPs urbanas atendam aos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, conforme definido na legislação.

Adicionalmente, destaca-se a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2025 de julho de 2025, que estabelece que todo Projeto de Lei municipal que propuser alterações nas faixas de APP em cursos d'água localizados em áreas urbanas consolidadas deve ser encaminhado à oitiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), ainda que essa manifestação seja de natureza consultiva e não vinculativa.

Nesse contexto, a previsão legal para definição diferenciada das faixas de APP em áreas urbanas consolidadas — prevista no Código Florestal e regulamentada por norma do CONSEMA — reforça a necessidade de compatibilizar a proteção das APPs ripárias com a realidade de ocupações já existentes, garantindo sempre a convergência entre o planejamento urbano e os instrumentos de proteção ambiental. No caso do município de Urupês, não foram localizados projetos de lei no âmbito municipal que tramitem atualmente neste sentido.

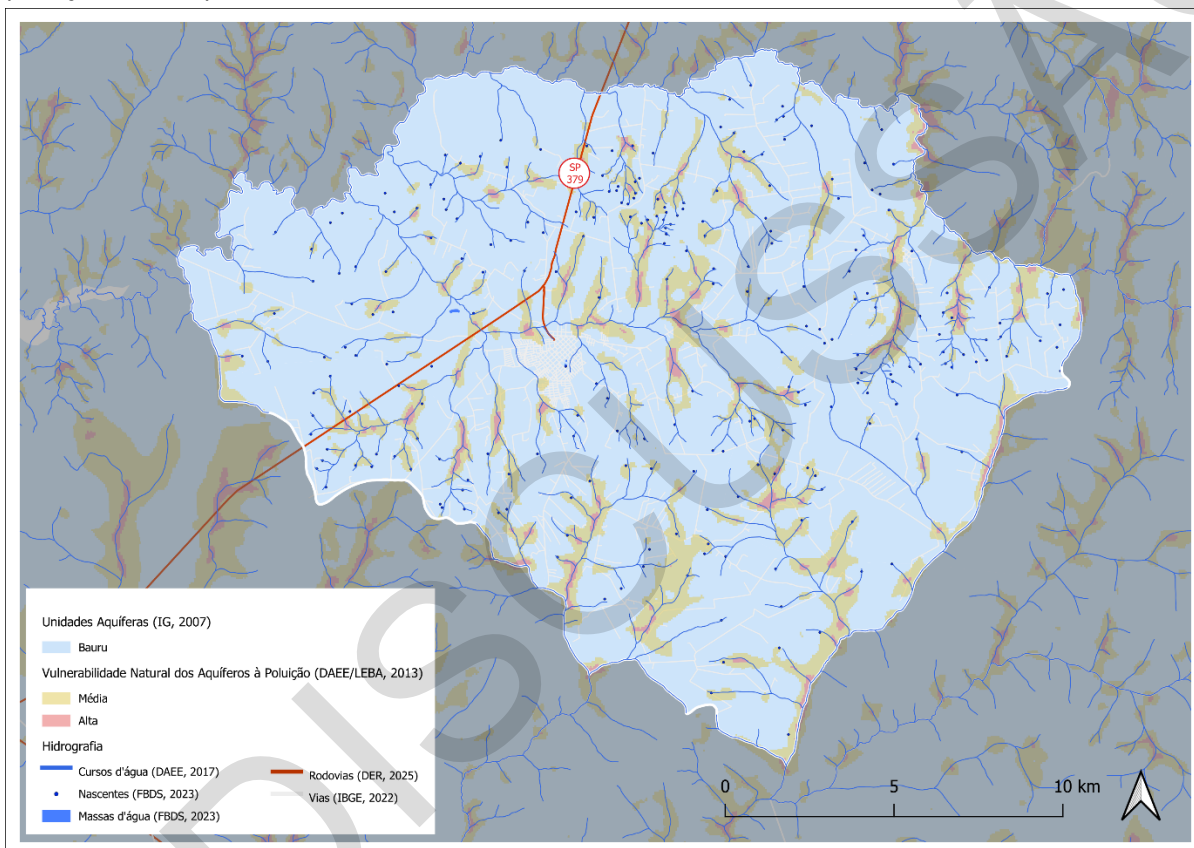
3.2.2. Recursos Hídricos Subterrâneos

As águas subterrâneas constituem um ponto estratégico na leitura técnica dos recursos hídricos de Urupês, considerando que o abastecimento público do município depende exclusivamente de manancial subterrâneo.

De acordo com dados de 2007 do Instituto Geológico, o município de Urupês se encontra inteiramente sob a unidade aquífera Bauru conforme apresentado no **Figura 3.2.2-1**. O Aquífero Bauru tem uma extensiva distribuição territorial por quase 107 mil km² na porção oeste do Estado de São Paulo. Trata-se de um aquífero sedimentar contínuo, moderadamente permeável, devido ao teor relativamente elevado de material argiloso e siltoso. Em termos regionais,

apresenta comportamento livre, mas, localmente, apresenta condições de semiconfinamento a confinamento. Caracteriza-se ainda pela facilidade de acesso e pelas vazões medianas e tem como rochas principais o arenito e o lamito. (IG, 2007; SÃO PAULO, 2016)

Figura 3.2.2-1: Unidade Aquífera Bauru, áreas de vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição em Urupês



Fonte: IG, 2007; DAEE/LEBAC, 2013; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Visando mapear áreas com maior vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição, o DAEE/LEBAC (2013) realizou estudo de vulnerabilidade nos aquíferos existentes nas UGRHIs do Estado de São Paulo, considerando para tanto, três parâmetros físicos: ocorrência do aquífero, tipo litológico e profundidade do nível de água. A partir destes parâmetros foi feito o enquadramento nas classes de suscetibilidade baixa, média ou alta. Este mapeamento também se encontra representado na **Figura 3.2.2-1** para o município de Urupês, onde destacou-se as áreas com vulnerabilidade alta e média. Como é possível observar na **Figura 3.2.2-1**, as classes de vulnerabilidade alta e média se encontram predominantemente nas imediações dos corpos d'água superficiais, os quais constituem zonas de descarga dos aquíferos freáticos.

O município de Urupês conta ainda com informações diretas de monitoramento de águas subterrâneas. O poço tubular identificado pelo código BA05066Z, localizado na Chácara Nossa Senhora Aparecida (Bairro Guaripu), com profundidade de 30,6 m e nível estático de 10,9 m, integra a Rede Estadual de Monitoramento de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas coordenada pela CETESB.

Chama a atenção que os registros de 2016 a 2018 apontam a presença de herbicidas das classes triazinas, além de compostos como metolaclo, molinato, pendimetalina e propanil, bem como resíduos de pesticidas organoclorados e organofosforados, demonstrando o risco de infiltração de insumos agrícolas nas águas subterrâneas locais (CETESB, 2016, 2019).

No período subsequente, entre 2019 e 2021, as análises indicaram concentrações de nitrato superiores a 5 mg N/L (5,05 em 2019 e 5,29 em 2021), valores ainda abaixo do limite de potabilidade de 10 mg N/L, mas já considerados elevados e sinalizando a necessidade de atenção quanto à contaminação difusa por atividades agropecuárias ou saneamento deficiente, em especial levando em consideração o histórico de contaminação por nitrato no Sistema Aquífero Bauru – SAB. Nesse mesmo intervalo, foram novamente identificados herbicidas, pesticidas e compostos orgânicos, além de registros de atividade estrogênica, ampliando a preocupação sobre potenciais efeitos à saúde humana e ambiental (CETESB 2019, 2022, 2023, 2024).

Esses dados locais se articulam com um estudo mais abrangente conduzido pelo Instituto Geológico e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2016), que avaliou 731 poços em 120 municípios inseridos no Sistema Aquífero Bauru (SAB), incluindo Urupês. Entre os 13 poços de abastecimento público investigados no município, o poço IPT 1064 se destacou por apresentar mais de seis fontes potenciais de contaminação em um raio de apenas 100 metros, evidenciando vulnerabilidades significativas relacionadas ao uso e ocupação do solo em áreas de captação.

Assim, tanto o monitoramento estadual quanto os levantamentos técnicos reforçam a condição de fragilidade dos aquíferos locais frente à pressão antrópica, em especial ao uso intensivo de insumos agrícolas. Essa realidade demanda medidas de proteção mais rigorosas das zonas de recarga e áreas de entorno de poços, além do acompanhamento sistemático da qualidade da água, de modo a assegurar a sustentabilidade da exploração dos recursos subterrâneos no município.

3.2.3. Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U)

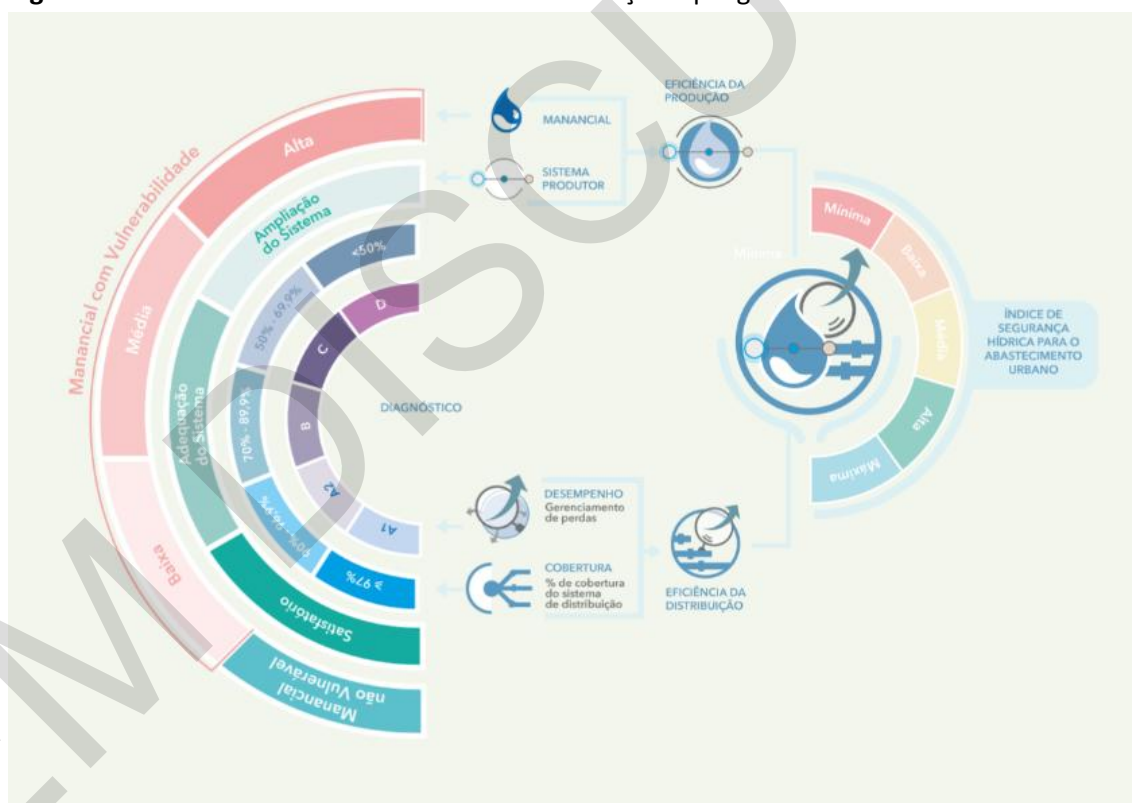
A segurança hídrica, de acordo com o conceito da Organização das Nações Unidas (ONU), existe quando há água disponível em quantidade e qualidade adequadas para atender às necessidades humanas, sustentar as atividades econômicas e garantir a conservação dos ecossistemas aquáticos, sempre associada a um nível aceitável de risco em relação a secas e cheias.

Atenta a essa dimensão humana e urbana da segurança hídrica — especialmente quanto à garantia de água para abastecimento público — a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) desenvolveu uma metodologia específica para avaliar a vulnerabilidade das sedes urbanas, considerando tanto a produção quanto a distribuição de água (ANA, 2022).

Para isso, foi criado o **Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U)**, que se baseia em quatro indicadores organizados em dois subíndices: um avalia a eficiência da produção de água (vulnerabilidade dos mananciais e dos sistemas produtores) e o outro mede a eficiência da distribuição de água (cobertura populacional e desempenho no gerenciamento de perdas) (ANA, 2022).

A combinação dos subíndices, por média simples, gera a classificação final da segurança hídrica do abastecimento nas sedes urbanas, podendo variar entre máxima, alta, média, baixa ou mínima. A **Figura 3.2.3-1** apresenta as classes de cada indicador e as combinações que resultam nos subíndices e no ISH-U final (ANA, 2022).

Figura 3.2.3-1: Classes de cada indicador e combinações que geram os subíndices e o ISH-U



Fonte: ANA 2022.

O município de Urupês tem performance mediana no ISH-U, segundo dados de 2021 levantados pela ANA, a segurança hídrica do abastecimento no município é classificada como média. Dos

37 municípios que compõem a região metropolitana de São José do Rio Preto, 9 possuem classificação do ISH-U máxima e 20 municípios tem classificação alta. Urupês está entre os que performam pior no ISH-U na região, todos com classificação média. Vale a pena analisar os indicadores desagregados para Urupês para melhor compreender a composição deste índice.

Eficiência na Produção de água

No subíndice de eficiência na produção de água são avaliados dois indicadores:

- A vulnerabilidade do manancial utilizado no abastecimento. Para esse indicador, uma análise integrada e complexa considera a resiliência local, o nível de comprometimento da oferta hídrica disponível no manancial em relação às demandas alocadas, o porte do manancial e a qualidade da água. Ao fim, a vulnerabilidade do manancial pode ser classificada como:
 - Alta;
 - Média;
 - Baixa; e
 - Não vulnerável.
- O sistema produtor, que pode ser classificado como:
 - Satisfatório: sem necessidade de intervenções;
 - Adequação: precisa de melhorias operacionais; e
 - Ampliação: precisa expandir a capacidade para atender à demanda.

Em Urupês, a vulnerabilidade do manancial, que segundo a ANA é exclusivamente subterrâneo, recebe a classificação de não vulnerável. Já para o sistema produtor é apontada a classificação de ampliação, adotada nos casos em que pelo menos uma das unidades do sistema (estruturas de captação, adutoras, estações elevatórias e estações de tratamento) indiquem incapacidade de atendimento. Assim, quando combinados os dois indicadores que compõem o subíndice, Urupês recebe a classificação de média eficiência da produção de água.

Eficiência na Distribuição de Água

No subíndice de eficiência na distribuição de água são avaliados:

- Cobertura em % da população atendida, que é classificada entre:
 - ótima > 97%;
 - boa entre 90 e 97%;
 - regular entre 70 e 90%;
 - ruim entre 50 e 70%; e
 - péssima < 50%.
- Desempenho técnico no Gerenciamento de Perdas, classificado em:
 - A1: Apenas reduções marginais; performance de classe mundial em gerenciamento de vazamentos.

- A2: Necessita avaliação criteriosa; reduções adicionais podem não ser viáveis economicamente.
- B: Potencial para melhorias significativas; recomenda-se controle ativo de vazamentos, gestão de pressão e melhor manutenção da rede.
- C: Necessidade de redução de vazamentos; tolerável apenas onde água é abundante e barata.
- D: Uso muito ineficiente dos recursos; programa de redução de vazamentos é imperativo e prioritário.

Em Urupês, a cobertura é classificada como ótima, com 99,4% de atendimento. Já o desempenho técnico no gerenciamento de perdas é classe B, indicando potencial para melhorias significativas, sobretudo no controle de pressão, manutenção da rede e práticas de detecção de vazamentos. Assim, combinando os dois indicadores, a eficiência da distribuição de água é classificada como média.

Para cada um dos dois subíndices – de produção e de distribuição – o município recebe uma nota de 1 a 5 onde 1 indica mínima e 5 a máxima segurança hídrica. Da média simples dos dois têm-se a nota global, assim o município é classificado conforme o **Quadro 3.2.3-1**.

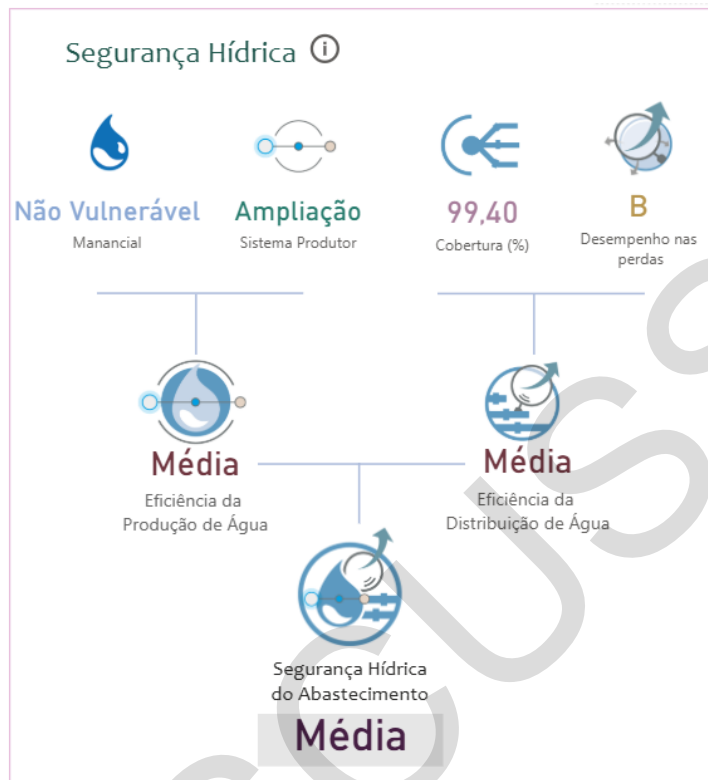
Quadro 3.2.3-1: Classes do ISH-U

Nota por subíndice ou nota global	Classe ISH-U
$\geq 4,5$	Máxima
$3,5 \leq \text{Média} < 4,5$	Alta
$2,5 \leq \text{Média} < 3,5$	Média
$1,5 \leq \text{Média} < 2,5$	Baixa
$\text{Média} < 1,5$	Mínima

Fonte: ANA 2022.

Em suma, a análise dos subíndices do ISH-U mostra que, para a **eficiência na produção de água**, Urupês apresenta desempenho satisfatório, com classificação **média**, graças ao manancial não vulnerável, uma vez que o sistema produtor tem a pior avaliação do indicador necessitando de ampliação. Quanto à eficiência na distribuição de água, esta também é média, pois, apesar da excelente cobertura (99,4%), o desempenho técnico no gerenciamento de perdas expõe um ponto de atenção para a segurança hídrica municipal. A **Figura 3.2.3-2** resume os indicadores desagregados para Urupês.

Figura 3.2.3-2: Indicadores desagregados para o município de Urupês



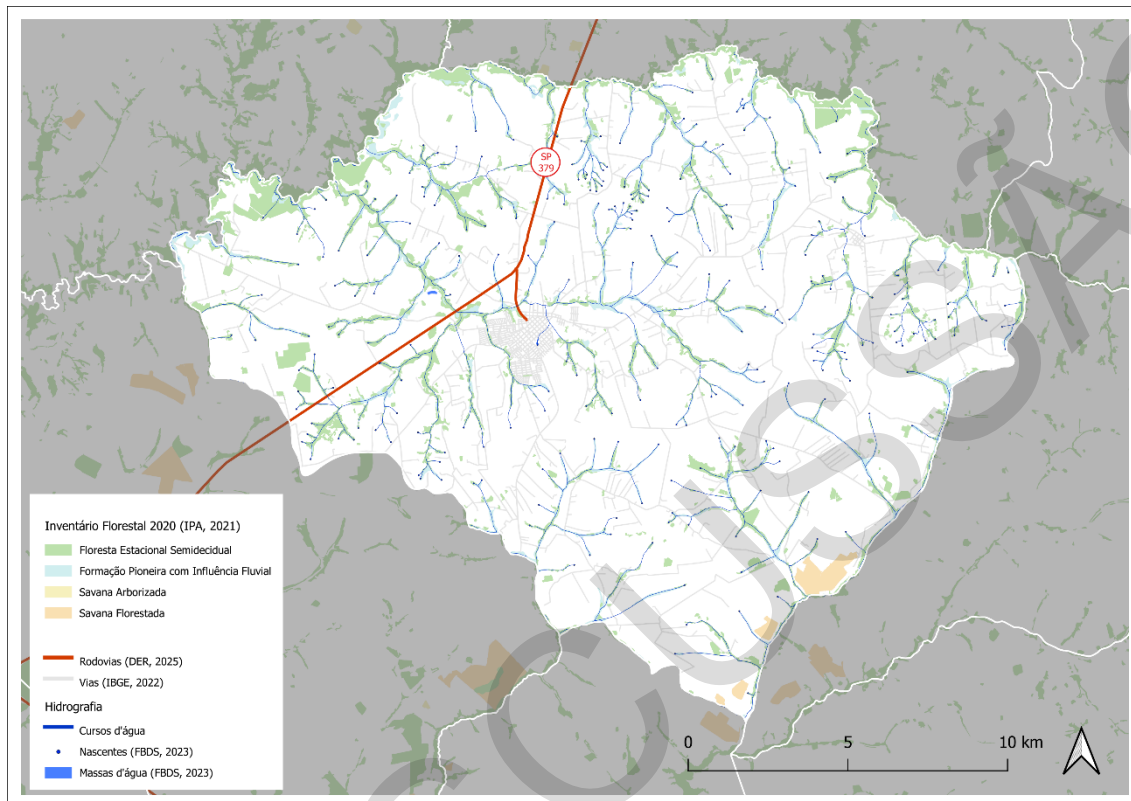
Fonte: ANA, 2022.

3.3. Patrimônio ambiental

De acordo com o mapeamento dos Biomas do Estado de São Paulo (IBGE, 2019), o bioma que incide em todo o território do município de Urupês é o bioma Mata Atlântica. Segundo o Inventário da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo (Nalon et al., 2022), a cobertura vegetal original remanescente corresponde a 12,1% do território do município, totalizando 39,34 km² dos 323,92 km² totais.

As fitofisionomias preservadas prevalentes, segundo dados do IPA (2021), consistem em floresta estacional semidecidual e formação pioneira com influência fluvial. Há ainda fragmentos de savana florestada preservados ao sul do município e pequenos fragmentos de savana arborizada que não chegam a ser relevantes. Estas fitofisionomias distribuem-se no território conforme mostra a **Figura 3.3-1** e a **Tabela 3.3-1**.

Figura 3.3-1: Cobertura vegetal original remanescente em Urupês



Fonte: IPA, 2021; FBDS, 2023; IBGE, 2022; DER, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Tabela 3.3-1: Distribuição das áreas de cobertura vegetal nativa por fitofisionomias

Fitofisionomia	Área remanescente (km ²)	Percentual por fitofisionomia	Percentual relativo à área do Município
Floresta estacional semidecidual	27,748	70,54%	8,57%
Formação Pioneira com Influência Fluvial	9,725	24,73%	3,00%
Savana florestada	1,861	4,73%	0,57%
Savana arborizada	0,002	0,00%	0,00%
Total	39,34	100%	12,14%

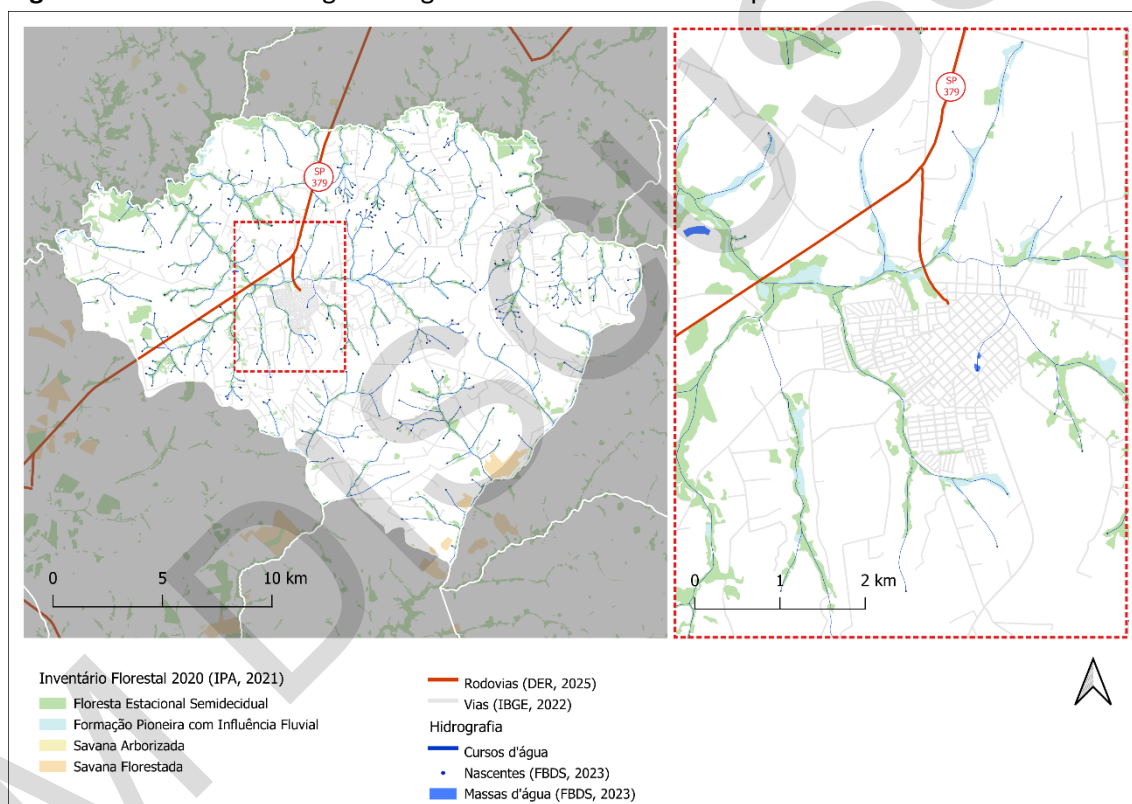
Fonte: NALON et al., 2022; IPA, 2021. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Observa-se na **Figura 3.3-1** que os fragmentos preservados se distribuem quase exclusivamente nas áreas marginais de cursos d'água e no entorno de nascentes, o que atesta a eficácia do cumprimento da legislação ambiental no que tange as APPs para as práticas conservacionistas. Também importa salientar que fragmentos significativos do bioma mata atlântica preservado

de floresta estacional semidecidual e de formação pioneira com influência fluvial encontram-se nas proximidades do perímetro urbano (vide **Figura 3.3-2**).

O maior fragmento preservado no município, apresentando uma área contínua de mais de 5,88 km², se distribui linearmente cobrindo uma região que vai das margens do Rio Barra Mansa (ou do Cubatão), no limite do município, e se prolongando contígua ao Córrego do Barreiro até as imediações do perímetro urbano. Este fragmento de floresta estacional semidecidual conecta-se a outros menores, não só de floresta estacional semidecidual, mas também de formação pioneira com influência fluvial, formando um relevante corredor ecológico ao longo de importantes cursos d'água do município e acabando por contornar o perímetro urbano, especialmente a norte e a oeste.

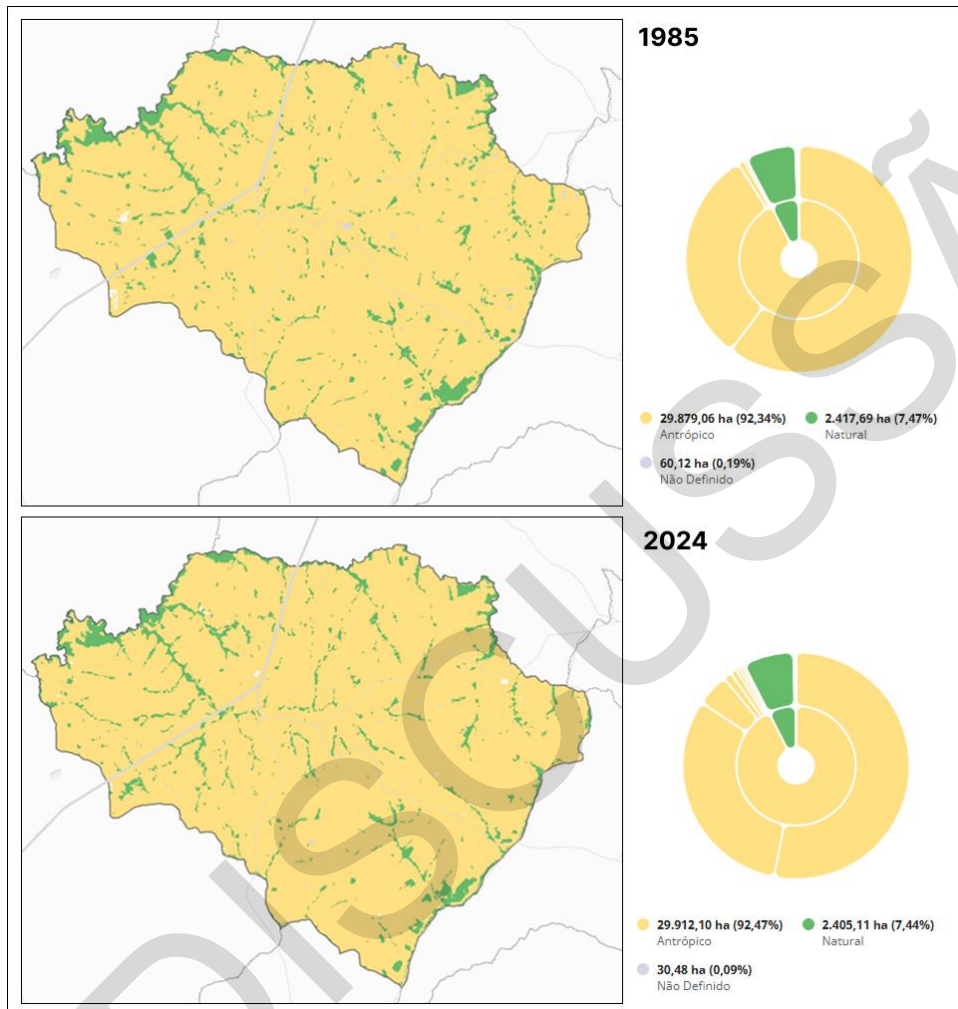
Figura 3.3-2: Cobertura vegetal original remanescente em Urupês



Fonte: IPA, 2021; FBDS, 2023; IBGE, 2022; DER, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Dados do Mapbiomas de 2025, apresentados na **Figura 3.3-3**, mostram que a cobertura de solo natural pouco mudou entre 1985 e 2024, já encontrando-se severamente reduzida - em mais de 90% - ao menos desde 1985. Isso evidencia um processo de antropização do uso do solo bastante precoce e já consolidado há pelos menos quadro décadas no município.

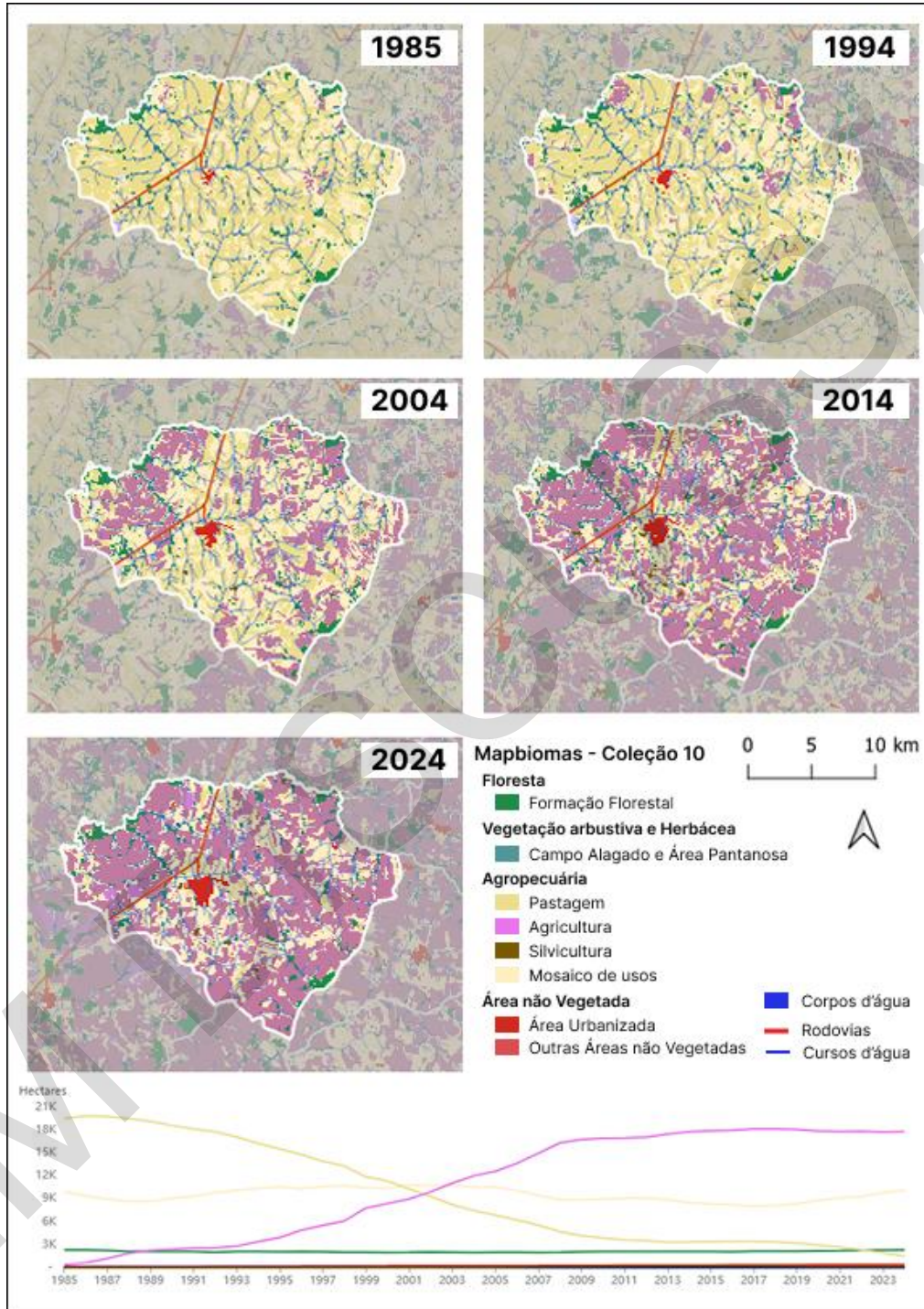
Figura 3.3-3: Comparativo da cobertura do solo em Urupês em 1985 e em 2024.



Fonte: MapBiomias, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

Apesar da pouca variação entre as frações de cobertura do solo natural e antrópica, nota-se mudanças significativas no uso do solo nas últimas quatro décadas, como mostra a **Figura 3.3-4**. A principal e mais evidente delas é a substituição, sobretudo entre 1994 e 2014, de pastagens por agricultura, em especial de cana-de-açúcar que hoje ocupa 171,87 km², o equivalente a 53% do território. O entorno da mancha urbana, entretanto, têm permanecido predominantemente ocupado por um mosaico de usos.

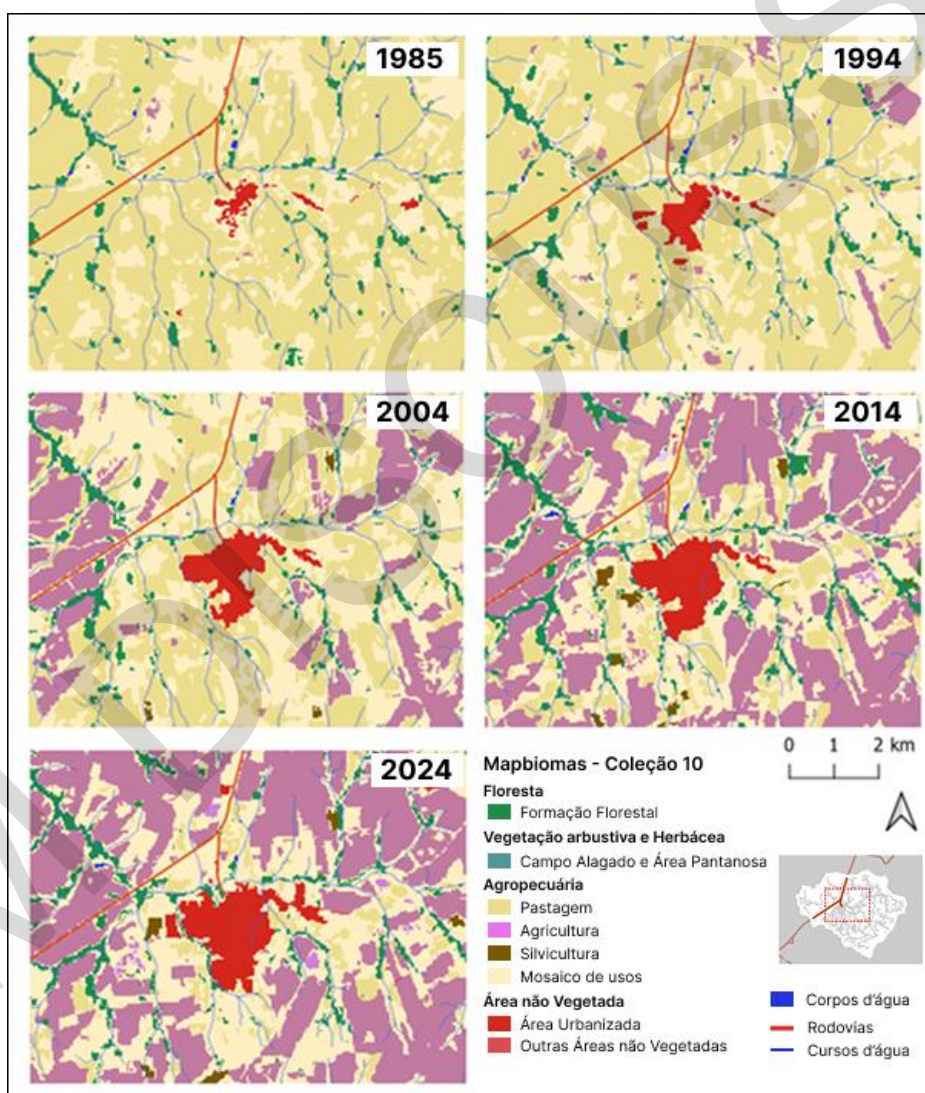
Figura 3.3-4: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023



Fonte: MapBiomas, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

A mancha urbana parte, em 1985, de um pequeno núcleo acompanhado de alguns poucos fragmentos de ocupação próximos às margens dos córregos do Barreiro (ou Mundo Novo), Guaripú e Santa Rosa. Esta se expande gradativamente sobretudo para sul e para oeste até chegar às margens do Córrego da Água Sumida, já em 2004. Nesse processo de expansão, o tecido urbano avança sobre o Córrego Santa Rosa, recentemente canalizado, e a mancha urbana cresce até se tornar ladeada a norte, a oeste e também a sudeste por cursos d'água e fragmentos de vegetação preservada (**Figura 3.3-5**)

Figura 3.3-5: Histórico de cobertura do solo de 1985 a 2024 para as proximidades do perímetro urbano



Fonte: MapBiomas, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

O município de Urupês não possui Unidades de Conservação de qualquer tipo em seu território.

3.4. Áreas com restrição a ocupação urbana

As áreas com restrição à ocupação urbana compreendem porções do território onde características ambientais ou geotécnicas limitam ou condicionam o uso do solo. Muitas vezes estas limitações se encontram inclusive já previstas em lei. A identificação dessas áreas é fundamental para orientar o crescimento urbano, prevenindo a ocupação de zonas suscetíveis a riscos ou vulneráveis do ponto de vista ambiental, assegurando que a expansão ocorra de forma segura e compatível com as condições ambientais no município.

3.4.1. Análise das áreas de risco

A análise das áreas de risco busca identificar porções do território onde há maior probabilidade de ocorrência de eventos adversos, como deslizamentos e inundações, que possam comprometer a segurança da população e a infraestrutura urbana. Essas informações são essenciais para subsidiar o planejamento e o ordenamento territorial, garantindo que a expansão urbana se desenvolva de forma preventiva e minimizando a necessidade de intervenções corretivas futuras.

Não foram localizados mapeamentos oficiais de áreas de risco elaborados pela Defesa Civil ou por órgãos como o CPRM ou o IPT para o município de Urupês. Diante dessa ausência de dados específicos, optou-se por utilizar como referência as informações de suscetibilidade a processos geomórficos mapeadas pelo Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo de 2022 (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

O Atlas apresenta mapeamentos das áreas com suscetibilidade aos processos geomórficos dominantes, classificando-as segundo classes de suscetibilidade de forma a embasar o planejamento quanto à ocupação e ao uso do solo. Neste mapeamento são considerados, além da declividade, as classes e subclasses de solo e atributos como, profundidade, permeabilidade e trofismo (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Visando identificar áreas mais propensas à ocorrência de processos geomórficos que possam vir a impactar com maior severidade a ocupação urbana, priorizou-se a análise dos dados referentes à suscetibilidade a dois processos geomórficos em especial: movimentos de massa e inundações. No entanto, de acordo com o Atlas de Suscetibilidade dos Solos, o município de Urupês não apresenta áreas com suscetibilidade a movimentos de massa. Dessa forma, será apresentada a seguir apenas a análise referente à suscetibilidade a inundações.

Estes processos exercem influência direta sobre a segurança da ocupação urbana, visto que essas ocorrências podem comprometer a integridade de edificações, a infraestrutura urbana e a segurança da população, além de gerar custos expressivos para recuperação de áreas afetadas. No contexto das mudanças climáticas, que tendem a intensificar eventos extremos de precipitação e ampliar a recorrência desses processos, a atenção a essas vulnerabilidades torna-

se ainda mais relevante. A identificação e a consideração dessas áreas mais suscetíveis no planejamento territorial são fundamentais para a adaptação e a resiliência climática do município.

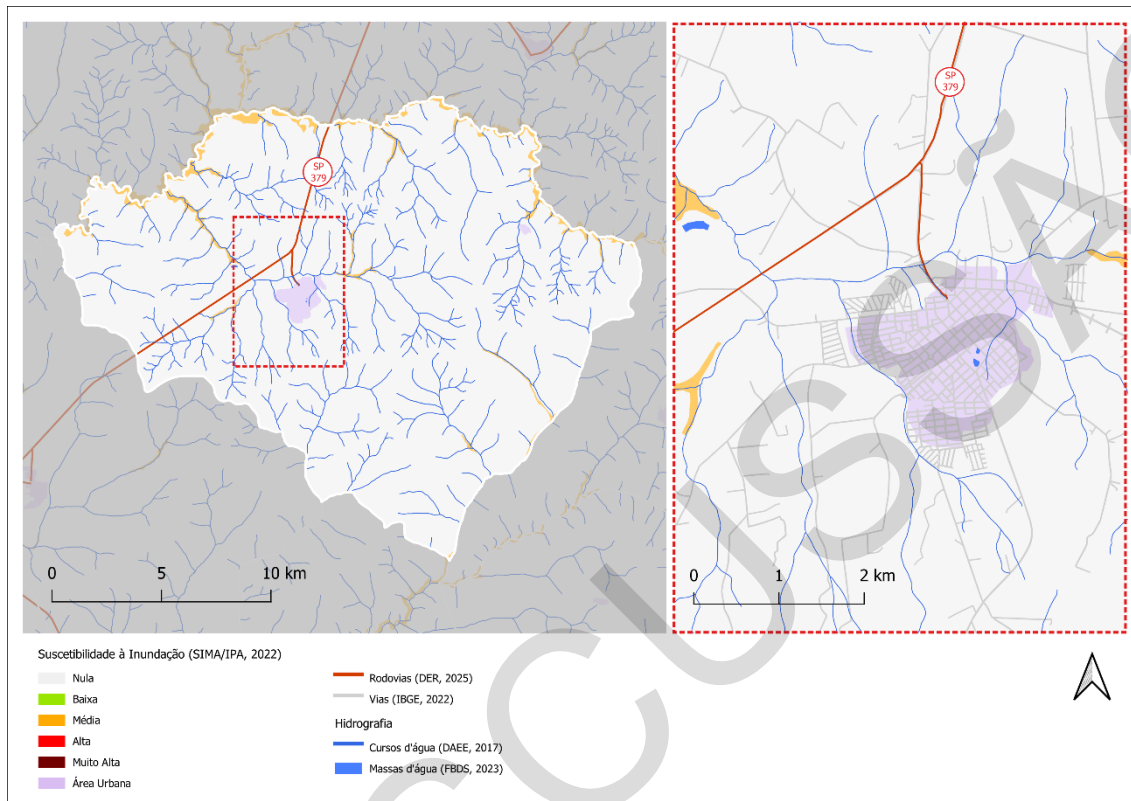
3.4.1.1. Inundações

Inundação é o processo que ocorre quando grande volume de água transborda, em consequência de chuvas, elevação do nível de rios e marés, ocupando áreas de planícies, a partir da submersão dos terrenos subjacentes, fora dos limites do leito maior de um curso d'água em zonas que normalmente não se encontram submersas. Para avaliar a suscetibilidade a esse fenômeno foram adotadas as classes baixa, média e alta, considerando, além da declividade, atributos como classe de solo, profundidade, textura e hidromorfia. Baixas declividades, as classificadas como planas, e as classes de solo Organossolos e Gleissolos em geral tendem a favorecer a suscetibilidade a inundações (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Em Urupês não há áreas classificadas com suscetibilidades muito alta e alta. As áreas classificadas com suscetibilidade média, por sua vez, somam 24,92 km², correspondendo a 7,66% do território. Elas se distribuem conforme mostra a **Figura 3.4.1.1-1** localizando-se de maneira geral em declividades planas, ao longo das planícies fluviais de cursos d'água, em especial do Rio Cubatão e do Córrego do Barreiro, e em solos do tipo Gleissolos Háplicos.

Nas imediações da mancha urbana observa-se que há pequenos fragmentos, nas planícies fluviais do Córrego do Barreiro e do Córrego do Retiro em que há suscetibilidade média à inundações. Nessas áreas a ocupação urbana é pouco indicada.

Figura 3.4.1. 1-1: Suscetibilidade a inundações no município de Urupês

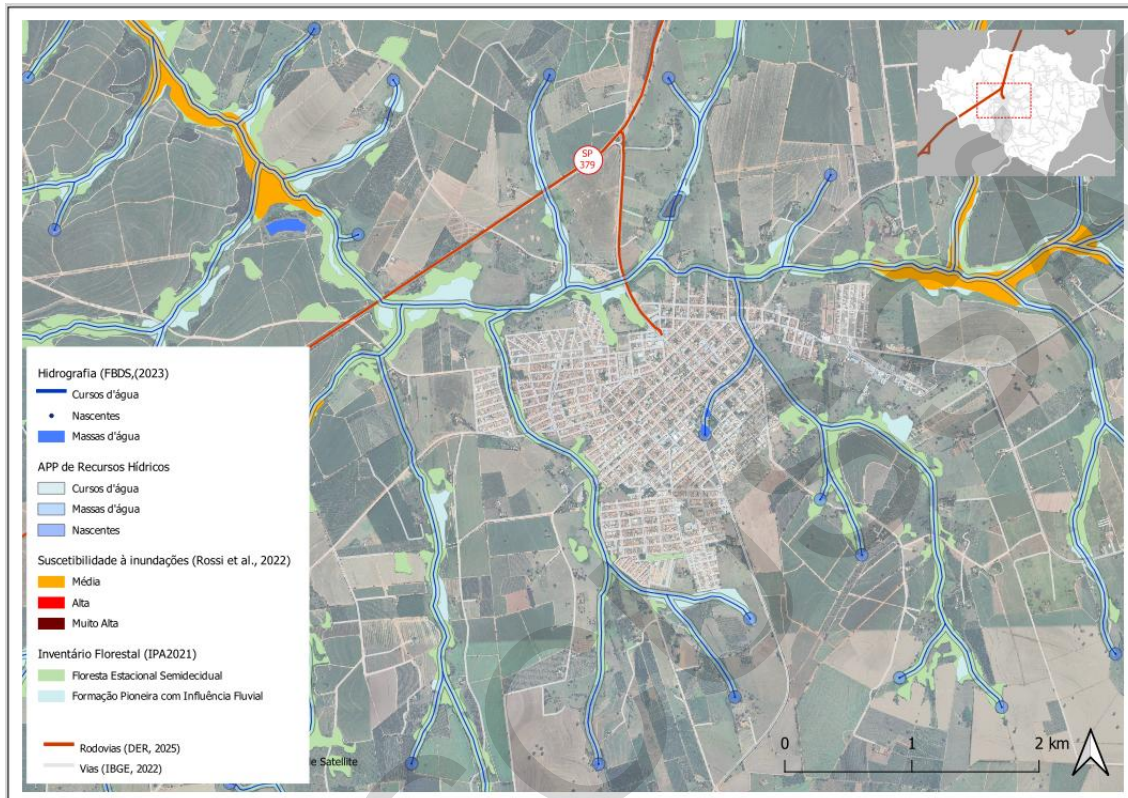


Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

3.4.2. Restrições à ocupação

A análise das restrições à ocupação urbana envolve o mapeamento e a caracterização dos principais aspectos ambientais e legais que limitam, condicionam ou impedem a urbanização no município. Essas restrições, derivadas de características físicas do território e de dispositivos legais de proteção, são fundamentais para orientar a expansão urbana de forma segura e sustentável. A seguir serão apresentadas as principais restrições à ocupação e à expansão nas proximidades do perímetro urbano de Urupês, áreas que estão representadas na **Figura 3.4.2-1**.

Figura 3.4.2-1: Principais restrições a ocupação urbana nas proximidades do perímetro urbano



Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022; FF, 2024; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Áreas de Proteção Permanente (APPs)

Entre as restrições ambientais previstas em lei estão as Áreas de Proteção Permanente (APPs), que podem ser de três tipo:

- **APPs de Declividade:** O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), em seu Art. 4º, inciso V, estabelece que encostas ou partes destas com declividade superior a 45° constituem áreas de preservação permanente. No entanto, como já mencionado no item 3.4.1, não há no município inclinações superiores a 45°, não havendo, dessa forma, APPs de encosta.
- **APPs de Vegetação:** De forma análoga, não há no município áreas com vegetação característica que configurem APPs segundo o Código Florestal, como mangues ou restingas. Dessa forma, também não há incidência de APPs de vegetação no território de Urupês.
- **APPs de Recursos Hídricos:** Como já disposto no item 3.2.1, de acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), cursos d'água naturais com até 10 m de largura devem ter faixa marginal de preservação mínima de 30 m em cada margem, independentemente de estarem em zonas urbanas ou rurais. Já para lagos e lagoas naturais, a lei estabelece faixas mínimas de 100 m em zonas rurais (ou 50 m quando a superfície for

inferior a 20 hectares) e de 30 m em zonas urbanas. Nascentes e olhos d'água perenes contam com faixa de proteção de raio mínimo de 50 m. Essas delimitações visam preservar a qualidade da água, manter a estabilidade das margens e reduzir a vulnerabilidade a inundações e processos erosivos. Em Urupês, conforme dados da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), a totalidade dos cursos d'água apresenta calha inferior a 10 m, aplicando-se a faixa mínima de 30 m prevista na legislação. No perímetro urbano, contudo, essas faixas de APP para os córregos Guaripu e Santa Rosa encontram-se em muitos trechos ocupadas por edificações, conforme mostra a **Figura 3.4.2-1**, havendo interferência da ocupação urbana nos recursos hídricos. Essa ocupação, ainda que em áreas já consolidadas, representa um ponto de atenção, pois reduz a capacidade de absorção e infiltração das margens, aumenta o risco de alagamentos e compromete a integridade ecológica desses ambientes.

Áreas de declividade maior que 30%

Conforme já disposto no item **3.1**, áreas com declividade superior a 30% apresentam maior suscetibilidade a processos geomórficos, como erosão, escorregamentos e instabilidade do solo, o que demanda maior cautela na sua ocupação. Dessa forma, a legislação brasileira, por meio da Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece que terrenos com essa inclinação natural não podem ser parcelados, salvo quando atendidas exigências específicas definidas pelas autoridades competentes. No município de Urupês, contudo, as áreas com declividades maiores que 30% totalizam menos de 0,2% do território, consistindo em pequenos fragmentos pouco representativos distantes da mancha urbana. Dessa forma, pode-se dizer que as restrições da Lei Federal nº 6.766/1979 com relação à declividade para o parcelamento do solo não se configuram em limitações efetivas para a ocupação do solo no município.

Área suscetíveis a movimentos de massa e a inundações

Embora não existam mapeamentos específicos da Defesa Civil ou do CPRM/IPT para o município, dados de suscetibilidade a processos geomórficos indicam, conforme disposto no item **3.4.1**, que Urupês não possui áreas suscetíveis a movimentos de massa. Quanto a inundações, a vulnerabilidade a essas ocorrências se concentra principalmente em trechos próximos a cursos d'água, conforme mostra a **Figura 3.4.2-1**. Nas proximidades do perímetro urbano a ocupação do solo demanda cuidados adicionais, considerando o potencial de risco à população e de danos à infraestrutura urbana. No contexto das restrições à expansão, tais áreas devem ser tratadas como prioritárias para medidas preventivas e de mitigação, integrando diretrizes que evitem a implantação de novos empreendimentos em locais vulneráveis e favoreçam soluções de drenagem, contenção e proteção ambiental.

3.4.3. Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR

O Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas (ICAR) é uma ferramenta que teve como ponto de partida os dez passos essenciais definidos pela campanha *Construindo Cidades Resilientes*, promovida a partir de 2010 pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos. A campanha visa mobilizar governos e comunidades para fortalecer a resiliência urbana frente a desastres e às mudanças climáticas e para isso indica 10 passos essenciais:

1. **Organização e coordenação** de ações com participação da sociedade civil;
2. **Orçamento** específico para redução de riscos e incentivo a práticas seguras;
3. **Avaliação de riscos** e vulnerabilidades com acesso público à informação;
4. **Infraestrutura crítica**, como drenagem e obras de adaptação;
5. **Escolas e hospitais seguros**, com avaliação e modernização das estruturas;
6. **Planejamento territorial e uso do solo**, com aplicação e fiscalização das normas;
7. **Educação e percepção**, com programas de conscientização e capacitação;
8. **Proteção dos ecossistemas naturais** como estratégia preventiva;
9. **Sistemas de alerta e resposta a desastres**, com preparação da população; e
10. **Recuperação e reconstrução**, com foco nas necessidades das comunidades afetadas.

Com base nesses passos, o ICAR, por sua vez, procurou avaliar o comprometimento dos municípios com a construção de uma gestão urbana mais segura, adaptável e sustentável diante dos impactos climáticos. Dessa forma, para cada passo com exceção do 6 (Planejamento territorial e regulamentação do uso e ocupação do solo) e 10 (Recuperação e reconstrução)⁸, foram calculados subíndices com base em componentes, em geral outros índices já estabelecidos, aos quais foram atribuídos pesos diversos detalhados em São Paulo (2022). Ao todo são avaliados 32 indicadores.

A partir do Índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas (ICAR), os municípios foram agrupados em cinco classes de capacidade de adaptação e resiliência pelo método das Quebras Naturais: muito baixa, baixa, moderada, alta e muito alta.

A classificação de Urupês quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada um dos subíndices considerados está apresentada no **Quadro 3.4.3-1**, onde consta também os componentes avaliados para cada subíndice.

⁸ De acordo com São Paulo (2022), não são avaliados para o cálculo do ICAR os passos 6 (Planejamento territorial e regulamentação do uso e ocupação do solo) e 10 (Recuperação e reconstrução), uma vez que isso implicaria na necessidade de consulta aos planos diretores, leis municipais de uso e ocupação, códigos de obras e levantamento de medidas pós-desastres de todos os municípios paulistas, o que fugiria ao escopo do trabalho.

Quadro 3.4.3-1: Classificação de Urupês quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice do ICAR, em 2022

Subíndice	Componentes considerados	Classificação de Urupês quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice
Governança (GOV)	<ul style="list-style-type: none"> • IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social • PMVA – Pontuação no Programa Município VerdeAzul • EEA2 – Existência de estrutura de primeiro escalão para meio ambiente • EEA6 – Presença de funcionários efetivos com formação ou experiência na área ambiental e administrativa • CA6 – Atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (resoluções e relatórios) 	Baixa (0,15–0,28)
Recursos financeiros (RFI)	<ul style="list-style-type: none"> • IDR – Índice de Dimensão de Riqueza do IPRS 	Moderada (0,41–0,53)
Avaliação de risco (AVR)	<ul style="list-style-type: none"> • IPG – Percentual da área do município com perigos geodinâmicos altos ou muito altos • IVU – Percentual da área com vulnerabilidade de ocupações residenciais • IRI – Percentual de risco geodinâmico em áreas residenciais • IDG – Número de desastres geodinâmicos por 1.000 habitantes 	Muito alta (0,91–1,00)
Infraestrutura crítica (INC)	<ul style="list-style-type: none"> • IGE – Indicador de grandes equipamentos localizados em zonas de perigo • US1 – Existência de Plano de Controle de Erosão aprovado pela Câmara Municipal 	Alta (0,44–0,71)
Escolas e hospitais seguros (EHS)	<ul style="list-style-type: none"> • EZP – Percentual de escolas em zonas de perigo • MPH – Número de médicos por mil habitantes • LPH – Número de leitos por mil habitantes 	Moderada (0,59–0,69)
Educação e percepção (EDP)	<ul style="list-style-type: none"> • IDE – Índice de Dimensão de Escolaridade do IPRS • EEA1 – Programa Municipal de Educação Ambiental aprovado • EEA7 – Existência de Centro ou Espaço de 	Muito baixa (0,00–0,40)

Subíndice	Componentes considerados	Classificação de Urupês quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice
	Educação Ambiental em funcionamento <ul style="list-style-type: none"> • QA6 – Participação em capacitações preparatórias da Operação Estiagem e/ou Verão 	Muito baixa (0,00–0,13)
Proteção dos ecossistemas naturais (PEN)	<ul style="list-style-type: none"> • BIO1 – Plano Municipal de Mata Atlântica e/ou Cerrado aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente • GA6 – Ações de recuperação ambiental de nascentes • BIO7 – Área em processo de restauração ecológica • AU8 – Cobertura vegetal no perímetro urbano • EA5 – Ações de fiscalização ambiental • ICVN – Índice de cobertura vegetal nativa • IUPI – Índice de unidades de proteção integral • IUUS – Índice de unidades de uso sustentável • NAIA – Número total de autuações ambientais 	
Sistemas de alerta e capacidade de resposta aos desastres (SACR)	<ul style="list-style-type: none"> • IGE – Indicador de gestão de risco • US5 – Inserção de dados de desastres no SIDEC MVA • QA5 – Participação na Operação Corta-Fogo • QA8 – Mapeamento de queimadas com dados do INPE 	
ICAR		Baixa

Fonte: São Paulo, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Conforme observa-se no **Quadro 3.4.3-1**, Urupês tem bom desempenho nos subíndices Avaliação de risco e Infraestrutura crítica com classificação muito alta e alta respectivamente. No entanto, o município tem desempenho muito ruim nos subíndices Educação e Percepção, Proteção dos ecossistemas naturais e Sistemas de alerta e capacidade de resposta aos desastres, nos quais apresenta classificação muito baixa. Além disso, também performa mal no subíndice Governança em que tem classificação baixa. Dessa forma, a capacidade de adaptação e resiliência dada pelo ICAR para Urupês é classificada como baixa.

Comparado a outros municípios próximos integrantes da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, outros 14 municípios também têm classificação baixa. São eles: Guapiáçu, José Bonifácio, Macaubal, Mendonça, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Orindiúva, Palestina, Poloni, Zacarias, Sales, Potirendaba e Irapuã, esses dois últimos limítrofes a Urupês.

3.5. Saneamento ambiental

Este item se refere à caracterização da infraestrutura de saneamento básico, a partir da análise do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário, além do manejo de resíduos sólidos – envolvendo coleta de resíduos sólidos domiciliares convencional e seletiva - e o manejo de águas pluviais.

3.5.1. Sistema de abastecimento de água

Para a análise do sistema de abastecimento de água de Urupês foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

- Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (URUPÊS, 2017) instituído pela Lei Municipal nº2.418 de 2017;
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

Com relação aos dados do SNIS e do SINISA, procurou-se identificar os índices e as informações equivalentes nos dois sistemas, a fim de se obter uma análise histórica ao menos dos dez últimos anos disponíveis para o atendimento, a extensão da rede, a quantidade de ligações, o consumo e o índice de perdas. Importante pontuar que os dados que alimentam estes sistemas são auto declaratórios, ou seja, reportados pelo próprio município ou prestador de serviço, o que pode incorrer em eventuais incongruências ou ausência de informações.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (URUPÊS, 2017), o sistema de abastecimento de água do município é operado e supervisionado diretamente pela Prefeitura Municipal e abrange toda a área urbana, incluindo o distrito de São João do Itaguaçu. Para abastecimento público é utilizado apenas manancial subterrâneo, cujo sistema de captação de água é formado por 13 poços, dos quais um encontra-se desativado. Informações mais detalhadas sobre os poços de captação estão apresentadas na **Figura 3.5.1-1**.

Figura 3.5.1-1: Informações sobre poços de captação em Urupês

Poço	A/D	Vazão (m³/h)	Profundidade (m)	Revestimento	Coord. – Zona: 22 K	Endereço
P1 Boa Vista I	A	21,85	140	Metálico de 6"	676640/ 7654538	Rua José Marchioni, 120
P2 Matadouro	A	30	140	Metálico de 8"	676501/ 7655422	Sítio São Silvestre - Bairro Bacurizinho
P3 Dr. Adécio	A	75,27	120	Metálico de 8"	677157/ 7653930	Rua Domingos Logulo, 746
P4 João Pestana	A	24	120	Metálico de 6"	677645/ 7653368	Rua Pedro Jorge, 12
P5 São Gonçalo	A	17,25	140	Metálico de 6"	676640/ 7654538	Rua Domingos Logulo, 269
P6 Saída Cantanduva	A	8,16	120	Metálico de 8"	678473/ 7654826	Rua Olavo Bilac, 300
P7 Banespinha	A	27,60	120	Metálico de 8"	677636/ 7653480	Rua Gustavo Martins Cerqueira, 1300
P8 Distrito São João do Itaguaçu	A	13,6	120	Metálico de 15"	687803/ 7656814	Rua Bahia, 9
P9 Distrito Industrial	A	8,38	80	Metálico de 6"	679389/ 7654390	Av. Hubert Castilho, 655
P10 Res. dos Lagos II	A	18,80	120	Metálico de 6"	678023/ 7653977	Rua Luiz de Cezare, 200
P11 Res. Pôr do Sol	A	9,27	110	PVC de 6"	676648/ 7653942	Rua Sebastião M. da Silva, 175
P12 Boa Vista II	A	8,74	58	PVC de 6"	676110/ 7654629	-
P13 Res. Urupês II	D	5	90	Metálico de 2"	677613/ 7653235	-

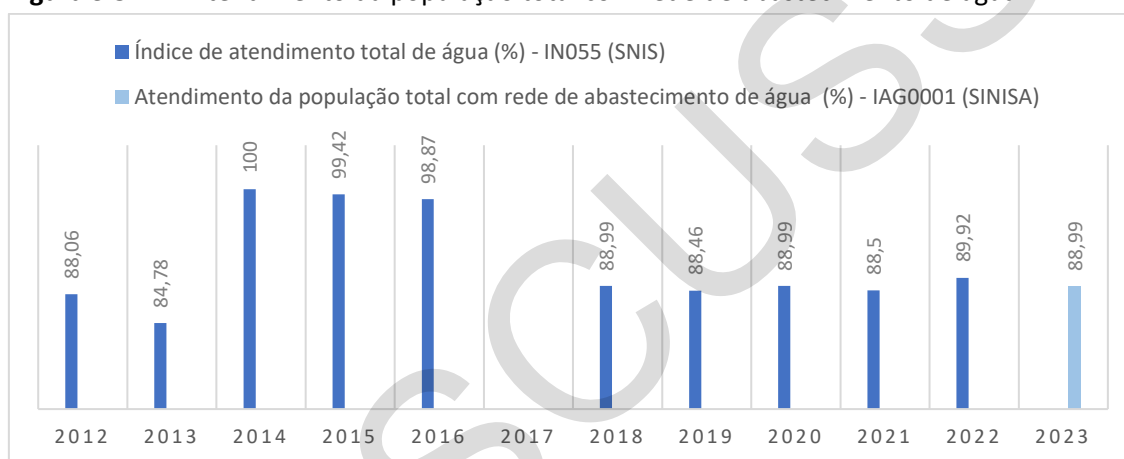
Fonte: URUPÊS, 2017.

O município dispõe também de 12 reservatórios ativos, sendo 04 de concreto e 8 de material metálico, que juntos atingem uma capacidade de reservação de 1.455 m³. Após a captação subterrânea, a água obtida passa por processos automatizados de cloração e fluoretação, que

ocorrem na saída dos poços preparando a água para ser encaminhada aos reservatórios e distribuída ao longo das economias presentes na malha urbana.

Segundo os dados reportados ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA (2025), referentes ao ano de 2023, o atendimento da população urbana (IAG0002) é de 100% enquanto o da população rural (IAG0003) é de 0%, evidenciando que enquanto na área urbana o atendimento é universalizado, na área rural o abastecimento é realizado por soluções individuais, sem cobertura pelo sistema público. Dessa forma, o atendimento da população total (IAG0001) em 2023 é de 88,99%. Este índice tem se mantido praticamente estável pelo menos nos últimos seis anos, como mostra a **Figura 3.5.1-2**.

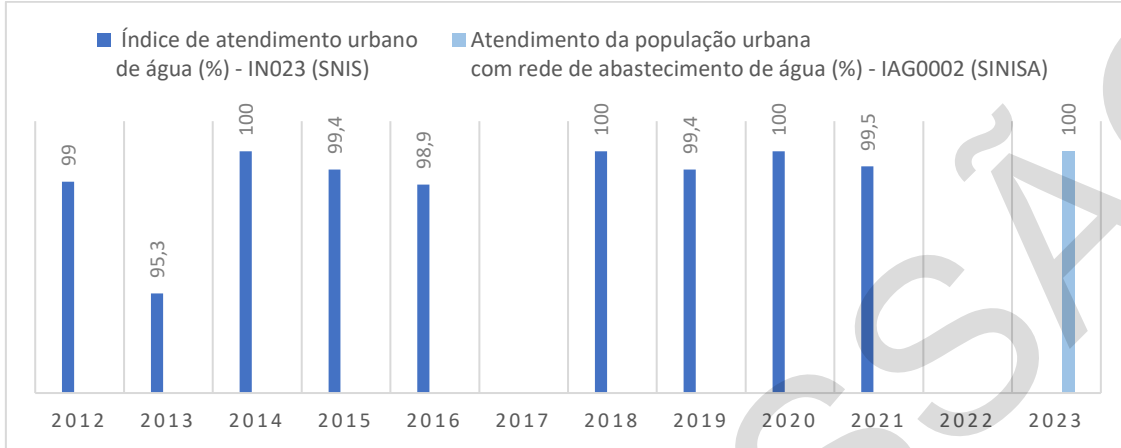
Figura 3.5.1-2: Atendimento da população total com rede de abastecimento de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quanto ao abastecimento da população urbana, cuja evolução é apresentada na **Figura 3.5.1-3**, pode-se dizer que o atendimento é praticamente universalizado desde 2014, apesar da ausência de dados para os anos de 2017 e 2022.

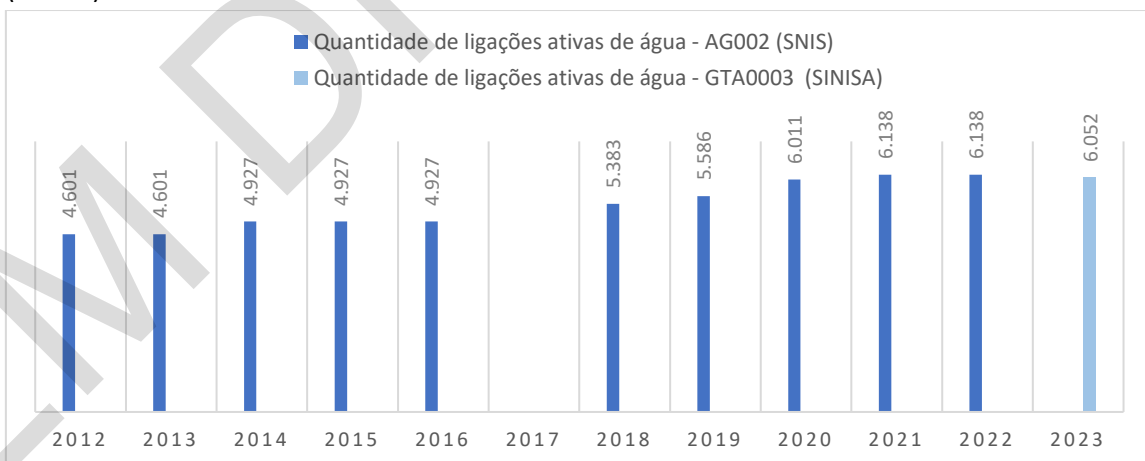
Figura 3.5.1-3: Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quando se trata de quantidade de ligações ativas de água, que nesse caso se identifica com a quantidade de economias ativas, sua evolução é apresentada na **Figura 3.5.1-4**. Nota-se que aumentou gradualmente de 2012 a 2021, quando atingiu 6.138 ligações, seu valor máximo, mantendo o número em 2022 e decrescendo em 2023, com 6.052 ligações. Em dez anos, houve um acréscimo de 1.451 ligações o que significa um aumento de cerca de 31,5%. Este aumento em quase um terço ao mesmo tempo em que se manteve, pelo menos desde 2014, um atendimento urbano próximo a 100%, aponta para uma expansão urbana significativa e gradual na última década.

Figura 3.5.1-4: Evolução da quantidade de ligações ativas de água, AG002 (SNIS) e GTA0003 (SINISA)

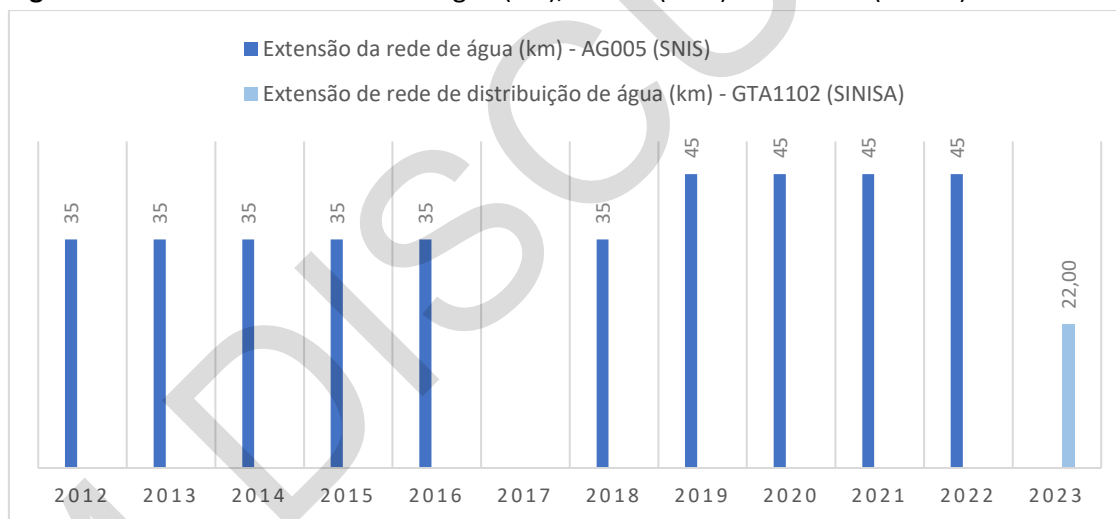


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento, em 2017, dos 35 km de rede de abastecimento público, incluindo nessa extensão a rede do Distrito de São João do Itaguaçu, 90% das tubulações são compostas por PVC e se encontram em bom estado de conservação. Entretanto, os 10% restantes da rede são de ferro fundido e tem mais de 70 anos de idade, fator que compromete seu estado de conservação e favorece perdas na tubulação. Além disso, a prefeitura informou a falta de um mapeamento da rede de distribuição de água para melhor constatação da localidade, estado de conservação, material e trajeto das tubulações (URUPÊS, 2017).

De acordo com os dados informados ao SNIS e ao SINISA sobre a extensão da rede (**Figura 3.5.1-5**) de 2018 para 2019 houve uma expansão de 35 km para 45 km. Entretanto o valor informado em 2023 é de apenas 22 km, essa diferença, aparentemente incongruente, pode decorrer de variações na metodologia de levantamento ou de falhas na atualização de informações junto ao SINISA, recomendando-se a verificação junto ao prestador e à administração municipal.

Figura 3.5.1-5: Extensão da rede de água (km), AG005 (SNIS) e GTA1102 (SINISA)

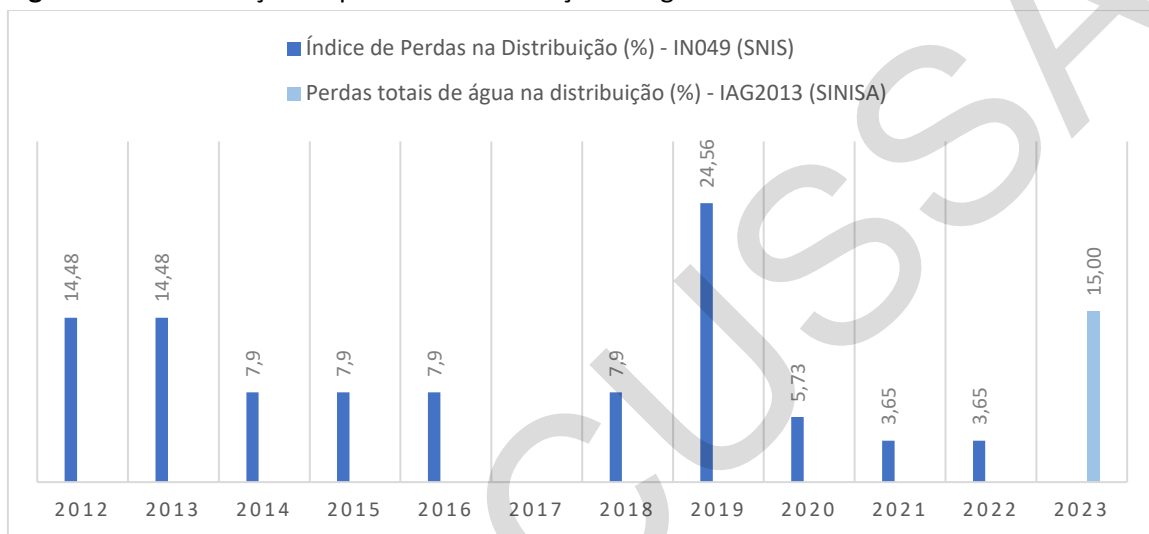


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A Portaria nº 490/2021 do governo federal condiciona o repasse de recursos financeiros aos municípios à redução do índice de perdas na distribuição de água, estabelecendo como meta para os municípios brasileiros até 2033/2034 alcançar médias de no máximo 25% de perdas. Dito isso, em Urupês, embora tenha havido um pico de perdas em 2019 com relação a outros anos, a série histórica deste índice (**Figura 3.5.1-6**) mostra a prevalência de valores considerados aceitáveis, uma vez que todos são inferiores a 25%, havendo ainda a ocorrência de valores considerados excelentes, como 5,73% em 2020 e 3,65% em 2021 e 2022. Nesse índice, Urupês encontra-se bem abaixo das médias do Brasil, da Região Sudeste e do Estado de São Paulo como

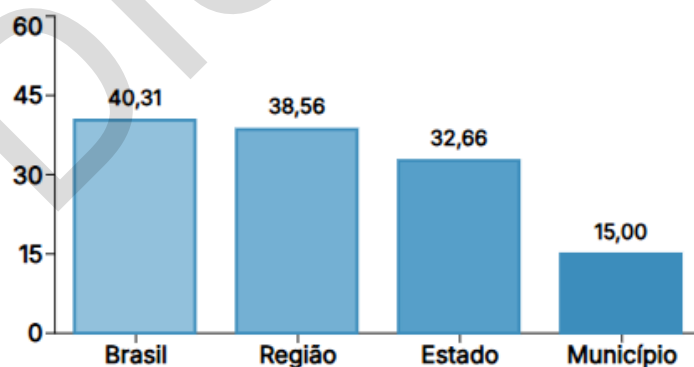
mostra a **Figura 3.5.1-7**. Contudo, o Plano Municipal de Saneamento Básico (URUPÊS, 2017) estima a partir de dados fornecidos pela prefeitura em 2016, perdas de cerca de 41,2%, um valor bastante alto. Esta divergência de valores pode se dar graças a uma diferença na metodologia ou nos dados utilizados para o cálculo, recomendando-se, portanto, verificação junto ao prestador para garantir a confiabilidade das informações.

Figura 3.5.1-6: Evolução de perdas na distribuição de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 3.5.1-7: Comparativo dos valores de perdas de água na distribuição (indicador IAG2013 – SINISA) no ano de 2023

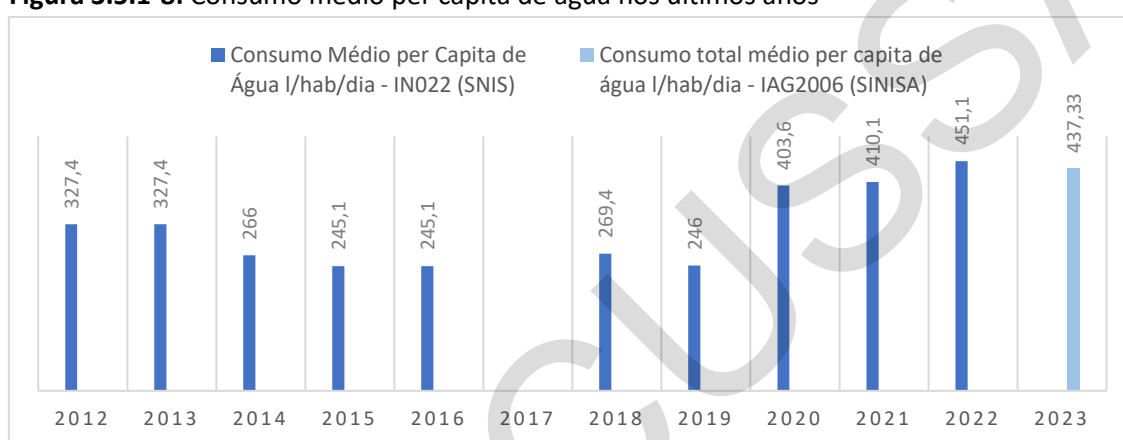


Fonte: SINISA, 2025.

Quanto ao consumo, cuja evolução é apresentada na **Figura 3.5.1-8**, a série histórica indica duas mudanças significativas no patamar de consumo nos últimos 10 anos. O consumo que era de 327,4 l/hab/dia em 2012 e 2013 caiu significativamente mantendo valores próximos a 245

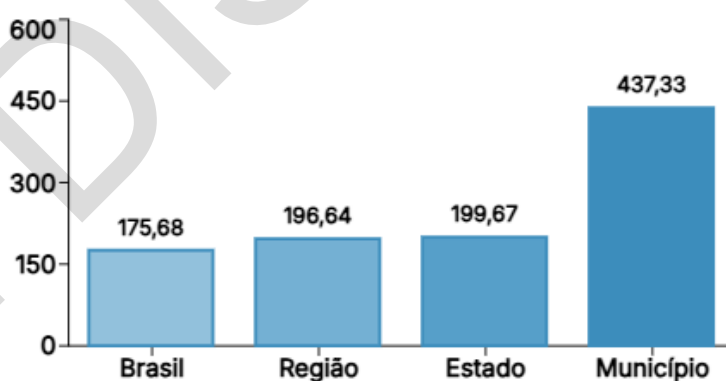
l/hab/dia de 2014 a 2019. Já em 2020 registrou-se um aumento vertiginoso, alcançando 403,6 l/hab/dia, valor que seguiu aumentando e chegou a 437,33 l/hab/dia em 2023. Esse é um valor bastante acima das médias da Região Sudeste e do Estado de São Paulo e chega a ser mais que o dobro da média nacional, como mostra a **Figura 3.5.1-9**. É possível que os altos índices de consumo recentes se devam a altos índices de perdas não rastreadas, uma vez que a divergência entre os valores informados no SNIS e no SINISA e os apontados no Plano Municipal de Saneamento indicam incongruências que reduzem a confiabilidade desses valores.

Figura 3.5.1-8: Consumo médio per capita de água nos últimos anos



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 3.5.1-9: Comparativo do consumo total médio per capita de água no município em 2023 com as médias brasileira, regional e estadual



Fonte: SINISA, 2025.

A análise do sistema de abastecimento de água de Urupês evidencia algumas vulnerabilidades estruturais e operacionais que, embora não representem risco iminente de colapso, comprometem em parte a segurança hídrica e a eficiência do serviço. Entre os principais pontos

observados estão a ausência de mapeamento e cadastro atualizado das redes de distribuição, a existência de infraestrutura antiga e em mau estado de conservação, a divergência entre as informações oficiais sobre os índices de perdas e o consumo per capita significativamente acima das médias regional, estadual e nacional.

Tais fragilidades têm relação direta com os desafios apontados no eixo de segurança hídrica do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC-SP (2025), que prevê, entre outras ações, a redução das perdas na distribuição, a ampliação da segurança dos sistemas de abastecimento, a utilização racional dos mananciais e a diversificação das fontes hídricas como estratégias para aumentar a resiliência dos municípios frente a cenários de escassez e eventos extremos. O PEARC-SP enfatiza a necessidade de integrar o planejamento de saneamento às políticas climáticas, priorizando soluções baseadas na natureza, a modernização de redes e a adoção de tecnologias de monitoramento e controle de consumo.

3.5.2. Sistema de esgotamento sanitário

Para a análise do sistema de abastecimento de água de Urupês foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

- Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (URUPÊS, 2017) instituído pela Lei Municipal nº2.418 de 2017;
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

Com relação aos dados do SNIS e do SINISA, procurou-se identificar os índices e as informações equivalentes nos dois sistemas, a fim de obter uma análise histórica ao menos dos dez últimos anos disponíveis para o atendimento, a extensão da rede, a quantidade de ligações, e a fração de esgoto coletado referido à água consumida. Importante pontuar que os dados que alimentam estes sistemas são auto declaratórios, ou seja, reportados pelo próprio município ou prestador de serviço, o que pode incorrer em eventuais incongruências ou ausência de informações.

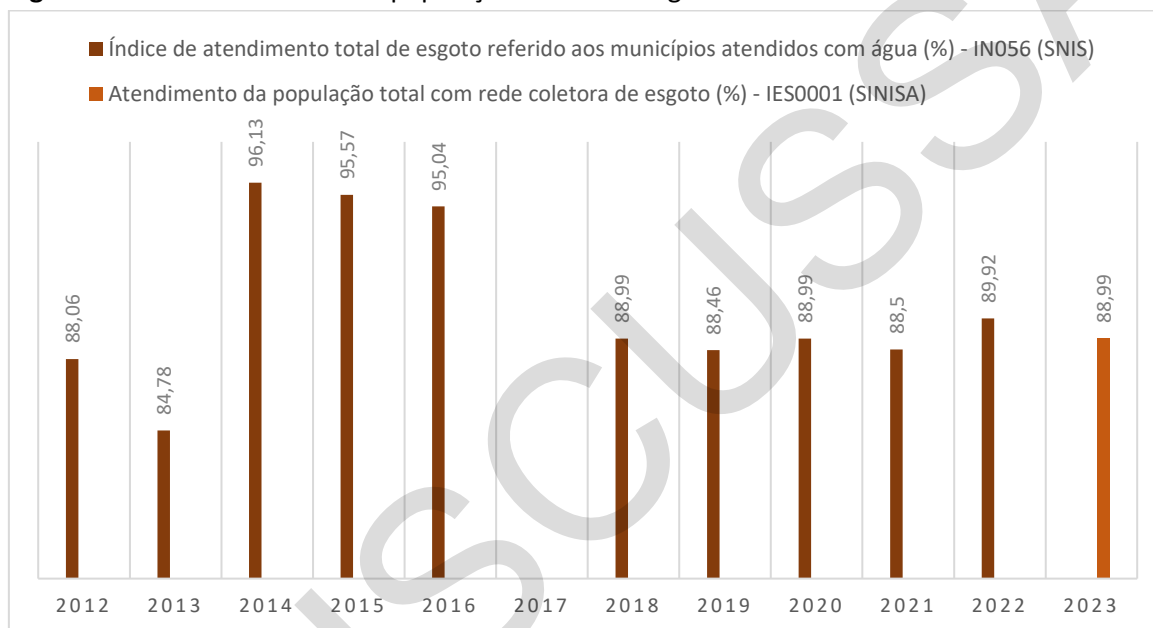
De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (URUPÊS, 2017), o sistema de esgotamento sanitário do município é operado pela própria Prefeitura Municipal, sendo o sistema de coleta presente não apenas na sede do município, mas também no distrito São João do Itaguaçu.

Segundo dados do SINISA referentes ao ano de 2023, o atendimento com rede coletora da população urbana (indicador IES0002) é de 100%. Já entre a população total o atendimento

(IES0001) é de 88,99% uma vez que a população rural não conta com rede coletora, recorrendo a soluções individuais de esgotamento sanitário como fossas sépticas ou fossas negras.

Observando dados de indicador equivalente no SNIS para atendimento da população total em anos recentes, apresentados na **Figura 3.5.2-1**, nota-se que o índice de atendimento total de esgoto esteve, entre 2018 e 2023, estável em torno de 88,5%. No entanto, em anos anteriores o município chegou a alcançar índices maiores chegando a bater 96,13% em 2014.

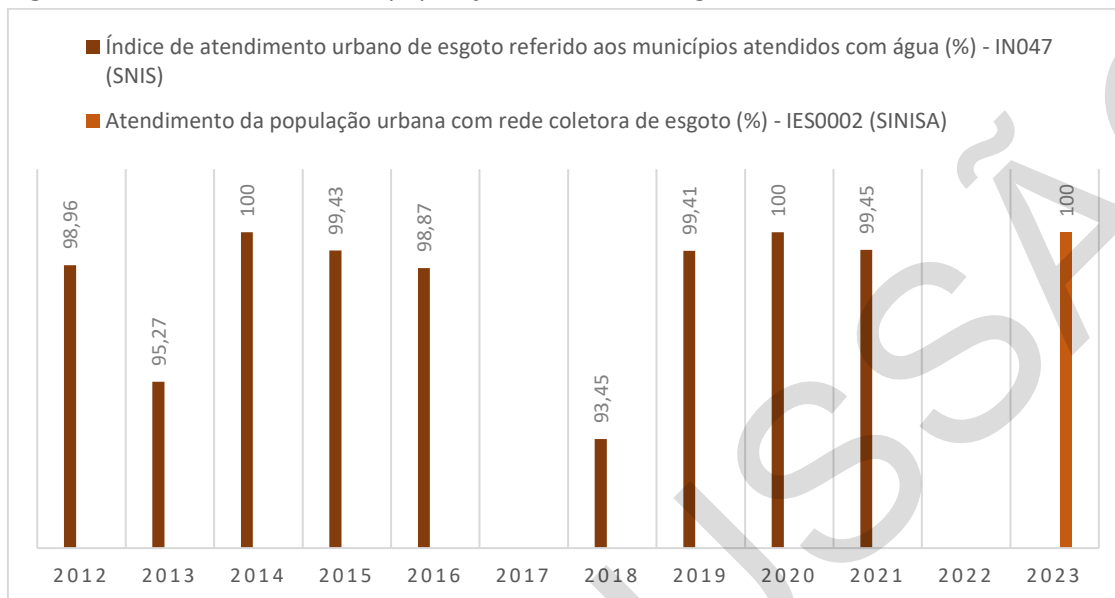
Figura 3.5.2-1: Atendimento da população total com esgotamento sanitário nos últimos anos



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que diz respeito ao atendimento à população urbana, cuja evolução é apresentada na **Figura 3.5.2-2**, nota-se que este oscilou bastante nos últimos anos, mantendo-se em geral com valores altos, superiores a 98%, com exceção de 2013 e 2018. Não há valores registrados para 2017 e para 2022.

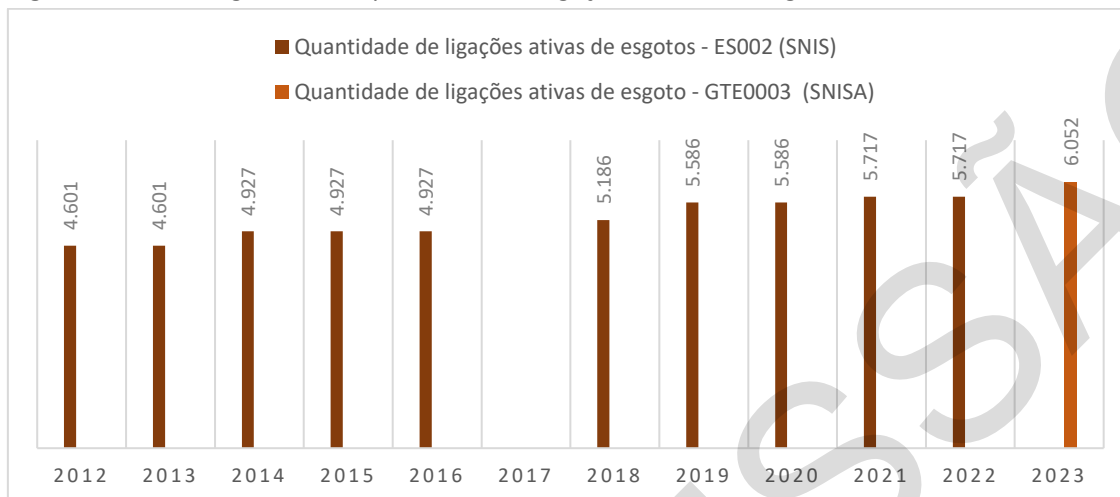
Figura 3.5.2-2: Atendimento da população urbana com esgotamento sanitário nos últimos anos



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que se refere à quantidade de ligações ativas de esgoto, observa-se trajetória de crescimento gradual ao longo da última década, passando de 4.601 ligações em 2012 para 6.052 em 2023 (vide **Figura 3.5.2-3**). Comparada à evolução na quantidade de ligações de água apresentada na **Figura 3.5.1-4** do item anterior, nota-se que, historicamente, a quantidade de ligações de esgoto manteve-se igual a de água entre 2012 e 2016. A partir de 2018, entretanto, passa a haver mais ligações de água do que de esgoto, diferença que volta a sumir em 2023. O retorno da equiparação do número de ligações de água e de esgoto sugere avanços recentes na ampliação da cobertura da rede coletora em relação ao abastecimento. Tal equiparação pode estar associada tanto a investimentos em expansão como a melhorias nos cadastros operacionais, representando um passo relevante para a universalização dos serviços.

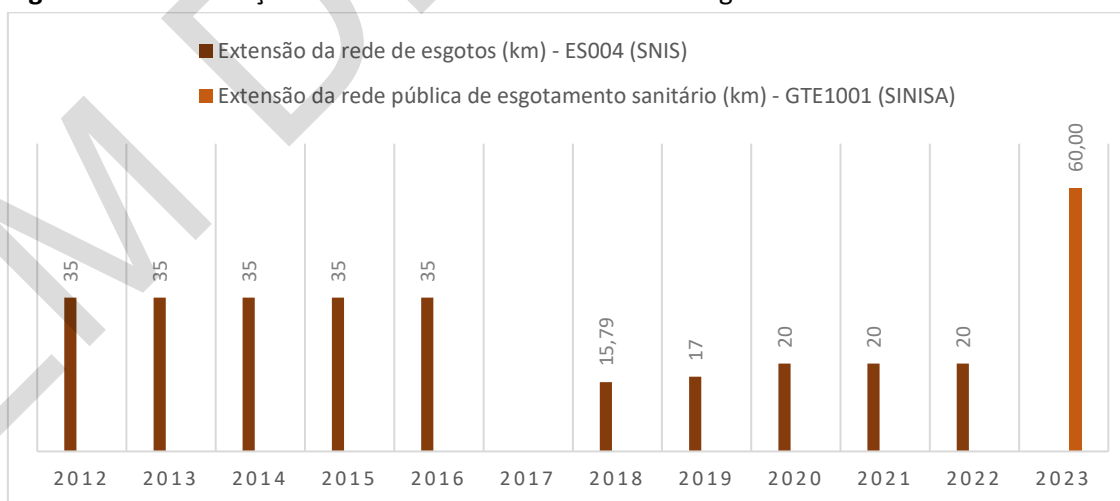
Figura 3.5.2-3: Progressão da quantidade de ligações ativas de esgoto



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quanto à evolução da extensão da rede coletora de esgotos em Urupês, mostrada na **Figura 3.5.2-4**, esta apresenta valores bastante discrepantes ao longo da série histórica, variando de 35 km entre 2012 e 2016, para 15,79 km em 2018, 17 km em 2019, 20 km de 2020 a 2022 e finalmente 60 km em 2023 o que significaria triplicar a extensão da rede em um ano. Já segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (URUPÊS, 2017), a rede coletora de esgoto possui 42 Km de extensão, cujos materiais são 90% manilha de cerâmica e 10% PVC, ambas com diâmetro de 150 mm. Essa discrepância de valores informados pode estar associada a ajustes cadastrais ou a falhas na atualização da base de dados, mais do que a alterações efetivas na infraestrutura, sendo necessário verificar estas informações junto à Prefeitura Municipal.

Figura 3.5.2-4: Evolução da extensão da rede coletora de esgoto

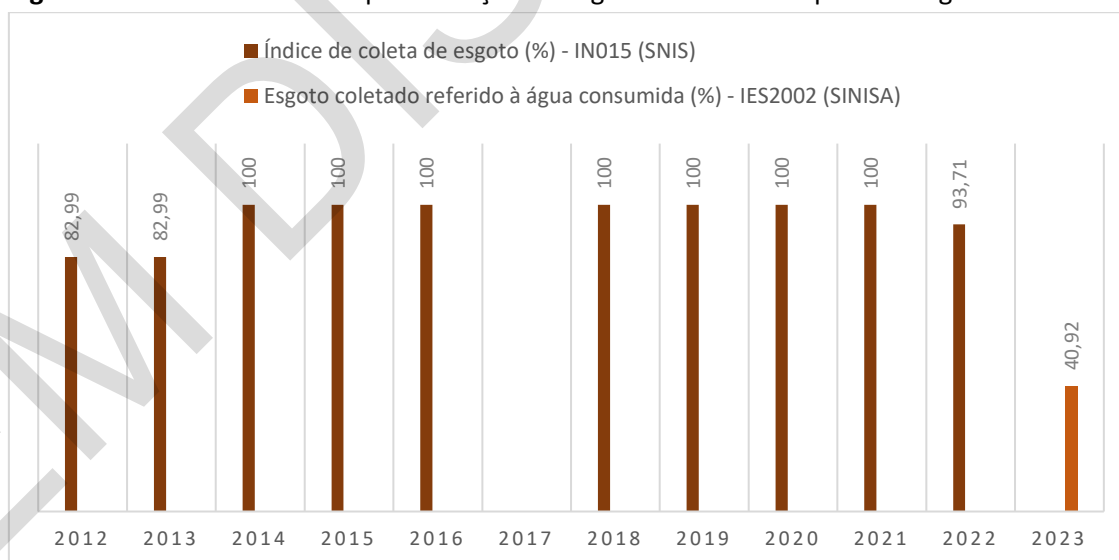


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De acordo com informações do Plano Municipal de Saneamento, o estado de conservação da rede coletora é regular. Quanto ao emissário, possui extensão de 7,65 km, sendo de concreto, com diâmetros de 300 e 400 mm. Entretanto, este encontra-se com o estado de conservação comprometido, apresentando rompimentos esporádicos, fato que pode representar riscos de contaminação do manancial subterrâneo (URUPÊS, 2017).

No que diz respeito a fração de esgoto coletado comparada à água consumida, medida pelos indicadores IN015 do SNIS e IES2002 do SINISA, a **Figura 3.5.2-5** apresenta sua progressão nos últimos dez anos. A série histórica indica que o índice se manteve em 82,99% em 2012 e 2013 e posteriormente permaneceu em 100% até 2021, quando decaiu ligeiramente para 93,71% em 2022. No entanto, em 2023, o indicador esgoto coletado em relação à água consumida (IES2002 do SINISA) registra um valor de 40,92%, indicando uma grande queda abrupta que levou a um valor consideravelmente inferior comparado aos anos anteriores. Embora essa queda expressiva possa estar associada tanto a mudanças metodológicas quanto a inconsistências no reporte, do ponto de vista do saneamento, um baixo percentual de esgoto coletado em relação à água consumida indica que grande parte da água distribuída não retorna ao sistema de esgotamento, seja por perdas na rede de abastecimento, por consumo não destinado ao uso doméstico (como irrigação ou processos produtivos) ou pela existência de ligações não conectadas à rede coletora, implicando em maior risco de lançamento inadequado de efluentes no meio ambiente. No caso de Urupês, observando que o atendimento urbano de esgoto tem índices elevados, comprovado o baixo índice recente de índice de coleta, a causa mais provável é o alto volume de perdas de água na distribuição que não estão sendo contabilizadas adequadamente.

Figura 3.5.2-5: Série histórica para a fração de esgoto coletado comparada à água consumida

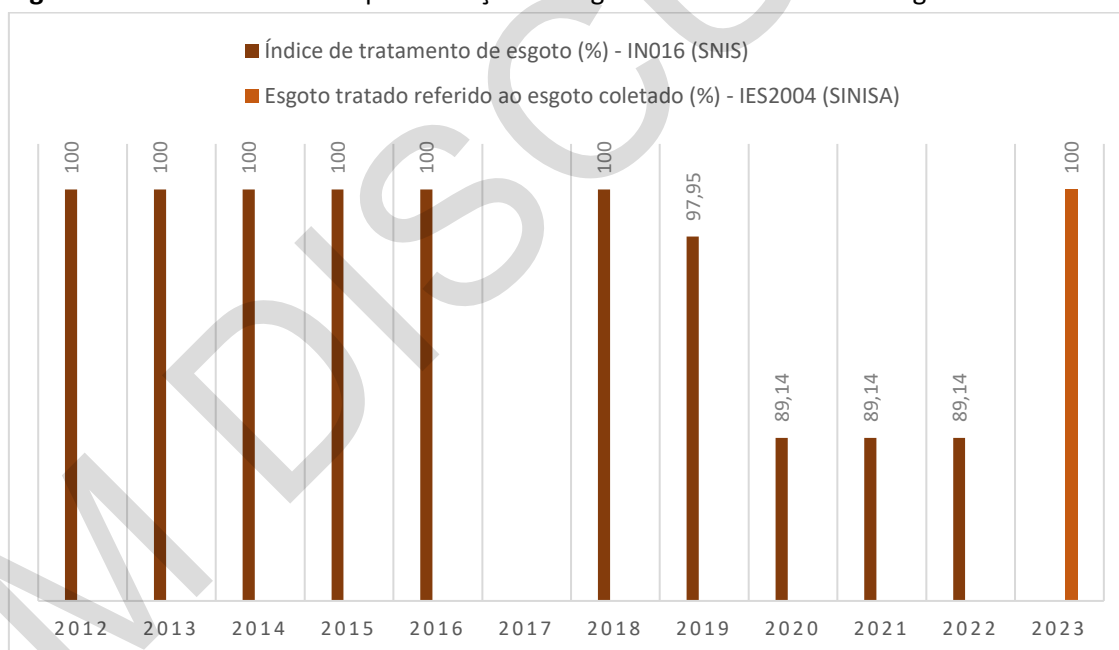


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento, o volume de esgoto coletado em Urupês é de aproximadamente 54.427,2 m³ por mês. O sistema de coleta, afastamento e disposição do efluente da sede municipal é constituído por rede coletora, uma estação elevatória de esgoto (EEE) e uma estação de tratamento de esgoto (ETE), composta por duas lagoas, sendo uma anaeróbia e outra facultativa. Todo o efluente coletado na sede é encaminhado por gravidade até a EEE de onde segue, com auxílio de bombeamento, para a ETE. Ressalta-se, entretanto, que no distrito de São João do Itaguaçu não há qualquer forma de tratamento: o esgoto coletado é lançado diretamente, sem depuração, no Córrego São João, configurando um ponto crítico de poluição hídrica no município (URUPÊS, 2017).

Segundo dados do SNIS e do SINISA, o índice de esgoto tratado referido ao esgoto coletado (**Figura 3.5.2-6**) que era de 100% até 2018, caiu para 97,95% em 2019 e depois para 89,14% entre 2020 e 2022, o que pode dizer respeito a fração não tratada do esgoto coletado no distrito de São João de Itaguaçu mencionada pelo Plano de Saneamento. Em 2023 esse índice volta a 100% o que em tese indica que também o efluente do distrito passou a ser tratado. Contudo, é necessário verificar essa informação junto ao prestador do serviço.

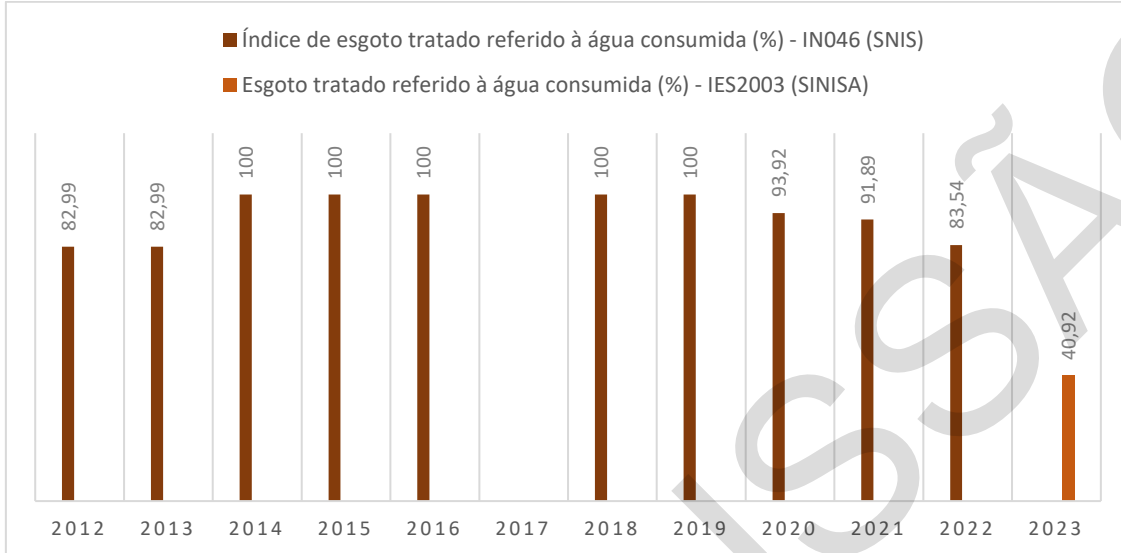
Figura 3.5.2-6: Série histórica para a fração de esgoto tratado referido ao esgoto coletado



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Já a fração do esgoto tratado referido à água consumida (**Figura 3.5.2-7**), os dados do SNIS e do SINISA desenham uma série histórica bastante similar à do índice de coleta, corroborando um índice de tratamento referido ao esgoto coletado próximo a 100%.

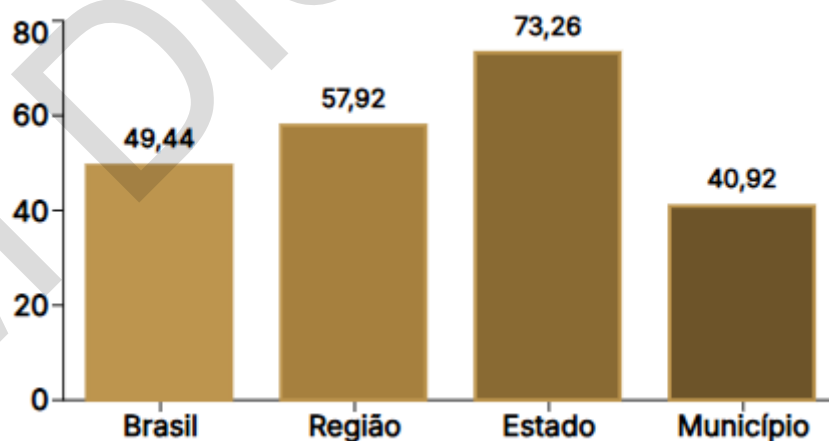
Figura 3.5.2-6: Série histórica para a fração de esgoto tratado referido a água consumida



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Se comparados às médias da Região Sudeste e do Brasil, nota-se que Urupês está um pouco abaixo dos valores normalmente praticados para esta fração, como mostra a **Figura 3.5.2-7**. Em relação à média do Estado de São Paulo, contudo, nota-se uma diferença considerável.

Figura 3.5.2-7: Comparativo para a fração de esgoto tratado referido a água consumida com as médias do Brasil, do estado de São Paulo e da região sudeste para o ano de 2023



Fonte: SINISA, 2025.

No que diz respeito ao sistema de tratamento de efluentes adotado no município, este é constituído de dois tipos distintos de lagoas sendo a primeira anaeróbia e a segunda facultativa. Antes de ser lançado na primeira lagoa, o esgoto passa ainda por um tratamento preliminar, que consiste no gradeamento e na desarenação do efluente. Por fim, antes de ser lançado no Córrego Mundo Novo (ou do Barreiro), uma amostra do efluente é analisada para a constatação de sua qualidade, não havendo reuso do efluente tratado (URUPÊS, 2017).

Convém pontuar que, segundo informações da prefeitura, estima-se a existência de 20% de ligações de águas pluviais na rede coletora de esgoto. Esses lançamentos são extremamente prejudiciais para o sistema de esgotamento sanitário do município, pois levam a um grande aumento no volume de esgoto que chega até a ETE, prejudicando a eficiência do tratamento (URUPÊS, 2017).

Apesar de ter uma estrutura implantada com boa cobertura, o município enfrenta algumas deficiências no sistema de esgotamento. O Plano de Saneamento aponta que a rede coletora se encontra em más condições de conservação, aumentando o risco de contaminação ao longo de seu percurso. Também a ETE apresenta desempenho insatisfatório, com baixa capacidade de depuração do esgoto, comprometida pelo assoreamento das lagoas e pelas deficiências do tratamento preliminar. Soma-se a isso a situação crítica do distrito de São João do Itaguaçu, onde, embora exista rede coletora, o esgoto é lançado *in natura* no Córrego São João, configurando uma fonte de poluição pontual relevante. Essas deficiências, associadas a possíveis inconsistências cadastrais, indicam a necessidade de aprimorar o monitoramento, a gestão operacional e a atualização das bases de dados, assegurando informações mais fidedignas para o planejamento e a tomada de decisão.

Sob a perspectiva da adaptação e resiliência climática, tais fragilidades adquirem relevância estratégica. Conforme destaca o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC-SP, a infraestrutura de saneamento básico é um componente-chave tanto para a segurança hídrica quanto para a resiliência às mudanças climáticas, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade socioambiental e prevenir impactos adversos à saúde pública e aos ecossistemas. A baixa eficiência na coleta, os possíveis vazamentos na rede, e a ineficácia – ou inexistência, no caso do distrito de São João de Itaguaçu – de tratamento podem agravar riscos de contaminação hídrica e disseminação de doenças em cenários de eventos extremos, como enchentes e estiagens prolongadas, cuja frequência tende a aumentar.

3.5.3. Manejo de resíduos sólidos

Para a análise do manejo de resíduos sólidos em Urupês foram consideradas as informações provenientes das seguintes fontes:

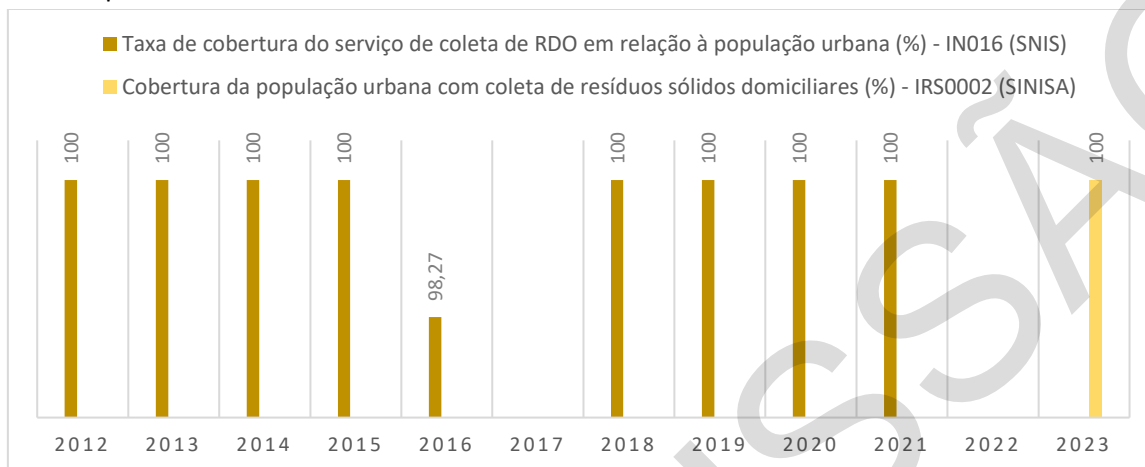
- Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Política Municipal de Resíduos Sólidos de Urupês, instituídos pela Lei municipal nº 2.209 de 12 de novembro de 2013;
- Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (URUPÊS, 2017) instituído pela Lei Municipal nº 2.418 de 2017;
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza dados municipais de resíduos sólidos em série até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

De acordo com o SINISA, em 2023, a responsável pelo manejo dos resíduos sólidos é a Diretoria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos da Prefeitura Municipal de Urupês (SINISA, 2025). Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico, a coleta convencional atende toda a área urbana, além do distrito de São João do Itaguaçu, e é realizada sob responsabilidade da Prefeitura Municipal três vezes por semana – segundas, quartas e sextas – atendendo, em 2023, 5.185 domicílios, o que corresponde à totalidade dos domicílios urbanos (SINISA, 2025).

Para a coleta, são utilizados dois caminhões com caçamba compactadora e um caminhão basculante que percorrem em média 87 km diários, operados por 3 equipes de trabalho formadas por um motorista e dois coletores cada (URUPÊS, 2017).

Quanto à cobertura do serviço de coleta especificamente para a população urbana – dada pelos indicadores IN016 do SNIS (até 2022) e IRS0002 do SINISA (em 2023) –, o gráfico na **Figura 3.5.3-1** apresenta a evolução dessa cobertura entre 2012 e 2023, excetuando-se os anos de 2017 e 2022, para os quais não há dados disponíveis. De maneira geral, o que se constata é uma cobertura de 100% para a maioria dos anos, com exceção do ano de 2016, com uma cobertura também alta de 98,27%.

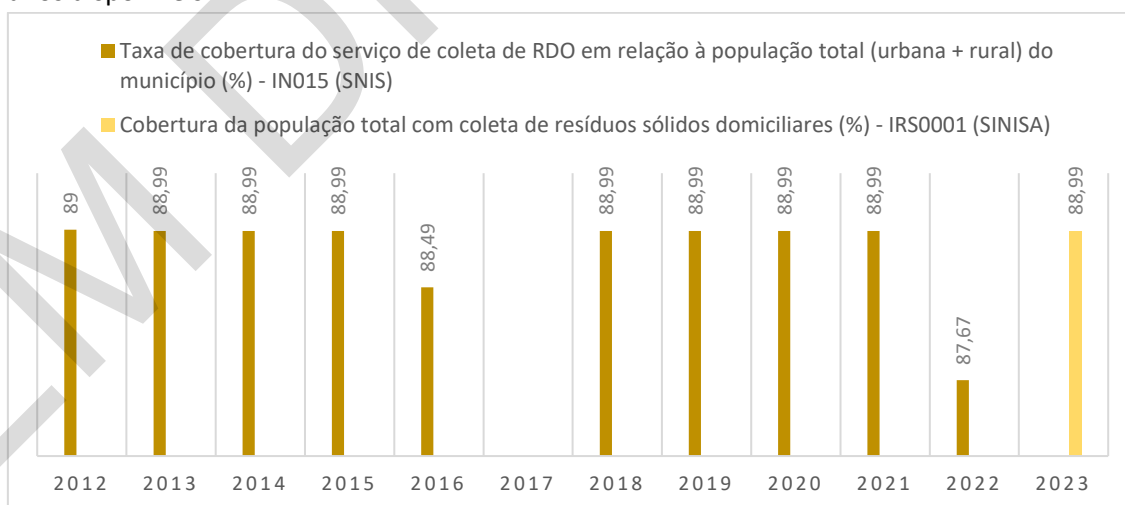
Figura 3.5.3-1: Cobertura do serviço de coleta em relação à população urbana nos últimos dez anos disponíveis



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Já quanto à cobertura do serviço de coleta em relação à população total – medida pelos indicadores IN015 do SNIS (até 2022) e IRS0001 do SINISA (a partir de 2023) –, o gráfico da **Figura 3.5.3-2** apresenta a progressão dessa cobertura ao longo dos últimos dez anos disponíveis, excetuando-se o ano de 2017, para o qual não há dados. Observa-se que a cobertura se manteve estável em torno de 88,99% com apenas pequenas variações para baixo. Esses números são considerados bons, uma vez que refletem a ausência de coleta na zona rural, comum na maioria dos municípios.

Figura 3.5.3-2: Cobertura do serviço de coleta em relação à população total nos últimos dez anos disponíveis



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento, há no município coleta seletiva realizada duas vezes por semana, às terças e quintas feiras, pela mesma equipe da prefeitura responsável pela coleta convencional (URUPÊS, 2017). No SINISA e no SNIS, no entanto, a imensa maioria das informações e dos indicadores sobre coleta seletiva não foram reportados, inviabilizando uma análise mais completa e atualizada desse aspecto do gerenciamento de resíduos.

Também segundo o Plano Municipal de Saneamento, Urupês possui um centro de triagem, cuja estrutura consiste em um barracão em estado regular de conservação e uma prensa hidráulica de 10 toneladas. Nele, seis catadores informais realizam a separação e compactação dos resíduos recolhidos durante a coleta seletiva. Segundo informações da prefeitura, por ainda não se tratar de uma associação, esses catadores não mantêm uma regularidade de jornada diária, trabalhando somente conforme a demanda de materiais. Após triados, os materiais recicláveis são vendidos e os rejeitos são recolhidos pela prefeitura e encaminhados à estação de transbordo localizada conforme mostra a **Figura 3.5.3-3** (URUPÊS, 2017). Convém mencionar que não há dados referentes à estação de transbordo em Urupês no SINISA.

Figura 3.5.3-3: Localização da estação de transbordo na rodovia Azevedo Rangel



Fonte: URUPÊS, 2017.

Quanto à destinação final dos resíduos sólidos coletados, de acordo com dados do SINISA (2025), estes são atualmente enviados para outro município, Catanduva/SP, onde são dispostos em aterro sanitário, o Aterro Sanitário CGR – Catanduva, localizado à cerca de 45 km da sede de Urupês. O município contava com um Aterro Municipal em valas à cerca de 3 km da Sede, este, no entanto, teve sua vida útil finalizada em 2013 devido ao uso total de sua capacidade disponível para descarte. A **Figura 3.5.3-4** indica a localização do aterro desativado de acordo

com o Plano Municipal de Saneamento (coordenadas 674554.00 m E e 7653038.00 m S) (URUPÊS, 2017).

Figura 3.5.3-4: Localização do Aterro Municipal desativado



Fonte: URUPÊS, 2017.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ter periodicidade de revisão observando prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal, ou seja, a cada quatro anos. Também o art. 16 da Política Municipal de Resíduos Sólidos de Urupês, Lei Municipal nº 2.209, de 12 de novembro de 2013, estabelece o período de quatro anos para a reavaliação do Plano Municipal do Gerenciamento de Resíduos. O Plano Municipal de Saneamento de Urupês que abrange questões de gerenciamento de resíduos sólidos é de 2017, estando, portanto, fora do prazo de revisão previsto pela própria legislação local. Além da defasagem temporal, vários dados contidos no documento encontram-se desatualizados, o que reforça a necessidade de sua revisão.

Outro ponto crítico diz respeito à qualidade das informações reportadas aos sistemas nacionais de informações sobre saneamento. O SINISA, e anteriormente o SNIS, são alimentados por dados declaratórios enviados anualmente pelos municípios e pelos prestadores de serviço. Dada a complexidade e o volume de informações exigidas, somados à rotatividade das gestões municipais, é comum a ocorrência de lacunas, inconsistências ou dados conflitantes. No caso de Urupês, observa-se que diversos indicadores não foram calculados por ausência de dados suficientes, o que limita a capacidade de análise e o acompanhamento sistemático do desempenho dos serviços de manejo de resíduos sólidos.

3.5.4. Manejo das águas pluviais

Para a análise do sistema do manejo das águas pluviais em Urupês foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

- Plano Municipal de Saneamento Básico de Urupês, de 2017 (Urupês, 2017) instituído pela Lei Municipal nº 2.418 de 2017;
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023);
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025); e
- Dados do Censo 2010 e 2022 do IBGE.

Segundo informações Do Plano Municipal de Saneamento, Urupês aprovou no ano de 2011 a Lei municipal nº 2.044 que institui o Plano de Macrodrenagem, única lei vigente específica para o assunto. Este plano, contudo, não foi localizado.

Para os dados do SNIS e do SINISA procurou-se analisar séries históricas para as informações e indicadores mais relevantes, observando o período de 2017 a 2023, visto que o ano de 2017 é o mais antigo presente na sessão de águas pluviais.

3.5.4.1. Macrodrenagem

No que diz respeito a macrodrenagem, esta é composta pelo Córrego Mundo (ou Córrego do Barreiro) que margeia a sede do município ao norte, e outros pequenos córregos que para ele afluem, a saber:

- **Córrego da Água Sumida** que delimita o perímetro urbano a oeste e possui três pontes em vias de acesso próximas à área urbana localizadas nas extensões das ruas Francisco Moreira da Silva, Floriano Peixoto e da Avenida Roberto Mário Pedrosa;
- **Córrego Guaripu**, à Leste, com travessias nas ruas Barão do Rio Branco, Gonçalves Lêdo, Conselheiro Antônio Prado e Avelino de Abreu Iziq; e
- **Córrego Santa Rosa**, dentro da malha urbana a sudeste, que afluí para o Córrego Guaripu e foi recentemente canalizado. Possui travessias nas ruas Tiradentes, Osvaldo Ramalho Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José Patrício.

Para estes córregos, escoam praticamente 100% das águas pluviais coletadas no território da Sede urbana (URUPÊS, 2017).

3.5.4.2. Microdrenagem

De acordo com dados do Censo 2022, em Urupês, 96,7% dos domicílios particulares permanentes ocupados em setores censitários selecionados para a Pesquisa Urbanística do

Entorno dos Domicílios estão em via pavimentada, enquanto 99,44% estão em via com calçada ou passeio e 45,38% estão em via com bueiro ou boca de lobo no entorno.

Apesar de uma possível falha no preenchimento dos dados para 2020, as informações do SNIS e do SINISA corroboram historicamente com uma alta taxa de pavimentação das vias (**Figura 3.5.4.2-1**).

Figura 3.5.4.2-1: Série histórica para a parcela de vias públicas pavimentadas na área urbana

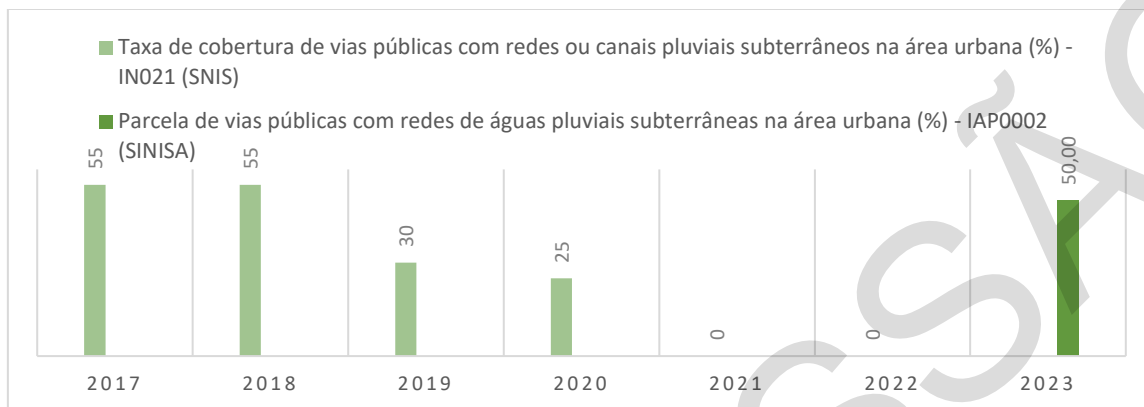


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Já a cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (**Figura 3.5.4.2-2**) apresentou valores menores ao longo do período, com dados entre 2019 e 2022 que apontam para um encolhimento da rede de canais pluviais subterrâneos chegando a 0% em 2021 e 2022. Esse encolhimento não parece factível uma vez que volta a atingir 50% em 2023, sendo, portanto, necessário averiguar junto à administração pública.

Ainda assim, a disparidade entre a taxa de vias pavimentadas e a taxa de vias com canais pluviais subterrâneos sugere que, embora a pavimentação esteja amplamente consolidada, a infraestrutura de microdrenagem subterrânea tem sido, historicamente, menos abrangente. Tal cenário indica possível descompasso entre a impermeabilização das vias e a capacidade de escoamento das águas pluviais, aspecto que merece atenção na gestão da drenagem urbana para mitigar riscos de alagamentos.

Figura 3.5.4.2-2: Série histórica para a parcela de vias públicas com redes de águas pluviais subterrâneas na área urbana



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O Plano de Saneamento realizou um cadastro do sistema de drenagem através de visita *in loco* na qual identificou na Sede municipal 379 bocas de lobo, 65 poços de visita e 163 sarjetões. Em termos de tubulações este cadastro contabilizou aproximadamente 3,27 km de tubulações com diâmetro de 400mm; 4,2 km de tubulações de 600 mm de diâmetro; e 0,22km de tubulações de 800 mm de diâmetro, todas em concreto. Quando necessário, os serviços de manutenção e limpeza no sistema de galerias, assim como reparos e limpeza em bocas de lobo são executadas pela própria prefeitura.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento, os equipamentos de drenagem não são suficientes para atender toda a área urbana do município, havendo pontos críticos que necessitam de reparos. O plano apontou 13 pontos críticos na área urbana que precisam de melhorias na drenagem, estes encontram-se resumidos no **Quadro 3.5.4.2-1** a seguir.

Quadro 3.5.4.2-1: Pontos críticos de drenagem apontados em Urupês (2017)

Local (endereço)	Problema	Solução proposta pelo Plano/ situação
Rua Adolpho Quirino de Moraes, defronte à Praça Halim Saigh	Inundação de residência em eventos de chuva intensa.	Implantar galeria na Rua Adolpho Quirino; reforçar a galeria na Rua Gustavo Martins Cerqueira; conduzir as águas até o lago do Parque Mário Covas via conexão pela Rua José Vian/João Fazoli.
Cruzamento da Av. José Truffa com a Av. Dr. Xisto Albareli Rangel	Inundação de residência no cruzamento.	Galerias na Av. José Truffa e Av. Roberto Mário Perosa e na Rua de Acesso ao Bairro Água Sumida (Rua Boiadeira), com lançamento no córrego Água Sumida.
Rua Joaquim Matheus Neves	Inundação de calçadas e lotes lindeiros; tubulação 0,60 m	Galeria na Rua Avelino Cardoso; complementar a galeria na Rua Joaquim M. Neves; lançar no córrego Água Sumida

Local (endereço)	Problema	Solução proposta pelo Plano/ situação
	insuficiente para a vazão local.	
Bairro Jardim Santo Antônio (diversas vias)	Escoamento superficial acelerado por forte declividade; insuficiência das galerias existentes, com extravasamentos e dano ao pavimento.	Sistemas de galerias na Av. Emílio Boni e Rua Maria de Souza; reforço/adequação nas Ruas Olívia C. Gada e Floriano Peixoto; galeria na Rua Antonio Gasque; dissipador na jusante.
Rua Francisco Moreira da Silva (Jardim Boa Vista II)	Necessidade de galeria (à época sem sistema).	Implantado sistema de captação para conduzir as águas ao córrego Água Sumida. Já solucionado.
Terreno ao lado do cemitério novo, na Rua Francisco Moreira da Silva (nascente do córrego Mundo Novo)	Processo erosivo de grande porte associado a vazões elevadas; sistema existente insuficiente.	Construir/adequar galerias nas Ruas Gustavo M. Cerqueira, Barão do Rio Branco, Wenceslau Brás, Antônio Rocca e Francisco M. da Silva; linha de lançamento em Ø1,50 m até a nascente do córrego Mundo Novo, com dissipador.
Rua Vereador José Carlos do A. Isique (e Rua Avelino de Mello Isique)	Altas velocidades de escoamento em ladeira danificando o revestimento.	Galerias nas duas vias com lançamento no córrego Mundo Novo; prever dissipador na jusante.
Córrego Santa Rosa — da Rua Osvaldo Ramalho à desembocadura no córrego Guaripu	Necessidade de revestimento/canalização do canal urbano.	Revestimento do canal em concreto pré-moldado. Já realizado.
Córrego Santa Rosa — da Rua Tiradentes à Rua Osvaldo Ramalho	Trecho sem canalização com erosões junto à base de ponte, risco a edificações e assoreamento.	Elaboração de projeto executivo para canalização e estabilização das margens. Já realizado.
Córrego Guaripu — da foz do Santa Rosa à foz no Mundo Novo	Necessidade de canalização do trecho receptor do Santa Rosa até o Mundo Novo.	Canalização do Guaripu com revestimento pré-moldado.
Rua Gonçalves Lêdo — da Praça da Independência à ponte sobre o córrego Guaripu	Declive médio de ~5,4%; escoamento superficial com alta velocidade invadindo calçadas e residências; ausência de galeria (apenas bocas de lobo junto à ponte).	Implantar galeria na Rua Gonçalves Lêdo (da Osvaldo Ramalho à ponte), com dissipador na jusante.

Local (endereço)	Problema	Solução proposta pelo Plano/ situação
Rua Maria Jordano	Boca de lobo insuficiente; alagamentos recorrentes em chuvas intensas.	Elaboração de projeto executivo para redimensionar a microdrenagem da rua (curto prazo).
Rua São João — Distrito de São João do Itaguaçu	Inundação e encaminhamento inadequado de águas; contribuição das Ruas Gustavo de Morais, São Paulo, Álvaro Veiga e Mundo Novo; galeria existente com diâmetro insuficiente.	Problema indicado como solucionado pela prefeitura.

Fonte: URUPÊS, 2017. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O plano da UGRHI Tietê-Batalha indica ainda algumas informações importantes quanto a questão da drenagem em Urupês. Segundo dados que constam no Dossiê das UGRHIs do Estado de São Paulo (2012), realizado pelo IPT, Urupês é um dos 15 municípios que já apresentou eventos de inundação/enchente em sua área urbana. De 2008 a 2015 há dois registros de inundações e um de alagamento, o que faz com que o município se atente a estes eventos, siga com os serviços de drenagem em dia e evite novas situações futuramente

3.6. Considerações finais

A leitura ambiental do município de Urupês evidencia um território predominantemente marcado por relevos de suave ondulado a ondulado, o que favorece a ocupação urbana e rural sem grandes restrições associadas à declividade. As áreas de maior inclinação, que poderiam impor limitações legais e riscos geotécnicos, correspondem a frações pouco expressivas e afastadas da mancha urbana, não configurando condicionantes relevantes para o crescimento da cidade.

No que se refere aos recursos hídricos, a inserção do município na UGRHI 16 – Tietê/Batalha reforça a importância regional dos cursos d'água locais, como o Rio Barra Mansa (ou do Cubatão) e seu afluente Córrego Mundo Novo, ou Córrego do Barreiro, que margeia o perímetro urbano e integra a drenagem da sede municipal. As sub-bacias que incidem sobre Urupês concentram cursos de até 10 metros de largura, todos classificados como de classe 2, o que exige atenção contínua para compatibilizar usos múltiplos com a preservação da qualidade da água.

Em termos de cobertura do solo, o município apresenta antropização avançada, com pouca vegetação original remanescente. As poucas áreas de vegetação original remanescente concentram-se nas margens de corpos d'água graças a delimitação das APPs. No Córrego do Barreiro e em seus afluentes esta vegetação preservada forma um importante corredor ecológico nas proximidades do perímetro urbano. Apesar da relativa preservação das APPs no

município, persistem pressões localizadas no entorno urbano, em especial nos córregos Guaripú e Santa Rosa, onde a ocupação consolidada compromete trechos de APP e aumenta a vulnerabilidade a processos de alagamento.

Em relação aos recursos subterrâneos, a dependência integral do Aquífero Bauru para o abastecimento municipal expõe fragilidades. O monitoramento da CETESB entre 2016 e 2024 indica a presença recorrente de herbicidas, pesticidas e nitrato em concentrações elevadas, sinalizando riscos de contaminação difusa associados ao uso agrícola e à falta de proteção adequada das áreas de recarga. Esse quadro reforça a necessidade de estratégias mais rigorosas de controle e de preservação da qualidade da água subterrânea.

O sistema de abastecimento de água, embora universalizado na zona urbana, apresenta pontos de atenção. A infraestrutura da rede inclui trechos antigos e sem mapeamento atualizado, o que compromete a gestão de perdas. Além disso, os dados de consumo *per capita* mostram valores muito acima das médias estadual e nacional, sugerindo inconsistências ou perdas não rastreadas que fragilizam a segurança hídrica.

Quanto ao esgotamento sanitário, a cobertura urbana é elevada e o número de ligações de esgoto se equipara ao de água. Contudo, a discrepância recente entre os índices de esgoto coletado em relação a água consumida aponta para lacunas no sistema de coleta ou inconsistências cadastrais, que podem implicar em lançamentos inadequados de efluentes. Esse aspecto demanda atenção, sobretudo em função da proximidade entre as redes de esgoto e os poços de abastecimento subterrâneo.

Por fim, no âmbito da resiliência climática, Urupês apresenta vulnerabilidades significativas. Apesar de bom desempenho em avaliação de risco e infraestrutura crítica, os indicadores do ICAR revelam baixa capacidade de adaptação, com deficiências em governança, educação ambiental e proteção de ecossistemas naturais. Essas fragilidades, associadas à suscetibilidade a inundações em trechos específicos do território, indicam a urgência de integrar as políticas de saneamento e planejamento urbano a estratégias de adaptação às mudanças climáticas, assegurando maior segurança ambiental e qualidade de vida à população.

3.7. Referências bibliográficas

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Nota Técnica SPR/ANA nº 04/2022** – Dimensão Urbana do Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISHU). Brasília: ANA, 9 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 357**, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.258**, de 29 de dezembro de 2021. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre a regularização de áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 490**, de 22 de março de 2021. Estabelece os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 4º do Decreto n. 10.588, de 24 de dezembro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 30, 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 888**, de 24 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Águas subterrâneas. Um recurso a ser conhecido e protegido**. Brasília: MMA/SRH, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CETESB (São Paulo). **Qualidade das águas subterrâneas do estado de São Paulo 2013-2015**. Execução: Rosângela Pacini Modesto [et al.]; colaboração: Blas Marçal Sanchez [et al.]. São Paulo: CETESB, 2016.

CETESB (São Paulo). **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo 2016-2018**. Equipe técnica: Rosângela Pacini Modesto [et al.]; colaboração: Blas Marçal Sanchez [et al.]. São Paulo: CETESB, 2019.

CETESB (São Paulo). **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo 2019-2021**. Equipe técnica: Rosângela Pacini Modesto [et al.]; colaboração: Gré de Araújo Lobo, José Eduardo Campos. São Paulo: CETESB, 2022.

CETESB (São Paulo). **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo**: boletim 2022. Equipe técnica: Rosângela Pacini Modesto [et al.]. São Paulo: CETESB, 2023.

CETESB (São Paulo). **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo**: boletim 2023. Equipe técnica: Rosângela Pacini Modesto (coord.) [et al.]. São Paulo: CETESB, 2024.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TIETÊ-BATALHA (CBH-TB). **Plano de Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha 2016–2027**: Diagnóstico. Rev. 02. São Carlos: VM Engenharia de Recursos Hídricos Ltda. 2015.

NALON, M. A.; SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais. **Inventário da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo**. São Paulo: SIMA/IPA, 2022.

ROSSI, M.; NALON, M. A.; KANASHIRO, M. M. 2022. **Atlas De Suscetibilidades Dos Solos Do Estado De São Paulo**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 2022. V.1. 99p.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). **Deliberação Normativa nº 01**, de 10 de julho de 2025. Estabelece diretrizes para o encaminhamento de projetos de lei municipais que alterem faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) em cursos d'água localizados em áreas urbanas consolidadas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo, São Paulo, SP, 11 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 10.755**, de 22 de novembro de 1977. Dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água no Estado.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 8.468**, de 8 de setembro de 1976. Dispõe sobre a prevenção e controle da poluição do meio ambiente.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.337**, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e altera a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 9.034**, de 27 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC-SP**. São Paulo, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria De Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia E Inovação (São Paulo). Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Secretaria Do Meio Ambiente (São Paulo). Instituto Geológico. **Sistema Aquífero Bauru**: delimitação de perímetros de proteção de poços de abastecimento público. Coordenação geral: José Luiz Albuquerque Filho. São Paulo: IPT/IG, 2016. 71 p. (Cadernos do Projeto Aquíferos, n. 6).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. **Plano Estadual de Recursos Hídricos PERH 2024-2027**.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA-SP). **Plano de Ação Climática e Desenvolvimento para São Paulo – PAC 2050**. São Paulo, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Índice de capacidade de adaptação e resiliência às mudanças climáticas: ICAR** – municípios paulistas. São Paulo: SIMA, 2022.

URUPÊS (Município). **Lei Municipal nº 2.044**, de 16 de junho de 2011. Aprova o Plano de MacroDrenagem do Município de Urupês. Urupês, 2011.

URUPÊS (Município). **Lei nº 2.209**, de 12 de novembro de 2013. Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. Urupês, 2013.

URUPÊS (Município). **Lei nº 2.418**, de 21 de agosto de 2017. Institui o Plano Municipal De Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. Urupês, 2017.

URUPÊS (Município). **Plano Diretor de Saneamento Básico do Município de Urupês-SP**. EGATI Engenharia. Contrato FEHIDRO nº 025/2015. Urupês: Prefeitura Municipal, maio 2017.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Neste capítulo, será apresentada a análise dos principais indicadores socioeconômicos do município de Urupês, com vistas a compreender a produção do espaço através da dinâmica populacional e econômica do município, considerando os seguintes aspectos:

- Perfil demográfico;
- Indicadores de condições sociais;
- Indicadores de serviços municipais;
- Caracterização econômica; e
- Capacidade de investimento do município.

Quando possível, foram incorporadas informações da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP) e do Estado de São Paulo (ESP), com o propósito de estabelecer comparações qualificadas e definir parâmetros de referência para análise do desenvolvimento do município. Essa abordagem permite contextualizar os dados locais e ampliar a compreensão sobre os avanços e desafios socioeconômicos enfrentados por Urupês.

Para a coleta dos dados secundários, foram consultadas exclusivamente fontes oficiais que disponibilizam informações confiáveis e atualizadas:

- Fundação Seade: coleta de dados e projeções populacionais e econômicas, com base em informações do Censo do IBGE e outras fontes oficiais;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): utilização de dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, além de informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e estadual;
- Ministério do Trabalho e Emprego: informações sobre empregos formais, distribuição por setor econômico e rendimento dos trabalhadores.
- Ministério da Fazenda: levantamento de receitas e despesas municipais por meio dos balanços anuais;
- Observatório do CadÚnico: dados relacionados ao Programa Bolsa Família e aos índices de vulnerabilidade das famílias cadastradas;
- Ministério da Saúde: informações sobre a estrutura de atendimento e os serviços prestados à população; e
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): indicadores educacionais e dados do Censo Escolar realizado anualmente.

4.1. Perfil demográfico

O município de Urupês, localizado na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), deverá alcançar em 2025 uma população de 14.073 habitantes, conforme estimativas do IBGE.

Conforme dados censitários, a evolução populacional do município entre 2000 e 2022 mostra um crescimento moderado, passando de 11.833 para 13.744 habitantes, representando um aumento de 16% ao longo de 22 anos. A taxa de crescimento foi de 7% entre 2000 e 2010, e de 8% entre 2010 e 2022, indicando uma leve estabilidade no ritmo de expansão demográfica.

Em comparação, a Região Metropolitana apresentou crescimento demográfico mais acelerado: 14% entre 2000 e 2010 e 16% entre 2010 e 2022, totalizando um aumento de 232 mil habitantes no período. Já o Estado de São Paulo teve crescimento mais contido, com taxas de crescimento de 11% e 8% nos respectivos intervalos, conforme a **Tabela 4.1-1**.

Tabela 4.1-1: População do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

Variável	Ano	Urupês	RMSJRP	ESP
População	2000	11.833	739.057	37.032.403
	2010	12.714	840.133	41.262.199
	2022	13.744	971.097	44.411.238
Taxa de crescimento populacional (%)	2000/2010	7%	14%	11%
	2010/2022	8%	16%	8%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Observando-se os dados de projeção populacional da Fundação Seade para os anos de 2030, 2040 e 2050, Urupês deverá apresentar uma trajetória de declínio populacional contínuo: entre 2030 e 2050, deverá haver uma redução de 7,3% de habitantes na localidade. A taxa de crescimento é negativa em ambas as décadas (-2,48% entre 2030 e 2040 e -4,90% entre 2040 e 2050), sinalizando um possível envelhecimento populacional, baixa taxa de natalidade e/ou possível migração para centros urbanos maiores.

A RMSJRP também mostra queda populacional, embora em ritmo mais moderado. A população deverá recuar de 951.744 em 2030 para 920.042 em 2050, com taxas de - 0,14% e -3,20% nos respectivos intervalos.

Por outro lado, o Estado de São Paulo apresenta crescimento entre 2030 e 2040 (1,72%), mas uma leve retração entre 2040 e 2050 (-0,89%). Esse padrão sugere que, embora o Estado ainda atraia população na próxima década, fatores como envelhecimento, queda na fecundidade e

estabilização urbana devem impactar o crescimento futuro. Os dados podem ser observados na **Tabela 4.1-2**.

Tabela 4.1-2: Projeção populacional o do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050

Localidade		Urupês	RMSJRP	ESP
População	2030	13.240	951.744	46.825.450
	2040	12.912	950.441	47.629.261
	2050	12.279	920.042	47.203.417
Taxa de crescimento populacional (%)	2030/2040	-2,48	-0,14	1,72
	2040/2050	-4,90	-3,20	-0,89

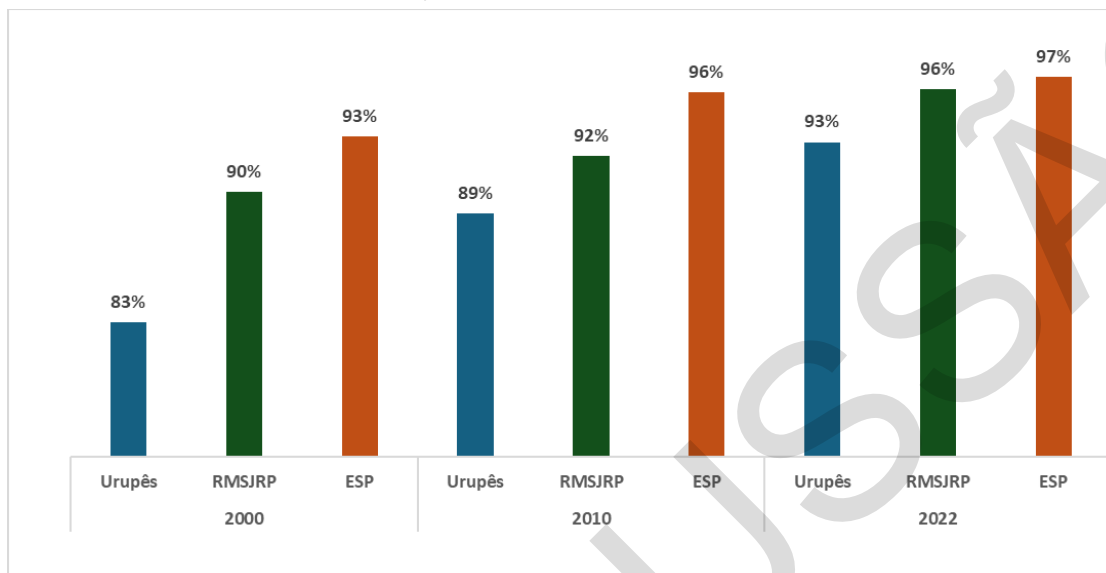
Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.1. Grau de Urbanização

Entre 2000 e 2022, Urupês apresentou avanço significativo no grau de urbanização, passando de 83% para 93%. Esse crescimento de 10 pontos percentuais indica uma transição gradual da população rural para áreas urbanas, refletindo mudanças na dinâmica econômica e na oferta de serviços.

A Região Metropolitana de São José do Rio Preto também evoluiu, saindo de 90% em 2000 para 96% em 2022, consolidando-se como uma região altamente urbanizada. Já o Estado de São Paulo, que partia de um patamar elevado de 93% em 2000, atingiu 97% em 2022, confirmando sua posição como uma das unidades federativas mais urbanizadas do país. Os dados podem ser observados na **Figura 4.1.1-1**.

Figura 4.1.1-1: Grau de urbanização do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

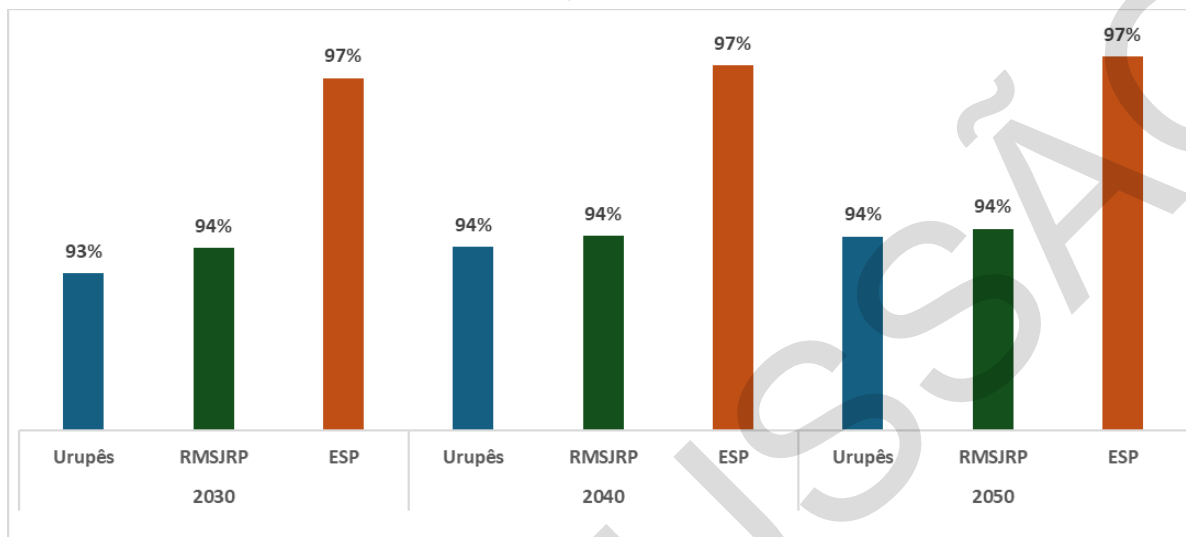


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

As projeções de urbanização para os anos de 2030 a 2050 indicam que Urupês continuará seu processo de consolidação urbana, com evolução do grau de urbanização de 93% em 2030 para 94% em 2040 e mantendo esse patamar até 2050. Tal crescimento, embora discreto, confirma a tendência de concentração populacional em áreas urbanas, alinhando o município ao padrão já observado na RMSJRP, que também deverá se estabilizar em 94% ao longo do período.

Já o Estado de São Paulo manterá sua liderança em urbanização entre as três localidades aqui avaliadas, com 97% da população vivendo em áreas urbanas desde 2030. Os dados podem ser observados na **Figura 4.1.1-2**.

Figura 4.1.1-2: Projeção do Grau de urbanização do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Corroborando com os dados sobre grau de urbanização, entre 2000 e 2022, os dados populacionais revelam uma tendência clara de crescimento urbano e retração rural nas três localidades avaliadas.

O município, com um crescimento total de 16% da população, apresentou no mesmo período um aumento de 31% de moradores em áreas urbanas, enquanto a população rural caiu 53%, evidenciando a já citada migração interna para o núcleo urbano.

Esse movimento é ainda mais acentuado na RMSJRP, que teve um aumento de 40% na população urbana e queda de 47% na rural. O Estado de São Paulo seguiu padrão semelhante: avanço populacional de 24% nas áreas urbanas e retração de 42% nas rurais. Os dados podem ser observados na **Tabela 4.1.1-1**.

Tabela 4.1.1-1: População urbana e rural no município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

Localidade	Condição	2000	2010	2022	Varição (%)
Urupês	Urbana	9.787	11.314	12.792	31%
	Rural	2.046	1.400	952	-53%
	Total	11.833	12.714	13.744	16%
RMSJRP	Urbana	666.691	775.124	933.062	40%
	Rural	72.366	65.009	38.035	-47%
	Total	739.057	840.133	971.097	31%
ESP	Urbana	34.592.851	39.585.251	42.997.899	24%
	Rural	2.439.552	1.676.948	1.413.339	-42%
	Total	37.032.403	41.262.199	44.411.238	20%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

As projeções populacionais da Fundação Seade para o período de 2030 a 2050 indicam uma tendência de declínio demográfico em Urupês e na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, enquanto o Estado de São Paulo apresenta leve crescimento até 2040, seguido de uma pequena retração.

Urupês deve perder cerca de 7,3% de sua população total, passando de 13.240 habitantes em 2030 para 12.279 em 2050. A queda é mais acentuada na zona rural, com redução de 16,9%, enquanto a população urbana diminui 6,5%.

Na RMSJRP, a retração é mais moderada: a população total cai 3,3%, com queda de 3% na área urbana e 8,9% na rural. Isso indica uma estabilização demográfica, com leve esvaziamento rural e manutenção da concentração urbana.

Já o Estado de São Paulo mostra crescimento de 0,8% no total da população, com aumento de 1,2% na população urbana e queda de 12,6% na rural. Apesar da leve retração entre 2040 e 2050, o Estado mantém sua posição como polo populacional, sustentado pela urbanização consolidada.

Essas projeções reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à retenção populacional, à requalificação urbana e ao fortalecimento de serviços em municípios menores como Urupês, que podem vivenciar desafios crescentes de sustentabilidade demográfica. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.1.1-2**.

Tabela 4.1.1-2: Projeção da população urbana e rural do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050

Localidade	Condição	2030	2040	2050	Varição (%)
Urupês	Urbana	12.322	12.083	11.516	-6,5%
	Rural	918	829	763	-16,9%
	Total	13.240	12.912	12.279	-7,3%
RMSJRP	Urbana	890.513	891.503	864.239	-3,0%
	Rural	61.231	58.938	55.803	-8,9%
	Total	951.744	950.441	920.042	-3,3%
ESP	Urbana	45.359.962	46.253.935	45.922.734	1,2%
	Rural	1.465.488	1.375.326	1.280.683	-12,6%
	Total	46.825.450	47.629.261	47.203.417	0,8%

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

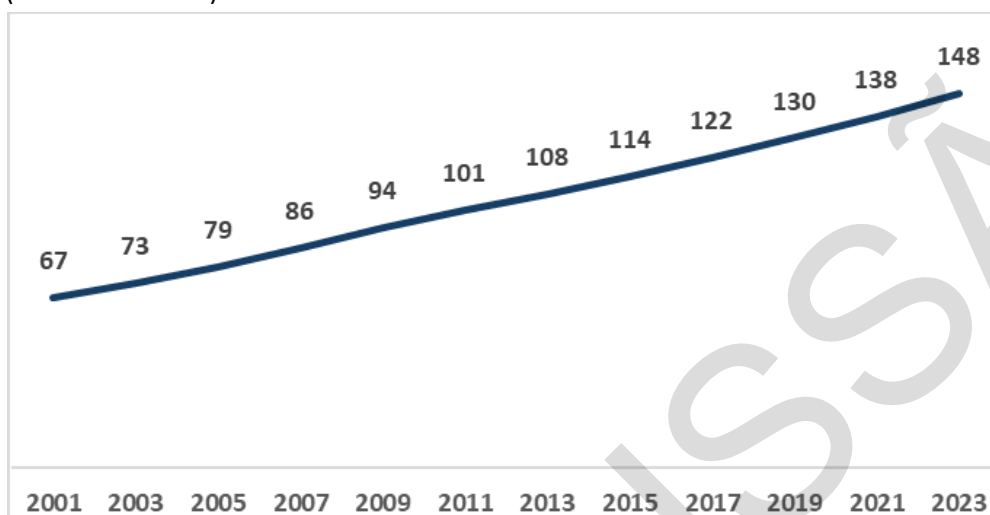
4.1.2. Índice de envelhecimento

O índice de envelhecimento de Urupês mostra uma trajetória ascendente e contínua entre 2001 e 2023, passando de 67 para 148. Esse indicador representa a relação entre o número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas com até 14 anos de idade. Seu crescimento revela uma mudança significativa na estrutura etária do município.

Em 2001, havia 67 idosos para cada 100 crianças e adolescentes até 14 anos. Já em 2023, esse número mais que dobrou, com 148 idosos para cada 100 jovens, indicando que a população idosa já supera numericamente a população jovem. Esse processo acelerado pode ser impulsionado por fatores como queda na taxa de natalidade, aumento da longevidade e possível migração de jovens para centros urbanos maiores.

Tal informação tem implicações importantes para as políticas públicas locais, especialmente nas áreas de saúde, previdência, assistência social e planejamento urbano. O município precisará adaptar sua infraestrutura e serviços para atender a uma população cada vez mais envelhecida, ao mesmo tempo em que busca estratégias para atrair e reter população jovem, garantindo equilíbrio demográfico e sustentabilidade social. A aceleração do índice de envelhecimento pode ser observada na **Figura 4.1.2-1**.

Figura 4.1.2-1: Índice de envelhecimento da população do município de Urupês, entre 2001 e 2023 (a cada dois anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

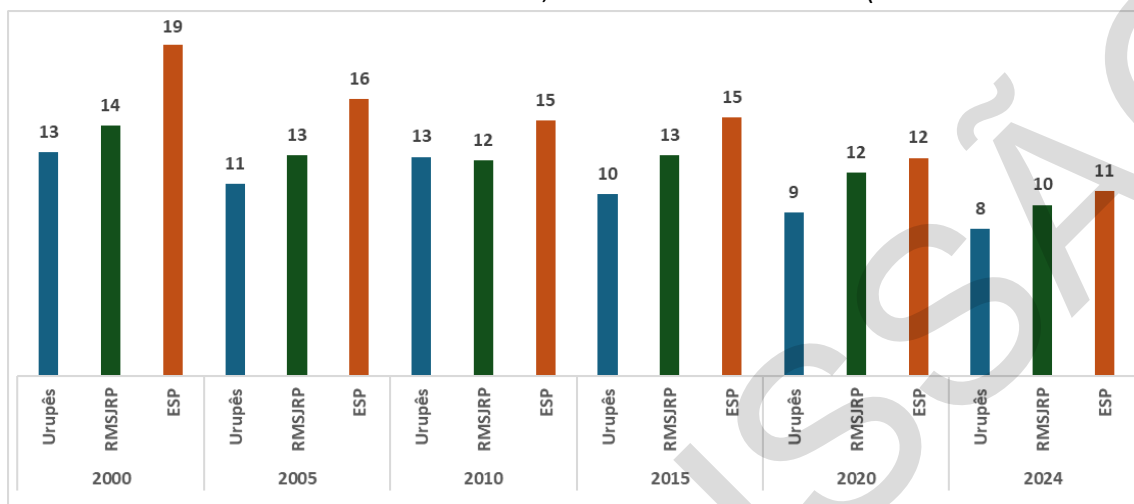
4.1.3. Taxa de Natalidade

A taxa de natalidade em Urupês apresenta uma tendência clara de queda entre 2000 e 2024, passando de 13 nascimentos por mil habitantes em 2000 para apenas 8 em 2024. Essa redução de aproximadamente 38% reflete possivelmente o envelhecimento populacional, a diminuição do número de mulheres em idade fértil e mudanças nos padrões familiares e sociais, como o adiamento da maternidade e a redução do número de filhos por família.

A Região Metropolitana de São José do Rio Preto e o Estado de São Paulo seguem a mesma trajetória, embora com taxas historicamente mais elevadas. A RMSJRP caiu de 14 para 10 nascimentos por mil habitantes no período, enquanto o Estado passou de 19 para 11, evidenciando uma desaceleração demográfica no território paulista.

Esses dados refletem o processo de transição demográfica em curso, marcado por possíveis fatores como queda na fecundidade, mudanças nos padrões familiares e maior acesso a métodos contraceptivos. Os dados são apresentados na **Figura 4.1.3-1**.

Figura 4.1.3-1: Taxa de Natalidade do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2024 (a cada cinco anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.4. Fluxo Migratório

Em relação ao fluxo migratório, conforme dados do censo do IBGE, em Urupês a proporção da população que residia há menos de dez anos interruptos no município era de 19% (equivalente a 2.642 pessoas). Entre esse grupo, 77% haviam residido anteriormente em outros locais do Estado de São Paulo. Na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, essa proporção foi de 72%, seguida por 4% de pessoas que já haviam morado no estado de Minas Gerais. Esses dados reforçam a importância dos centros urbanos próximos como polos de origem ou passagem da população que atualmente vive em Urupês, revelando padrões migratórios que podem influenciar a composição demográfica e as possíveis demandas sociais do município.

Complementarmente, os dados sobre o lugar de nascimento da população revelam mudanças sutis, mas significativas na composição demográfica de Urupês entre 2010 e 2022, e permitem comparações com a RMSJRP e o Estado de São Paulo.

No município, observa-se um aumento da presença de pessoas nascidas na Região Nordeste, que passou de 3% em 2010 para 6% em 2022. Esse crescimento indica um fluxo migratório nordestino para o município, possivelmente motivado por oportunidades de trabalho, reunificação familiar ou busca por melhor qualidade de vida. Em contrapartida, a proporção de nascidos na Região Sudeste caiu de 94% para 90%, embora ainda represente a ampla maioria da população. A participação das demais regiões se manteve estável em 4%.

Na RMSJRP, os dados de 2022 mostram que 7% da população nasceu na Região Nordeste, 88% na Sudeste e 5% nas demais regiões, refletindo um perfil migratório semelhante ao de Urupês, porém com maior diversidade.

Já no Estado de São Paulo, a presença de nordestinos é mais expressiva e estável, representando 11% da população tanto em 2010 quanto em 2022, enquanto os nascidos na Região Sudeste mantêm 84% e os das demais regiões, 5%. As informações podem ser consultadas na **Tabela 4.1.4-1**.

Quadro 4.1.4-1: Local de nascimento da população do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Lugar de nascimento	2010	2022
Urupês	Região Nordeste	3%	6%
	Região Sudeste	94%	90%
	Demais Regiões	4%	4%
	Total	100%	100%
RMSJRP	Região Nordeste	N/D	7%
	Região Sudeste	N/D	88%
	Demais Regiões	N/D	5%
	Total	-	100%
ESP	Região Nordeste	11%	11%
	Região Sudeste	84%	84%
	Demais Regiões	5%	5%
	Total	100%	100%

N/D: Não disponível

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.5. Condição dos Domicílios

No período entre 2010 e 2022, os dados sobre o tipo de domicílio revelam crescimento significativo em Urupês, na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP) e no Estado de São Paulo (ESP), com destaque para o aumento dos domicílios particulares e redução dos coletivos.

Em Urupês, o número total de domicílios cresceu 25%, passando de 5.053 para 6.339 no período analisado. A quase totalidade desses domicílios é particular - 99,95% em 2022 - enquanto os domicílios de caráter coletivo representam apenas 0,05% e tiveram queda de 25% no período. Isso indica uma predominância absoluta da moradia individual ou familiar no município.

Na RMSJRP, o crescimento foi ainda mais expressivo, com aumento de 40% no total de domicílios, passando de 320.040 para 448.180 em 2022. Os domicílios particulares mantêm ampla maioria (99,92%), enquanto os coletivos, embora em número absoluto maior que em Urupês, representam apenas 0,08% e cresceram discretamente (1%).

No Estado de São Paulo, o número total de domicílios aumentou 32%, com os particulares representando 99,91% em 2022. Os domicílios coletivos, por sua vez, caíram 19%, refletindo uma tendência estadual de redução desse tipo de moradia. Os indicadores podem ser observados na **Tabela 4.1.5-1**.

Tabela 4.1.5-1: Domicílios por condição do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Condição	2010		2022		Variação (%)
		Quantidade	% no total	Quantidade	% no total	
Urupês	Total	5.053	100%	6.339	100%	25%
	Particular	5.049	99,92%	6.336	99,95%	25%
	Coletivo	4	0,08%	3	0,05%	-25%
RMSJRP	Total	320.040	100%	448.180	100%	40%
	Particular	319.698	99,89%	447.835	99,92%	40%
	Coletivo	342	0,11%	345	0,08%	1%
ESP	Total	14.884.808	100%	19.641.476	100%	32%
	Particular	14.862.179	99,85%	19.623.160	99,91%	32%
	Coletivo	22.629	0,15%	18.316	0,09%	-19%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período avaliado, especificamente sobre os domicílios particulares, houve crescimento expressivo em Urupês, na Região Metropolitana de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, acompanhado por mudanças na ocupação e uso desses imóveis.

Em Urupês, o número total de domicílios particulares aumentou 25% e a maioria continua sendo de domicílios ocupados, embora sua participação tenha caído ligeiramente de 84% para 82% em relação ao total. Já os domicílios vagos cresceram 34%, mantendo 12% de participação, e os de uso ocasional aumentaram 57%, passando de 4% para 5%. Esses dados sugerem maior mobilidade residencial, crescimento de imóveis desocupados e possível uso sazonal, como casas de veraneio ou imóveis mantidos por famílias que migraram.

Na RMSJRP, o crescimento foi ainda mais acentuado: 40% no total de domicílios particulares. Os ocupados diminuíram proporcionalmente (de 86,9% para 82,05%), enquanto os vagos quase dobraram (94% de aumento), passando de 8,3% para 11,49% em relação ao total. Os de uso ocasional apresentaram evolução de 88%, indicando um possível dinamismo urbano, com imóveis disponíveis para aluguel ou uso não permanente.

No Estado de São Paulo, o padrão se repete. O total de domicílios particulares cresceu 32%, com queda na participação dos ocupados (de 86,38% para 82,68%) e forte aumento nos vagos (93%) e nos de uso ocasional (35%). A presença de domicílios improvisados, ainda que pequena (0,09%), também aparece em 2022, refletindo situações de vulnerabilidade habitacional em algumas áreas. Esses dados podem ser observados na **Tabela 4.1.5-2**.

Tabela 4.1.5-2: Domicílios particulares por condição do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Domicílios Particulares	2010		2022		Variação (%)
		Quantidade	% no total	Quantidade	% no total	
Urupês	Total	5.049	100%	6.336	100%	25%
	Ocupado	4.243	84%	5.205	82%	23%
	Não ocupado - vago	590	12%	791	12%	34%
	Não ocupado - uso ocasional	216	4%	340	5%	57%
	Improvisado	-	-	-	-	-
RMSJRP	Total	319.698	100%	447.835	100%	40%
	Ocupado	277.830	86,90%	367.435	82,05%	32%
	Não ocupado - vago	26.535	8,30%	51.444	11,49%	94%
	Não ocupado - uso ocasional	15.333	4,80%	28.827	6,44%	88%
	Improvisado	-	-	129	0,03%	-
ESP	Total	14.862.179	100%	19.623.160	100%	32%
	Ocupado	12.838.561	86,38%	16.224.248	82,68%	26%
	Não ocupado - vago	1.122.067	7,55%	2.164.485	11,03%	93%
	Não ocupado - uso ocasional	901.551	6,07%	1.217.175	6,20%	35%
	Improvisado	-	-	17.252	0,09%	-

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Também entre 2010 e 2022, os dados sobre domicílios urbanos e rurais revelam uma intensificação do processo de urbanização em Urupês, na Região Metropolitana de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, tal como já observado durante a análise da dinâmica demográfica dessas localidades⁹.

Em Urupês, o número de domicílios urbanos aumentou 28%, enquanto os domicílios rurais caíram 18%. Com isso, a participação urbana subiu de 90% para 93%, evidenciando uma migração interna para áreas urbanas e uma possível redução da ocupação rural.

Na RMSJRP, o crescimento urbano foi ainda mais acentuado, com aumento de 38% nos domicílios urbanos e queda de 38% nos rurais. A participação urbana passou de 93% para 97%,

⁹ O censo do IBGE adota um recorte de domicílios em localização urbana ou rural a partir da quantidade de domicílios particulares permanentes ocupados.

consolidando o perfil urbano da região. Já no Estado de São Paulo, os domicílios urbanos cresceram 28%, enquanto os rurais tiveram uma leve queda de 4%, mantendo a participação urbana em 97%.

Os dados confirmam a tendência de urbanização e esvaziamento das áreas rurais, tal como apresentado no **item 4.1.1**, e cujos dados podem ser observados na **Tabela 4.1.5-3**.

Tabela 4.1.5-3: Domicílios considerando condição urbana ou rural do município de Urupês, Região Metropolitana de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Ano	Condição		Urupês	RMSJRP	ESP
2010	Urbano	Quantidade	3.796	257.506	12.344.236
		%	90%	93%	96%
	Rural	Quantidade	445	20.114	482.917
		%	10%	7%	4%
	Total		4.241	277.620	12.827.153
2022	Urbana	Quantidade	4841	354931	15760199
		%	93%	97%	97%
	Rural	Quantidade	364	12504	464049
		%	7%	3%	3%
	Total		5.205	367.435	16.224.248
Variação (%)	Urbano		28%	38%	28%
	Rural		-18%	-38%	-4%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.2. Indicadores de condições sociais

A dinâmica social do município de Urupês pode ser analisada por meio do Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM), elaborado pela Fundação Seade. Esse índice é calculado a partir da média aritmética de indicadores atrelados a três dimensões de desenvolvimento fundamentais: riqueza, longevidade e escolaridade. Seu valor varia de zero a um, permitindo a classificação de municípios em quatro faixas de desenvolvimento: Muito Alta (acima de 0,600), Alta (entre 0,551 e 0,600), Média (entre 0,501 e 0,550) e Baixa (igual ou inferior a 0,500).

Observando-se o período entre 2014 e 2022, o IPDM de Urupês apresentou avanços significativos em aspectos sociais, especialmente em longevidade e escolaridade, embora enfrente desafios persistentes na dimensão da riqueza.

Em 2014, o IPDM de Urupês era 0,538, ligeiramente acima da média estadual (0,535). A principal fragilidade estava no índice de riqueza (0,356), bem abaixo do Estado (0,457), refletindo possíveis limitações econômicas locais. Já os indicadores de longevidade (0,691) e escolaridade (0,566) mostravam desempenho mais equilibrado.

Ao longo dos anos, Urupês avançou em longevidade, atingindo 0,751 em 2022 - superior ao índice estadual de 0,697 - o que indica melhorias nas condições de saúde e expectativa de vida da população. A escolaridade também evoluiu de forma consistente, passando de 0,566 em 2014 para 0,607 em 2022, superando o Estado (0,556) e refletindo investimentos em educação básica e acesso ao ensino para a população.

Por outro lado, o índice de riqueza permaneceu como o principal ponto de vulnerabilidade. Após uma leve melhora até 2020 (0,390), houve queda para 0,359 em 2022, mantendo-se abaixo da média estadual (0,441). Isso sugere que, apesar dos avanços sociais, o município pode enfrentar dificuldades econômicas. Os dados podem ser consultados na **Tabela 4.2-1**.

Tabela 4.2-1: IPDM do município de Urupês e Estado de São Paulo considerando as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, entre 2014 e 2022 (a cada dois anos)

Ano	Localidade	IPDM	I Riqueza	I Longevidade	I Escolaridade
2014	Urupês	0,538	0,356	0,691	0,566
	ESP	0,535	0,457	0,698	0,449
2016	Urupês	0,558	0,341	0,771	0,563
	ESP	0,555	0,438	0,717	0,511
2018	Urupês	0,594	0,380	0,737	0,666
	ESP	0,578	0,451	0,721	0,563
2020	Urupês	0,595	0,390	0,729	0,665
	ESP	0,585	0,439	0,722	0,594
2022	Urupês	0,572	0,359	0,751	0,607
	ESP	0,565	0,441	0,697	0,556

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.2.1. O Programa Bolsa Família

Os aspectos sociais de um município podem ser analisados também por meio da participação em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (considerada a principal iniciativa do governo federal voltada à população em situação de vulnerabilidade). A identificação dessas famílias ocorre por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sistema que reúne informações sobre pessoas com baixa renda e que demandam acesso a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, entre outras.

Em Urupês, os dados entre janeiro de 2018 e maio de 2025 mostram uma redução significativa tanto no número de pessoas inscritas no CadÚnico quanto no número de beneficiários do Programa, indicando mudanças no perfil socioeconômico da população e na sua cobertura.

Em janeiro de 2018, havia 3.870 pessoas inscritas no CadÚnico, representando 29% da população, das quais 1.510 recebiam o Bolsa Família (11% da população e 39% dos inscritos). Ao

longo dos anos, o número de inscritos oscilou, atingindo o pico em janeiro de 2022 com 4.047 pessoas (31% da população), mas caiu para 3.333 em maio de 2025, uma redução de 14% em relação ao início da série.

O número de beneficiários do Bolsa Família caiu ainda mais: de 1.510 em janeiro de 2018 para 1.170 em maio de 2025, uma queda de 23%. A proporção de inscritos que recebem o benefício também diminuiu, passando de 39% para 35%, com os menores índices registrados em 2025 (29%).

Essa retração pode refletir diversos fatores, como mudanças nos critérios de elegibilidade, melhoria na renda das famílias, atualização cadastral ou reestruturação do programa. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.2.1-1**.

Tabela 4.2.1-1: Número de pessoas inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do município de Urupês, de janeiro de 2018 a maio de 2025

Referência	Pessoas inscritas no CadÚnico	% população	Pessoas beneficiárias PBF	% população	% de pessoas inscritas que recebem PBF
jan/18	3.870	29%	1.510	11%	39%
jan/19	3.648	28%	1.478	11%	41%
jan/20	3.644	28%	1.317	10%	36%
jan/21	3.575	27%	1.177	9%	33%
jan/22	4.047	31%	1.343	10%	33%
jan/23	4.002	30%	1.313	10%	33%
jan/24	3.847	29%	1.340	10%	35%
jan/25	3.871	29%	1.131	9%	29%
fev/25	3.902	30%	1.114	8%	29%
mar/25	3.934	30%	1.157	9%	29%
abr/25	3.333	25%	1.176	9%	35%
mai/25	3.333	25%	1.170	9%	35%
Varição (%)	-14%	-	-23%	-	-

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Considerando o recorte de famílias em situação de pobreza - aquelas com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00, conforme critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família - é possível observar um aumento significativo desse grupo no município de Urupês.

De acordo com os dados apresentados na **Tabela 4.2.1-2**, entre janeiro de 2018 e maio de 2025, os dados de Urupês mostram variações importantes na quantidade de famílias com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00, tanto entre os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) quanto entre os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico).

O número de famílias beneficiárias do PBF nesta faixa de renda oscilou ao longo do período, representando entre 55% e 75% dos beneficiários. A partir de 2023, observa-se um aumento na concentração de famílias extremamente pobres entre os atendidos, com destaque para os

meses de abril e maio de 2025, quando 75% das famílias beneficiárias estavam nessa faixa de renda. Isso indica que o programa tem se tornado mais focalizado, priorizando núcleos familiares em maior vulnerabilidade.

Já entre os inscritos no CadÚnico, a proporção de famílias com renda até R\$ 218,00 variou entre 18% e 28%. Em 2018, esse grupo representava 25% dos cadastrados, caindo para 18% em janeiro de 2023, antes de subir novamente para 28% em abril e maio de 2025. Esse crescimento recente sugere um possível agravamento das condições econômicas entre a população cadastrada, com mais famílias entrando na faixa de pobreza.

Tabela 4.2.1-2: Número de famílias inscritas beneficiárias do PBF e inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita de até R\$ 218,00 do município de Urupês, entre janeiro de 2018 e maio de 2025

Referência	Nº famílias beneficiárias PBF	% renda familiar per capita mensal até R\$ 218	Nº famílias inscritas no CadÚnico	% renda familiar per capita mensal até R\$ 218
jan/18	475	64%	1.433	25%
jan/19	472	68%	1.435	26%
jan/20	431	72%	1.478	27%
jan/21	391	72%	1.477	26%
jan/22	447	72%	1.683	23%
jan/23	449	55%	1.699	18%
jan/24	459	74%	1.612	25%
jan/25	392	72%	1.625	23%
fev/25	385	73%	1.646	22%
mar/25	396	74%	1.665	23%
abr/25	403	75%	1.413	28%
mai/25	400	N/D	1.413	28%

N/D: Não disponível

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do CadÚnico (IVCAD), desenvolvido pelo governo federal, é uma ferramenta que permite avaliar o grau de vulnerabilidade social das famílias cadastradas no sistema. O índice é composto por seis dimensões fundamentais: necessidade de cuidados; desenvolvimento da primeira infância; desenvolvimento da criança e do adolescente; trabalho e qualificação de adultos; disponibilidade de recursos; e condições habitacionais. Quanto mais próximo de 1 for o valor do IVCAD, maior é a vulnerabilidade da família.

Com base nos dados apresentados na **Tabela 4.2.1-3**, Urupês apresenta níveis de vulnerabilidade social ligeiramente inferiores à média do Estado de São Paulo, segundo o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD). O município se destaca

positivamente em aspectos como desenvolvimento infantil, qualificação profissional e condições de moradia. No entanto, enfrenta desafios relacionados à disponibilidade de recursos econômicos e o trabalho e qualificação de adultos, o que indica que, apesar de avanços sociais, muitas famílias ainda convivem com limitações materiais. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à geração de renda e inclusão produtiva para reduzir a vulnerabilidade.

Tabela 4.2.1-3: IVCAD do município de Urupês e Estado de São Paulo considerando suas dimensões (setembro de 2025)

Indicadores	Urupês	ESP
IVCAD	0,255	0,274
Necessidade de cuidados	0,354	0,390
Desenvolvimento da Primeira Infância	0,072	0,062
Desenvolvimento da Criança e Adolescente	0,083	0,043
Trabalho e Qualificação de Adultos	0,615	0,599
Disponibilidade de Recursos	0,311	0,424
Condições Habitacionais	0,093	0,126

Fonte: Observatório do Cadastro Único, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.3. Indicadores de serviços públicos

A avaliação dos serviços públicos no município de Urupês será conduzida com foco nos eixos de educação e saúde, áreas fundamentais asseguradas pela Constituição Federal como direitos universais de todo cidadão. Esses temas representam pilares essenciais para o desenvolvimento social e serão analisados com base em indicadores que refletem a qualidade, a cobertura e o acesso da população a esses serviços.

4.3.1. Educação

Em relação à educação, os dados de matrícula do município de Urupês, conforme registros do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, entre os anos de 2019 e 2024, revelam importantes variações nas diferentes etapas e modalidades de ensino, evidenciando tanto avanços quanto retrações no acesso educacional.

A educação infantil em creche teve crescimento expressivo de 34%, passando de 123 para 168 matrículas, indicando maior acesso à primeira infância. Já a pré-escola apresentou retração de 13%, com oscilações ao longo dos anos, o que pode refletir variações na faixa etária ou na oferta de vagas.

No ensino fundamental, os anos iniciais registraram queda de 7%, enquanto os anos finais cresceram 9%, sugerindo que a população escolar está se concentrando nas faixas etárias mais avançadas, possivelmente por redução de nascimentos ou maior permanência dos alunos na escola.

O ensino médio teve crescimento de 6%, com destaque para o salto em 2022, quando atingiu 281 matrículas, antes de cair para 243 em 2024. Isso pode estar relacionado à expansão de vagas ou à entrada de novas turmas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) praticamente desapareceu, com o ensino médio registrando 20 matrículas em 2024, apesar da alta entre 2020 e 2023, oscilando de 67 a 63 matrículas no período, o que aponta para uma possível descontinuidade ou baixa demanda. Por fim, a educação especial em classes comuns teve redução de 10%, enquanto não houve registro de classes exclusivas. Os dados podem ser consultados no **Tabela 4.3.1-1**.

Tabela 4.3.1-1: Número de matrículas em diferentes etapas de ensino do município de Urupês, entre 2019 e 2024

Nível de Ensino	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição (%)
Infantil (Creche)	123	127	119	130	171	165	34%
Infantil (Pré-escola)	176	141	137	151	142	153	-13%
Fundamental (Anos Iniciais)	409	410	423	385	378	380	-7%
Fundamental (Anos Finais)	304	315	322	305	315	332	9%
Médio	229	212	206	281	259	243	6%
Profissional (Associada ao Ensino Médio)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Concomitante)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Subsequente)	0	0	0	0	0	0	-
EJA (Ensino Fundamental)	0	0	0	43	17	0	-
EJA (Ensino Médio)	28	67	58	63	25	20	-29%
Educação Especial (Classes comuns)	31	28	30	36	35	28	-10%
Educação Especial (Classes exclusivas)	0	0	0	0	0	0	-

Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Já os dados de docentes do município de Urupês, conforme registros do INEP entre os anos de 2019 e 2024 mostram que a localidade apresentou crescimento no número de docentes na educação infantil (creche e pré-escola), nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação especial, refletindo maior atenção à primeira infância e à inclusão.

Por outro lado, houve redução de professores nos anos finais do fundamental e no ensino médio, sugerindo reorganização da rede ou queda na demanda. A educação profissional começou a ser atendida a partir de 2021, ainda com número limitado de docentes, enquanto a EJA e os cursos técnicos permanecem inativos.

Esses dados indicam expansão em áreas prioritárias, mas também apontam para desafios na diversificação e continuidade da oferta educacional. Essas informações podem ser consultadas na **Tabela 4.3.1-2**.

Tabela 4.3.1-2: Número de docentes em diferentes etapas de ensino do município de Urupês, entre 2019 e 2024

Ensino	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (%)
Infantil (Creche)	30	30	30	34	38	42	40%
Infantil (Pré-escola)	14	17	17	19	22	20	43%
Fundamental (Anos Iniciais)	42	45	53	50	48	54	29%
Fundamental (Anos Finais)	58	50	49	47	51	48	-17%
Médio	45	42	50	50	47	41	-9%
Profissional (Associada ao Ensino Médio)	0	0	10	12	13	8	-
Profissional (Curso Técnico Concomitante)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Subsequente)	0	0	0	0	0	0	-
EJA (Ensino Fundamental)	0	0	0	0	0	0	-
EJA (Ensino Médio)	9	8	0	0	0	0	-
Educação Especial (Classes comuns)	75	75	74	74	108	97	29%
Educação Especial (Classes exclusivas)	0	0	0	0	0	0	-

Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que avalia a qualidade da educação nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como no ensino médio. Ele reúne, em uma única medida, o desempenho dos estudantes nas avaliações de português e matemática, além dos dados de fluxo escolar, como aprovação e reprovação, permitindo uma análise integrada da efetividade do sistema educacional.

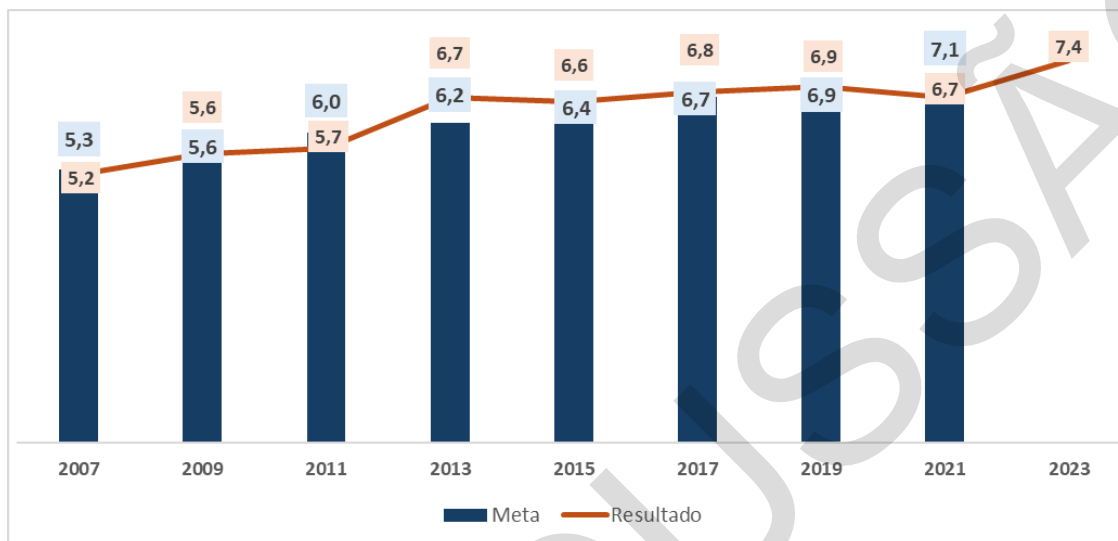
Os dados do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental em Urupês entre 2007 e 2023 mostram uma trajetória de crescimento consistente, com resultados que na maioria dos anos atingiram ou superaram as metas estabelecidas.

Em 2007, o município ficou ligeiramente abaixo da meta (5,2 contra 5,3), mas em 2009 atingiu exatamente o valor previsto (5,6).

Em 2011, o resultado foi de 5,7, abaixo da meta de 6,0. Entre 2013 e 2019, Urupês se manteve acima da meta estimada, alcançando um índice de 6,9. Em 2021, o índice caiu para 6,7, ficando abaixo da meta de 7,1, possivelmente refletindo os impactos da pandemia.

Em 2023, o município alcançou seu melhor resultado histórico: 7,4, superando com folga a meta anterior. Os resultados e suas respectivas metas por ano podem ser verificados na **Figura 4.3.1-1**.

Figura 4.3.1-1: Evolução do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023



Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

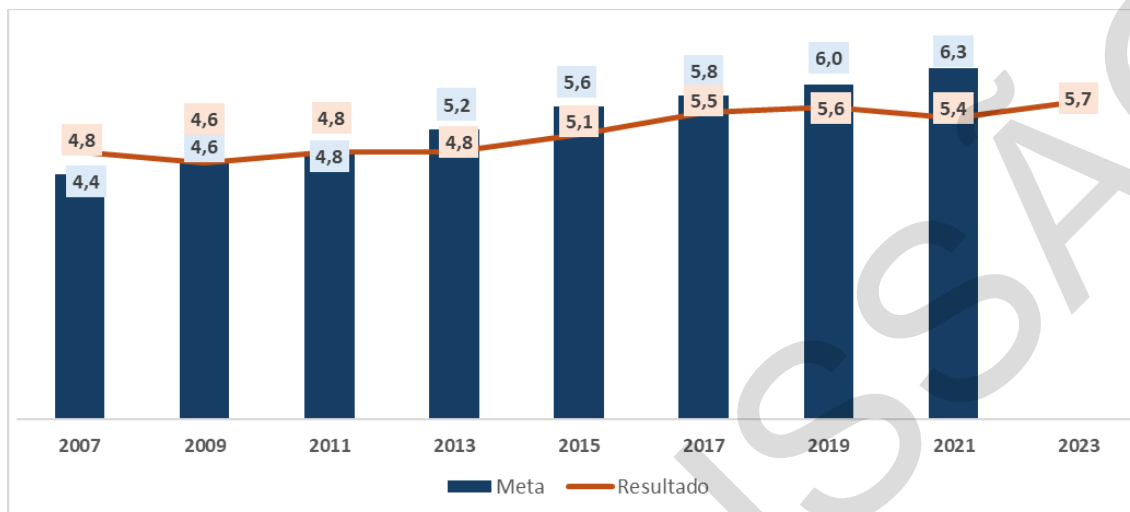
Entre 2007 e 2023, os resultados do IDEB para os anos finais do ensino fundamental em Urupês mostram uma evolução gradual, com alternância entre metas atingidas e não atingidas.

O município começou superando a meta em 2007, com índice de 4,8 frente à meta de 4,4, e manteve desempenho alinhado às metas em 2009 e 2011. No entanto, entre 2013 e 2021, apesar do crescimento contínuo nos resultados, o município ficou sistematicamente abaixo das metas previstas para cada ano. Em 2023, Urupês alcançou seu melhor desempenho histórico, com índice de 5,7, embora sem meta definida para esse ano.

Esses dados indicam avanços na aprendizagem e no fluxo escolar, mas também evidenciam a necessidade de reforçar estratégias pedagógicas para que os anos finais acompanhem o ritmo de melhoria observado nos anos iniciais e consigam atingir as metas estabelecidas.

As informações por ano podem ser verificadas na **Figura 4.3.1-2**.

Figura 4.3.1-2: Evolução do IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023



Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

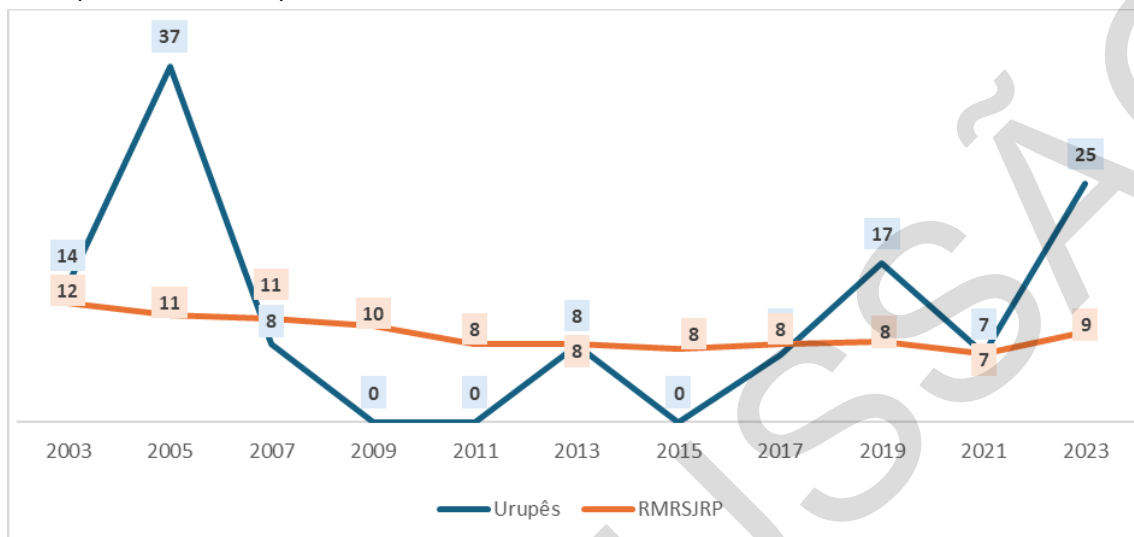
4.3.2. Saúde

A análise da taxa de mortalidade infantil em Urupês e na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), entre os anos de 2001 e 2023, indica oscilações significativas, com episódios de alta pontual e períodos de estabilidade ou queda, contrastando com a tendência mais estável observada na Região.

Em Urupês, os anos de 2005 e 2023 se destacam negativamente, com taxas de 37 e 25 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente - valores muito acima da média regional. Por outro lado, o município registrou taxa zero em 2009, 2011 e 2015, o que indica avanços pontuais na atenção à saúde materno-infantil. No entanto, a reincidência de picos nos anos de 2019 (17) e 2023 (25) sugere fragilidades na manutenção de políticas preventivas e na cobertura de serviços essenciais.

Já na RMRSJRP, a taxa manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 12 (2001 e 2003) e 7 (2021), com tendência de queda gradual. Em 2023, a taxa foi de 9, bem abaixo do índice de Urupês, reforçando o contraste entre o desempenho municipal e o regional. As informações por ano podem ser verificadas na **Figura 4.3.2-1**.

Figura 4.3.2-1: Taxa de mortalidade infantil do município de Urupês e da RMSJRP, entre 2003 e 2023 (a cada dois anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Os dados sobre o número de médicos em Urupês entre agosto de 2020 e agosto de 2025 mostra que o município apresentou um crescimento expressivo na quantidade de médicos, especialmente naqueles vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), refletindo avanços na capacidade de atendimento da rede pública.

Em 2020, o município contava com 53 médicos, dos quais 46 atendiam pelo SUS. Esse número evoluiu para 127 médicos em 2025, sendo 110 vinculados ao SUS — um aumento de 139% no total de profissionais.

Já a proporção de médicos por mil habitantes atendendo pelo SUS passou de 4 em 2020 para 9 em 2025, mais que dobrando em cinco anos.

O número de médicos que não atendem ao SUS permaneceu relativamente estável, variando entre 7 e 18 ao longo do período, o que indica que o crescimento da força médica foi direcionado à rede pública. Os dados podem ser verificados no **Tabela 4.3.2-1**.

Tabela 4.3.2-1: Número de médicos e proporção por mil habitantes do município de Urupês, entre 2020 e 2025

Período	Total de médicos	Atende ao SUS	Não atende o SUS	Por mil habitantes (SUS)	Por mil habitantes (Total)
ago/20	53	46	7	3	4
ago/21	57	46	11	3	4
ago/22	73	56	17	4	5
ago/23	71	53	18	4	5
ago/24	85	67	18	5	6
ago/25	127	110	17	8	9

Fonte: Ministério da Saúde, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.4. Caracterização econômica

4.4.1. Produto Interno Bruto e Valor Agregado

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Urupês totalizou aproximadamente R\$ 483,3 milhões em 2021, de acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE. Entre 2011 e 2021, o PIB municipal registrou uma queda expressiva de 166%, acima do crescimento apresentado pelas demais localidades, conforme mostra a **Tabela 4.4.1-1**.

Tabela 4.4.1-1: PIB do município de Urupês, RMSJRP e ESP em R\$ 1.000, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)

Ano	Urupês	RMSJRP	ESP
2011	181.364	40.956.334	1.436.672.709
2013	243.934	49.473.521	1.715.238.417
2015	284.960	54.941.656	1.939.901.907
2017	382.793	64.878.720	2.120.761.635
2019	409.924	68.736.609	2.348.338.000
2021	483.325	82.489.441	2.719.751.231
Varição (%)	166%	101%	89%

Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Entre 2011 e 2021, a estrutura econômica de Urupês, medida pela participação dos setores no valor adicionado bruto, revela características distintas em relação à RMSJRP e ao ESP, com destaque para o peso da agropecuária e da administração pública.

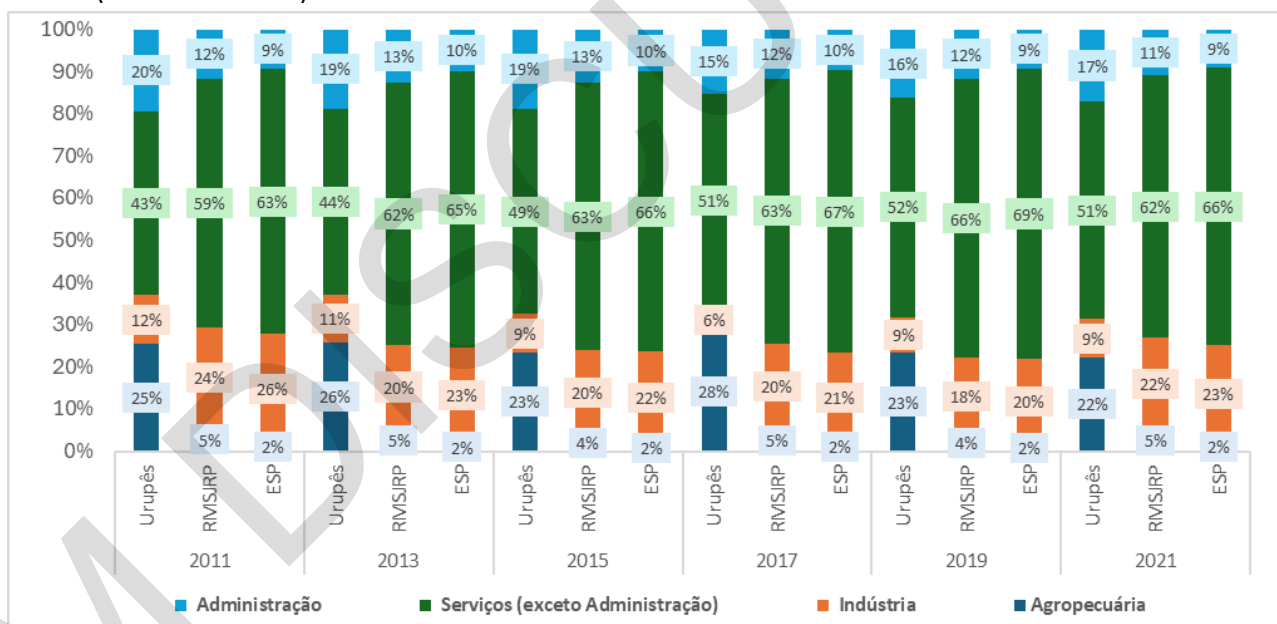
Urupês manteve uma participação elevada da agropecuária ao longo do período, variando entre 22% e 28%, muito acima dos índices da RMSJRP (4% a 5%) e do Estado (2%). Complementarmente, segundo a Pesquisa Agropecuária Municipal do IBGE, em 2021, a cana-de-açúcar representava 82% da área de produção colhida em Urupês, evidenciando a forte vocação agrícola do município para essa cultura.

Por outro lado, a indústria teve participação decrescente em Urupês, caindo de 12% em 2011 para 6% em 2017, e estabilizando-se em 9% até 2021. Esse desempenho é inferior ao da RMSJRP e do Estado, onde a indústria representa cerca de 20% a 26% do valor adicionado, indicando menor industrialização no município.

O setor de serviços (exceto administração pública) cresceu em Urupês, passando de 43% em 2011 para 52% em 2019, antes de recuar levemente para 51% em 2021. Ainda assim, essa participação é inferior à observada na RMSJRP (62% a 66%) e no Estado (63% a 69%), refletindo uma economia menos diversificada em serviços privados.

Já a administração pública tem peso significativo em Urupês, variando entre 15% e 20%, acima da média estadual (9% a 10%) e da RMSJRP (11% a 13%). Isso sugere que o setor público desempenha papel relevante na geração de renda e empregos locais. Essas informações podem ser verificadas na **Figura 4.4-1**.

Figura 4.4-1: Participação dos setores no valor adicionado de Urupês, RMSJRP e ESP, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)



Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Entre 2011 e 2021, Urupês apresentou um crescimento expressivo no PIB per capita, com uma variação de 144%, superior à registrada na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (91%) e no Estado de São Paulo (101%). Esse avanço indica um dinamismo econômico relevante no município, com aumento da geração de riqueza por habitante.

Apesar do crescimento acelerado, o município manteve-se abaixo das médias regional e estadual em todos os anos analisados. Em 2021, por exemplo, o PIB per capita do município foi cerca de R\$ 7.600 inferior ao da RMSJRP e quase R\$ 8.000 abaixo do valor estadual.

Isso mostra que, embora tenha reduzido a distância relativa, ainda há espaço para ampliar a produtividade e diversificar a base econômica local. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.4.1-2**.

Tabela 4.4.1-2: PIB per capita de Urupês, RMSJRP e ESP em R\$ 1,00, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)

Ano	Localidade	PIB per capita (R\$ 1,00)
2011	Urupês	R\$ 14.189,04
	RMSJRP	R\$ 22.075,06
	ESP	R\$ 21.173,06
2013	Urupês	R\$ 18.279,09
	RMSJRP	R\$ 25.219,73
	ESP	R\$ 24.827,14
2015	Urupês	R\$ 21.101,89
	RMSJRP	R\$ 26.816,29
	ESP	R\$ 29.887,32
2017	Urupês	R\$ 28.033,19
	RMSJRP	R\$ 32.875,97
	ESP	R\$ 32.827,38
2019	Urupês	R\$ 29.685,26
	RMSJRP	R\$ 33.280,47
	ESP	R\$ 34.568,56
2021	Urupês	R\$ 34.609,70
	RMSJRP	R\$ 42.267,84
	ESP	R\$ 42.570,21
Variação (%)	Urupês	144%
	RMSJRP	91%
	ESP	101%

Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.4.2. Empregos Formais e Renda

Entre 2022 e 2024, a estrutura de empregos formais em Urupês passou por mudanças significativas. O setor industrial manteve trajetória de crescimento entre 2022 e 2024, elevando o número de empregos formais de 900 para 1.022 e ampliando sua participação no total de vínculos empregatícios de 28% para 33%. Em 2024, a maior parte desses postos - cerca de 75%

- foi gerada por atividades ligadas à confecção de peças de vestuário, evidenciando a relevância dessa cadeia produtiva na dinâmica industrial do município.

O comércio também mostrou recuperação, após uma queda em 2023, voltando a crescer em 2024 e representou 25% dos empregos formais. Por outro lado, o setor de serviços sofreu uma queda expressiva, passando de 1.264 empregos em 2023 para 829 em 2024, reduzindo sua participação de 37% para 27%, o que pode indicar reestruturações ou perda de dinamismo no município.

A agropecuária manteve estabilidade relativa, com cerca de 13% de participação ao longo dos três anos, reforçando sua importância na economia local. A construção civil oscilou, mas permaneceu com participação modesta entre 1% e 2%.

Em comparação com a Região Metropolitana de São José do Rio Preto e o Estado de São Paulo, observa-se que a indústria também cresceu nesses territórios, passando de 23% para 26% na RMSJRP e de 18% para 20% no estado. O setor de serviços, embora ainda predominante, apresentou queda: de 46% para 39% na RMSJRP e de 56% para 51% no estado. O comércio teve leve crescimento em ambas as localidades, chegando a 24% na RMSJRP e 21% no Estado em 2024.

Esses dados indicam que Urupês segue a tendência regional e estadual de fortalecimento da indústria e do comércio, mas com uma queda mais acentuada no setor de serviços. A estabilidade da agropecuária reforça a vocação rural do município, enquanto a reconfiguração do mercado de trabalho aponta para oportunidades de crescimento industrial e comercial, além de desafios na manutenção da diversidade econômica e na oferta de serviços. Os dados podem ser observados na **Tabela 4.4.2-1**.

Tabela 4.4.2-1: Empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024

Localidades	Setores	2022		2023		2024	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Urupês	Indústria	900	28%	987	29%	1.022	33%
	Construção Civil	65	2%	50	1%	71	2%
	Comércio	721	22%	665	19%	765	25%
	Serviços	1.210	37%	1.264	37%	829	27%
	Agropecuária	349	11%	459	13%	388	13%
	Total	3.245	100%	3.425	100%	3.075	100%
RMSJRP	Indústria	65.028	23%	68.405	23%	71.162	26%
	Construção Civil	13.635	5%	13.358	4%	15.305	6%
	Comércio	64.547	23%	65.546	22%	66.807	24%
	Serviços	121.479	44%	136.167	46%	107.663	39%
	Agropecuária	13.976	5%	14.705	5%	15.412	6%
	Não classificados	561	0%	0	0%	0	0%
	Total	279.226	100%	298.181	100%	276.349	100%
ESP	Indústria	2.716.843	18%	2.780.594	18%	2.868.258	20%
	Construção Civil	663.832	4%	732.836	5%	746.406	5%
	Comércio	2.877.320	19%	2.930.505	19%	3.003.131	21%
	Serviços	8.258.771	55%	8.520.226	56%	7.118.546	51%
	Agropecuária	349.347	2%	354.589	2%	346.916	2%
	Não classificados	25.678	0%	0	0%	0	0%
	Total	14.891.791	100%	15.318.750	100%	14.083.257	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Em relação ao rendimento médio dos empregos formais, no mesmo período, o rendimento médio dos trabalhadores formais em Urupês apresentou variações significativas entre os setores econômicos.

A indústria teve crescimento de 18%, com o salário médio passando de R\$ 1.709,88 para R\$ 2.023,82, acompanhando a expansão do setor no município. O comércio também registrou aumento expressivo de 13%, alcançando R\$ 2.407,55 em 2024. A agropecuária teve desempenho semelhante, com crescimento de 18% e rendimento médio de R\$ 2.273,78, refletindo a valorização da atividade rural local. Por outro lado, o setor de serviços sofreu queda de 18% no período, com redução do rendimento médio de R\$ 4.220,65 para R\$ 3.481,39, o que pode indicar retração ou reestruturação do segmento. A construção civil apresentou os maiores salários entre os setores em Urupês, embora tenha oscilado, com leve crescimento de 2% no período.

Em comparação com a Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP) e o Estado de São Paulo (ESP), Urupês mantém rendimentos inferiores em todos os setores. Na RMSJRP, os salários médios cresceram em todos os segmentos, com destaque para a agropecuária (21%) e a indústria (16%), enquanto os serviços tiveram leve queda de 3%.

No Estado de São Paulo, os rendimentos também aumentaram, especialmente na agropecuária (17%) e na construção civil (13%), com estabilidade no setor de serviços. Os dados podem ser consultados na **Tabela 4.4.2-2**.

Tabela 4.4.2-2: Rendimento Médio dos Empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024

Localidades	Setores	2022	2023	2024	Variação (%)
Urupês	Indústria	R\$ 1.709,88	R\$ 1.777,37	R\$ 2.023,82	18%
	Construção Civil	R\$ 3.297,73	R\$ 3.802,96	R\$ 3.370,66	2%
	Comércio	R\$ 2.133,58	R\$ 2.264,94	R\$ 2.407,55	13%
	Serviços	R\$ 4.220,65	R\$ 3.876,57	R\$ 3.481,39	-18%
	Agropecuária	R\$ 1.920,00	R\$ 1.782,67	R\$ 2.273,78	18%
RMSJRP	Indústria	R\$ 3.041,88	R\$ 3.324,71	R\$ 3.525,61	16%
	Construção Civil	R\$ 2.539,02	R\$ 2.721,26	R\$ 2.876,86	13%
	Comércio	R\$ 2.547,06	R\$ 2.758,37	R\$ 2.827,94	11%
	Serviços	R\$ 3.391,61	R\$ 3.411,05	R\$ 3.301,64	-3%
	Agropecuária	R\$ 2.689,35	R\$ 2.996,42	R\$ 3.263,62	21%
ESP	Indústria	R\$ 4.203,57	R\$ 4.467,93	R\$ 4.664,28	11%
	Construção Civil	R\$ 2.732,69	R\$ 2.958,74	R\$ 3.079,82	13%
	Comércio	R\$ 3.017,11	R\$ 3.255,86	R\$ 3.413,79	13%
	Serviços	R\$ 4.302,75	R\$ 4.207,19	R\$ 4.307,18	0%
	Agropecuária	R\$ 2.305,82	R\$ 2.540,69	R\$ 2.691,40	17%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Adicionalmente, segundo dados do Censo 2022 do IBGE, a renda média dos chefes de família no município de Urupês foi de R\$ 2.484,00, considerando todas as fontes de ocupação — formais e informais — no contexto dos domicílios particulares permanentes.

Quando observadas as dinâmicas de admissões e desligamentos, entre 2020 e julho de 2025, Urupês mostra uma trajetória positiva, com saldos anuais crescentes e recuperação consistente após o impacto inicial da pandemia. Em 2020, o município registrou mais desligamentos do que admissões, resultando em saldo negativo de 22 postos de trabalho.

A partir de 2021, houve reversão desse cenário, com saldo positivo de 201 empregos, seguido por 107 em 2022, 112 em 2023 e um salto para 253 em 2024. No acumulado de janeiro a julho de 2025, o saldo já alcança 168 admissões líquidas, indicando manutenção da tendência de crescimento no município.

Esse desempenho acompanha, em parte, a dinâmica observada na RMSJRP e no Estado de São Paulo, que também apresentaram saldos negativos em 2020 e recuperação nos anos seguintes. No entanto, enquanto Urupês manteve saldos positivos e crescentes, os saldos da RMSJRP e do Estado oscilaram. As informações podem ser consultadas na Tabela 4.4.2-3.

Tabela 4.4.2-3: Relação de admissões e desligamentos de empregos formais de Urupês, RMSJRP e ESP, entre 2020 e 2025

Ano	Condição	Urupês	RMSJRP	São Paulo
2020	Admissões	963	102.447	4.559.070
	Desligamentos	985	103.103	4.607.256
	Saldos	-22	-656	-48.186
2021	Admissões	1.314	131.286	6.136.283
	Desligamentos	1.113	116.900	5.334.294
	Saldos	201	14.386	801.989
2022	Admissões	1.405	142.413	6.881.631
	Desligamentos	1.298	133.449	6.307.609
	Saldos	107	8.964	574.022
2023	Admissões	1.406	149.909	7.113.110
	Desligamentos	1.294	140.358	6.727.614
	Saldos	112	9.551	385.496
2024	Admissões	1.903	166.289	8.016.921
	Desligamentos	1.650	156.809	7.558.775
	Saldos	253	9.480	458.146
2025 (jan a jul)	Admissões	1.237	104.904	5.044.814
	Desligamentos	1.069	96.976	4.647.761
	Saldos	168	7.928	397.053

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.5. Capacidade de investimento do município

Entre 2021 e 2024, a receita orçamentária do município de Urupês cresceu 47%, passando de R\$ 67,3 milhões para R\$ 98,8 milhões. No período, a participação das transferências correntes na composição da receita manteve-se elevada e relativamente estável, variando entre 78% e 83%.

Isso indica que a maior parte dos recursos do município ainda depende de repasses externos, o que reforça a importância da gestão eficiente desses recursos e da busca por maior autonomia financeira por meio da ampliação de receitas próprias. Apesar da leve oscilação anual, o padrão de dependência permanece alto, evidenciando um desafio estrutural para o fortalecimento da arrecadação local. Os dados podem ser verificados na Tabela 4.5-1.

Tabela 4.5-1: Receita Orçamentária e Transferências Correntes do município de Urupês, entre 2021 e 2024

Ano	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)	Participação (A/B)
2021	R\$ 55.590.481,44	R\$ 67.374.260,17	83%
2022	R\$ 66.835.675,45	R\$ 83.082.074,36	80%
2023	R\$ 69.732.981,66	R\$ 88.854.705,47	78%
2024	R\$ 79.641.664,73	R\$ 98.841.749,20	81%
Varição	43%	47%	-

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Ao mesmo tempo, a receita tributária de Urupês cresceu 66%, passando de R\$ 7,2 milhões para R\$ 12 milhões, o que significa uma evolução superior ao aumento de 47% observado na receita orçamentária total no mesmo período. Esse desempenho indica avanços na arrecadação própria do município, refletindo maior eficiência fiscal, expansão da base tributária ou valorização de atividades econômicas locais.

A participação da receita tributária na composição da receita orçamentária oscilou entre 11% e 13%, mantendo-se relativamente estável. Em 2023, o índice atingiu seu pico, com 13%, antes de recuar para 12% em 2024. Apesar do crescimento absoluto, os dados mostram que a dependência de transferências correntes ainda é elevada, como apontado anteriormente, e que há espaço para ampliar a autonomia financeira do município por meio do fortalecimento das receitas próprias. Os dados podem ser verificados na Tabela 4.5-2.

Tabela 4.5-2: Receita Orçamentária e Receita Tributária do município de Urupês, entre 2021 e 2024

Ano	Receita Tributária (A)	Receita Orçamentária (B)	Participação (A/B)
2021	R\$ 7.281.949,17	R\$ 67.374.260,17	11%
2022	R\$ 9.892.293,31	R\$ 83.082.074,36	12%
2023	R\$ 11.173.313,28	R\$ 88.854.705,47	13%
2024	R\$ 12.100.579,39	R\$ 98.841.749,20	12%
Varição	66%	47%	-

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período, as despesas orçamentárias de Urupês cresceram 52%, passando de R\$ 59,2 milhões para R\$ 89,9 milhões. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelas despesas correntes - aquelas voltadas à manutenção da máquina pública e prestação de serviços - que subiram 58% no período, representando 96% do total em 2024. Por outro lado, as despesas de

capital, destinadas a investimentos como obras e aquisição de equipamentos, apresentaram queda de 22%, reduzindo sua participação de 8% em 2021 para apenas 4% em 2024.

Essa mudança na composição das despesas indica uma priorização crescente dos gastos operacionais em detrimento dos investimentos, o que pode refletir pressões por custeio, ampliação de serviços ou aumento de despesas obrigatórias. As informações podem ser consultadas na **Tabela 4.5-3**.

Tabela 4.5-3: Participação das despesas correntes e despesas de capital em relação à despesa orçamentária do município de Urupês, entre 2021 e 2024

Ano	Despesas correntes	%	Despesas de capital	%	Despesas orçamentárias
2021	R\$ 54.637.110,34	92%	R\$ 4.559.897,68	8%	R\$ 59.197.008,02
2022	R\$ 69.729.969,65	92%	R\$ 6.352.986,81	8%	R\$ 76.082.956,46
2023	R\$ 79.223.930,28	91%	R\$ 7.482.419,68	9%	R\$ 86.706.349,96
2024	R\$ 86.357.271,16	96%	R\$ 3.541.316,19	4%	R\$ 89.898.587,35
Varição	58%		-22%		52%

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Por fim, entre 2021 e 2024, Urupês apresentou crescimento tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias, com variações de 47% e 52%, respectivamente. As receitas passaram de R\$ 67,37 milhões em 2021 para R\$ 98,84 milhões em 2024, enquanto as despesas aumentaram de R\$ 59,19 milhões para R\$ 89,89 milhões no mesmo período.

Apesar do crescimento mais acelerado das despesas, o município manteve resultados positivos em seu balanço anual, com superávits em todos os anos analisados. O saldo mais expressivo foi registrado em 2024, com R\$ 8,94 milhões, superando os R\$ 8,17 milhões de 2021 e os R\$ 6,99 milhões de 2022.

Em 2023, o superávit caiu para R\$ 2,14 milhões, indicando maior pressão sobre os gastos naquele ano. No acumulado, o balanço positivo cresceu 9% entre o primeiro e o último ano da série, evidenciando uma possível capacidade do município de manter equilíbrio fiscal mesmo diante do aumento das despesas, como pode ser verificado na **Tabela 4.5-4**.

Tabela 4.5-4: Receitas, Despesas e superávit do município de Urupês, entre 2021 e 2024

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	Despesas Orçamentárias (B)	Balanço (A-B)
2021	R\$ 67.374.260,17	R\$ 59.197.008,02	R\$ 8.177.252,15
2022	R\$ 83.082.074,36	R\$ 76.082.956,46	R\$ 6.999.117,90
2023	R\$ 88.854.705,47	R\$ 86.706.349,96	R\$ 2.148.355,51
2024	R\$ 98.841.749,20	R\$ 89.898.587,35	R\$ 8.943.161,85
Varição	47%	52%	9%

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.6. Considerações finais

O município de Urupês, situado na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), apresenta um perfil de desenvolvimento marcado por crescimento econômico moderado, urbanização gradual e transformações demográficas significativas. Com uma população estimada em 14.073 habitantes para 2025 e um grau de urbanização de 93% conforme dados de 2022, o município vivenciou expansão populacional moderada nas décadas do censo, com tendência de queda populacional nas duas décadas seguintes.

No campo econômico, o município registrou aumento expressivo no PIB per capita, com crescimento de 144% entre 2011 e 2021 - desempenho superior ao observado na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (91%) e no Estado de São Paulo (101%). Esse avanço está fortemente ligado à predominância da agropecuária, especialmente à produção de cana-de-açúcar, que em 2021 representava 82% da área colhida no município. A estrutura produtiva local, no entanto, ainda é pouco diversificada, com baixa participação da indústria e dos serviços privados em comparação com as médias estadual e regional.

O mercado de trabalho formal também evoluiu, com crescimento no número de vínculos empregatícios, especialmente na indústria e no comércio. A indústria, por exemplo, aumentou sua participação de 28% para 33% entre 2022 e 2024, sendo que 75% dos empregos industriais em 2024 estavam concentrados na confecção de peças de vestuário. Por outro lado, o setor de serviços sofreu retração, passando de 37% para 27% no mesmo período. Os rendimentos médios também cresceram em setores como indústria, comércio e agropecuária, embora permaneçam abaixo das médias regionais e estaduais.

Na área fiscal, Urupês demonstrou capacidade de manter equilíbrio orçamentário, com superávits anuais entre 2021 e 2024. As receitas orçamentárias cresceram 47%, enquanto as despesas aumentaram 52%, com destaque para o crescimento das despesas correntes, que passaram a representar 96% do total em 2024. A receita tributária teve aumento de 66% no período, sinalizando avanços na arrecadação própria, embora sua participação na receita total tenha se mantido entre 11% e 13%, o que evidencia a persistente dependência de transferências correntes — que representaram cerca de 80% da receita municipal.

Na saúde, a taxa de mortalidade infantil apresentou oscilações preocupantes. Embora tenha registrado valores nulos em alguns anos, como 2009, 2011 e 2015, o município voltou a apresentar picos em 2019 (17 por mil nascidos vivos) e 2023 (25), muito acima da média regional, que se manteve estável entre 7 e 12. Esse cenário aponta para a necessidade de reforçar políticas de atenção básica e cuidados materno-infantis.

Na educação, os resultados do IDEB para os anos finais do ensino fundamental mostram crescimento contínuo, mas abaixo das metas estabelecidas entre 2013 e 2021. Em 2023, o município atingiu seu melhor índice histórico (5,7), embora sem meta definida para o ano, o que

sinaliza avanços na aprendizagem, mas também a urgência de fortalecer estratégias pedagógicas para garantir maior efetividade.

Em síntese, Urupês avança em diversas frentes, com indicadores que revelam esforço de gestão, dinamismo econômico e ampliação da capacidade de atendimento público. No entanto, a dependência de transferências, a concentração produtiva, a oscilação em indicadores sociais e a queda nos investimentos exigem planejamento integrado e ações estruturantes para consolidar um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

4.7. Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **TABNET – CNES: Procedimentos por Estabelecimento**. Brasília: DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/proc02br.def>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA – TESOURO NACIONAL. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: [Contas Anuais](#) | [Área pública](#) | [Siconfi](#). Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base de Gestão da CAGED – BGCAGED**. Brasília: MTE. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Painel de Informações do CAGED – Power BI**. Brasília: MTE. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YW12IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 13 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal – Metodologia**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: https://repositorio.seade.gov.br/dataset/f714bdee-3f8c-464e-9e45-07a0e444937a/resource/f7b7a48d-3278-49ae-b152-25e5f006410f/download/ipdm_metodologia.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **População residente – Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://repositorio.seade.gov.br/dataset/populacao-residente-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **População residente – Estado de São Paulo: evolução**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em:

<https://repositorio.seade.gov.br/dataset/populacao-residente-estado-de-sao-paulo-evolucao/resource/2a0551df-ec74-473c-b0c3-387f0f128523>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **Transferência de Renda – Painel: Anexo Metodológico**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://repositorio.seade.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: Universo – Unidades de Conservação, Características das Pessoas e Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-unidades-de-conservacao-caracteristicas-pessoas-e-domicilios>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, [2010]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM: tabelas**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 24 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: [Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE](https://www.ibge.gov.br/indicadores/indicadores-de-producao-interna-bruta-dos-municipios). Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar: Resultados**. Brasília: Ministério da Educação, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados**. Brasília: INEP, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

OBSERVATÓRIO DO CADASTRO ÚNICO. **Painel de Indicadores Sociais do CadÚnico**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [202?]. Disponível em: <https://observatoriocadunico.mds.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO. **Observatório do Cadastro Único v1.10.0**. Disponível em: [Observatório do Cadastro Único](https://www.cadunico.gov.br/observatorio). Acesso em: 11 de setembro de 2025.

5. ASPECTOS TERRITORIAIS

Neste capítulo serão apresentadas as principais características relacionadas aos aspectos territoriais do município de Urupês, que permitem avaliar a ocupação urbana municipal, com destaque para:

- Evolução da ocupação;
- Distribuição espacial da população e do uso do solo;
- Perfil do uso e da ocupação territorial;
- Caracterização do sistema de mobilidade;
- Caracterização habitacional, envolvendo a identificação e localização dos núcleos urbanos informais, assentamentos precários e favelas e comunidades urbanas (IBGE);
- Identificação e caracterização do Patrimônio de Interesse Histórico e Cultural;
- Análise da distribuição dos serviços públicos.

5.1. Evolução da ocupação

O município de Urupês teve origem na margem esquerda do rio Cubatão, a partir do Patrimônio São Lourenço do Mundo Novo. Seu crescimento foi impulsionado pela cafeicultura, atraindo migrantes em busca de terras férteis. Em 1921, foi criado o Distrito de Paz de Mundo Novo, em território do município de Itajobi. Posteriormente, o nome Mundo Novo também passou a designar uma variedade de café desenvolvida no município e disseminada pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

Em 1928, o distrito foi elevado à categoria de município, com instalação oficial em 16 de janeiro de 1929. Em 1944, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 14.334, o município passou a se chamar Urupês. Em 1953, foi instituído o distrito de São João de Itaguaçu por meio da Lei nº 2.456. Desde então, o município passou a ser composto por dois distritos.

Nas décadas seguintes, Urupês passou por transformações graduais em sua dinâmica populacional, chegando a um grau de urbanização de 91,8% em 2022.

A dinâmica populacional mais recente pode ser observada de forma mais clara a partir dos dados demográficos registrados pelo IBGE (vide **Tabela Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**).

Tabela Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.: Evolução da população segundo os últimos censos realizados pelo IBGE

Ano	População Residente	Evolução
1992	10.881	-
2000	11.833	+8,70% (TCG total)

Ano	População Residente	Evolução
		+1,05% (TCG anual)
2010	12.714	+7,42% (TCG total) +0,72% (TCG anual)
2022	13.744	+8,10% (TCG total) +0,65% (TCG anual)
2025 (estimada)	14.073	-

Nota: TCG = taxa de crescimento geométrico.

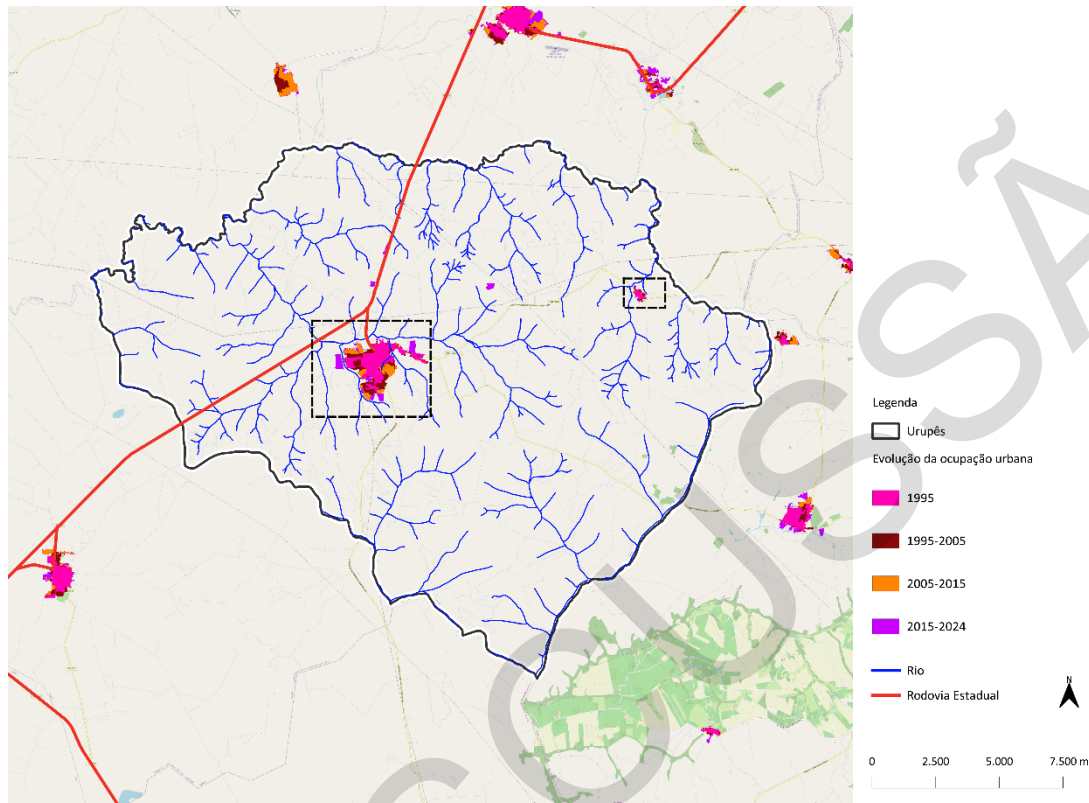
Fonte: IBGE, 1992; 2000; 2010; 2022; 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A Tabela 5.1-1 mostra que, desde 1992, a população tem aumentado em ritmo estável, com taxas de crescimento geométrico de 7,42% entre 2000 e 2010 e de 8,10% no entre 2010 e 2022. Desde 2010, a taxa média de crescimento geométrico anual foi de 0,65%, o que enquadra Urupês entre os municípios com menores crescimentos demográficos na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDDUI-RMSJRP, 2022).

Ainda em relação à população, tem destaque o crescimento da população idosa (com mais de 65 anos). Estudos produzidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2022) evidenciam uma recente inversão nas curvas de crescimento demográfico, a partir do ano de 2020. Este fenômeno pode ser observado de modo geral nos municípios da RMJSRP, conforme análises realizadas no PDUI (2022), o que sugere uma tendência regional.

Esta expansão pode ser acompanhada por meio de fotointerpretação de imagens históricas, como na **Figura 5.1-1** a seguir, que mostra a evolução da ocupação urbana no território de Urupês entre 1995, 2005, 2015 e 2024.

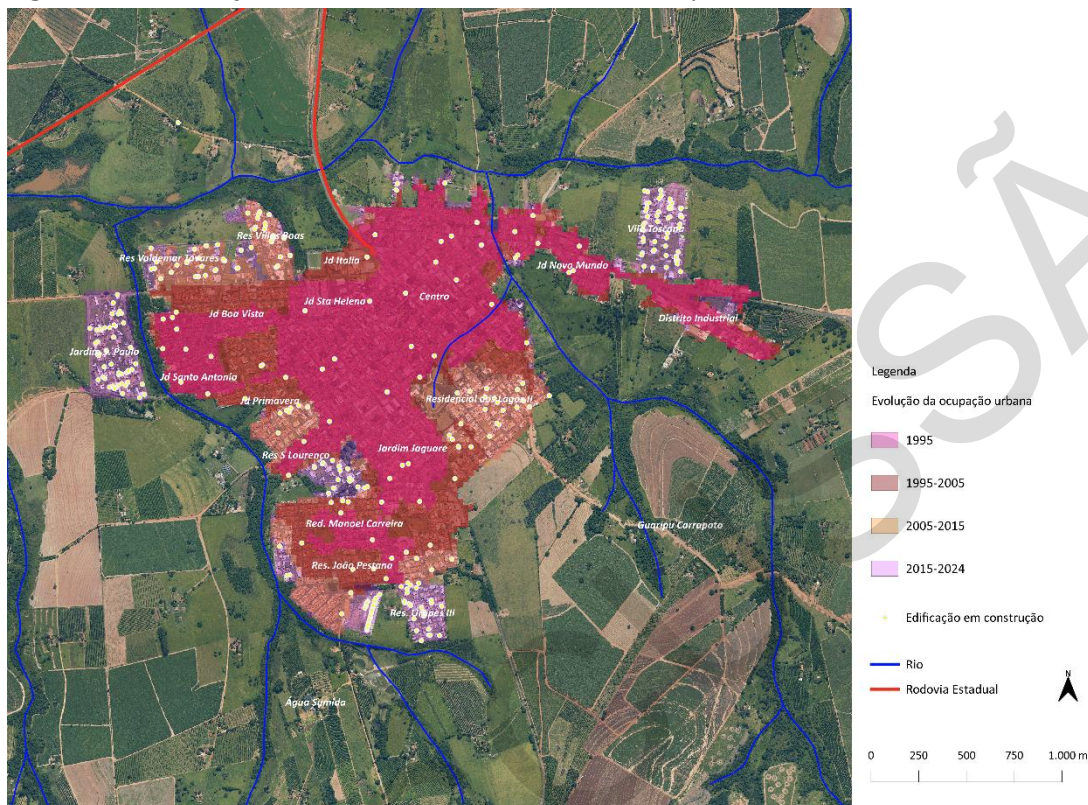
Figura 5.1-1: Evolução da mancha urbana em Urupês entre 1995-2024



Fonte: Mapbiomas, 1995; 2005; 2015; 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A dinâmica urbana também pode ser entendida a partir dos dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CENEF, 2022), que mapeou as edificações em construção no ano do último levantamento censitário. A **Figura 5.1-2** a seguir sobrepõe estas informações para mostrar a evolução da ocupação na Sede de Urupês.

Figura 5.1-2: Evolução da mancha urbana na Sede de Urupês 1995-2024



Fonte: Mapbiomas, 1995; 2005; 2015; 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Com base na **Figura 5.1-2**, é possível observar que:

- A malha urbana se desenvolve a partir da Rodovia Estadual, que passa à noroeste do núcleo urbano da Sede municipal;
- A área central corresponde ao núcleo urbano original e apresenta menor dinâmica construtiva em comparação aos loteamentos implantados após a década de 2000;
- Até 2015, os corpos d'água funcionaram como elementos físicos de contenção à ocupação urbana, entre a rodovia e a cidade, além de dar contorno à área urbana;
- A expansão urbana vem ocorrendo em ritmo contínuo, em direção a bairros periféricos. O ritmo acelerado de crescimento é sugerido pela implantação de nove novos loteamentos no último decênio (2010 e 2021) (PDUI-RMSJRP, 2022); e
- No período mais recente, entre 2015 e 2024, a expansão urbana ocorreu em três vetores principais: leste, oeste e sul. Nos vetores leste e oeste, a expansão ocorreu em áreas isoladas e desconectadas da malha urbana; no setor leste, o Jardim São Paulo está separado por curso d'água e Áreas de Preservação Permanente (APP), transpondo o limite natural da cidade. No setor oeste, a Vila Toscana encontra-se isolada da malha urbana. Esses

loteamentos concentram significativa atividade construtiva recente no município de Urupês.

Em relação ao distrito de São João de Itaguaçu, a mancha urbana permaneceu praticamente inalterada, com expansões pontuais, conforme pode ser observado na **Figura 5.1-3** a seguir.

Figura 5.1-3: Evolução da mancha urbana no distrito de São João de Itaguaçu 1995-2024



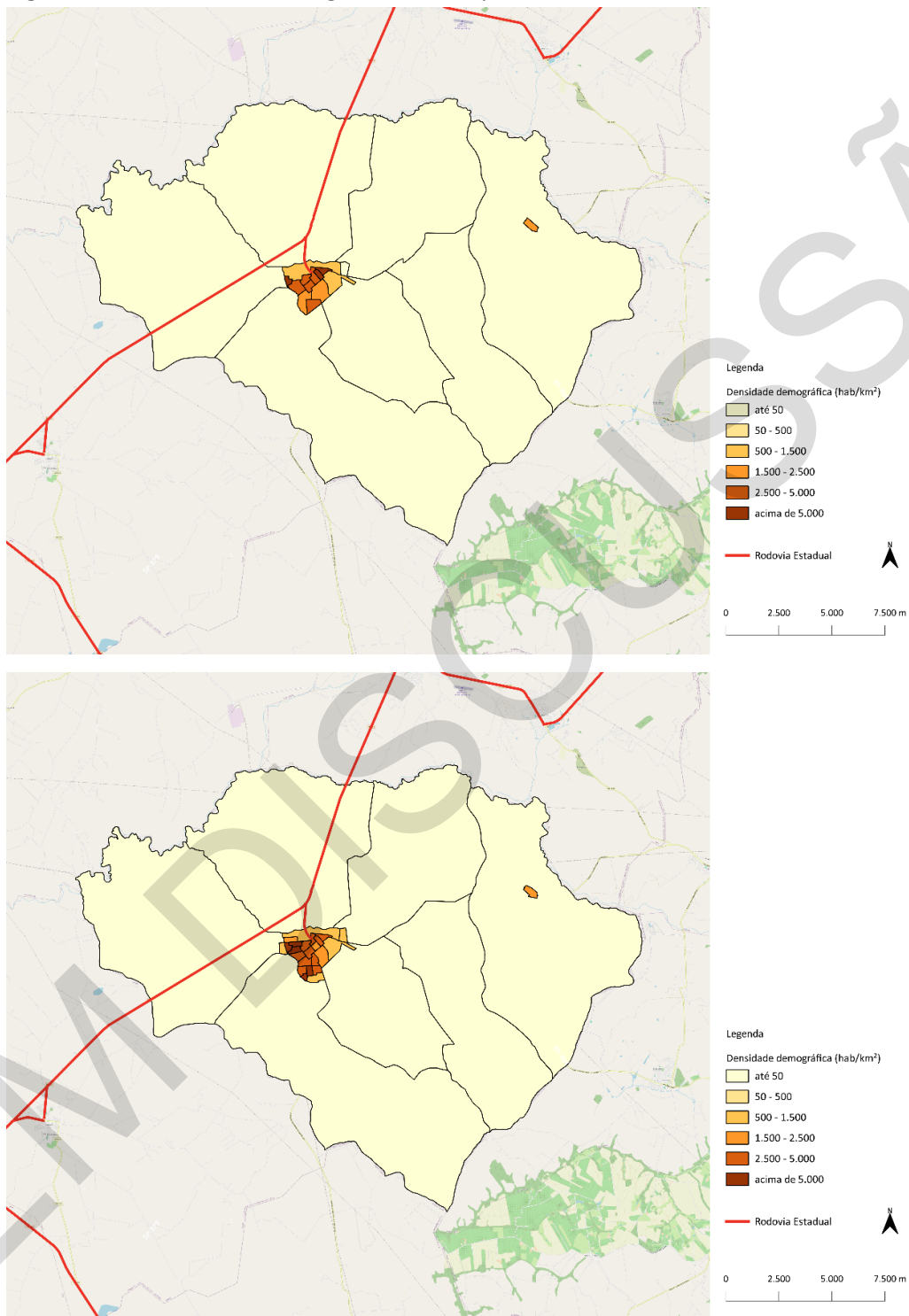
Fonte: Mapbiomas, 1995; 2005; 2015; 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

5.2. Distribuição espacial da população

A análise da distribuição espacial da população permite compreender como as pessoas se organizam no território, a partir das áreas de maior concentração ou dispersão, orientando a alocação de infraestrutura, serviços públicos e equipamentos comunitários de forma mais equilibrada e justa.

Para Urupês, a presente análise foi dividida em dois momentos, utilizando como referência o censo demográfico (IBGE, 2010 e 2022), de modo a entender a evolução da distribuição da densidade demográfica no município (vide **Figura 5.2-1** e **Figura 5.2-2**).

Figura 5.2-1: Densidade demográfica em Urupês – 2010 e 2022

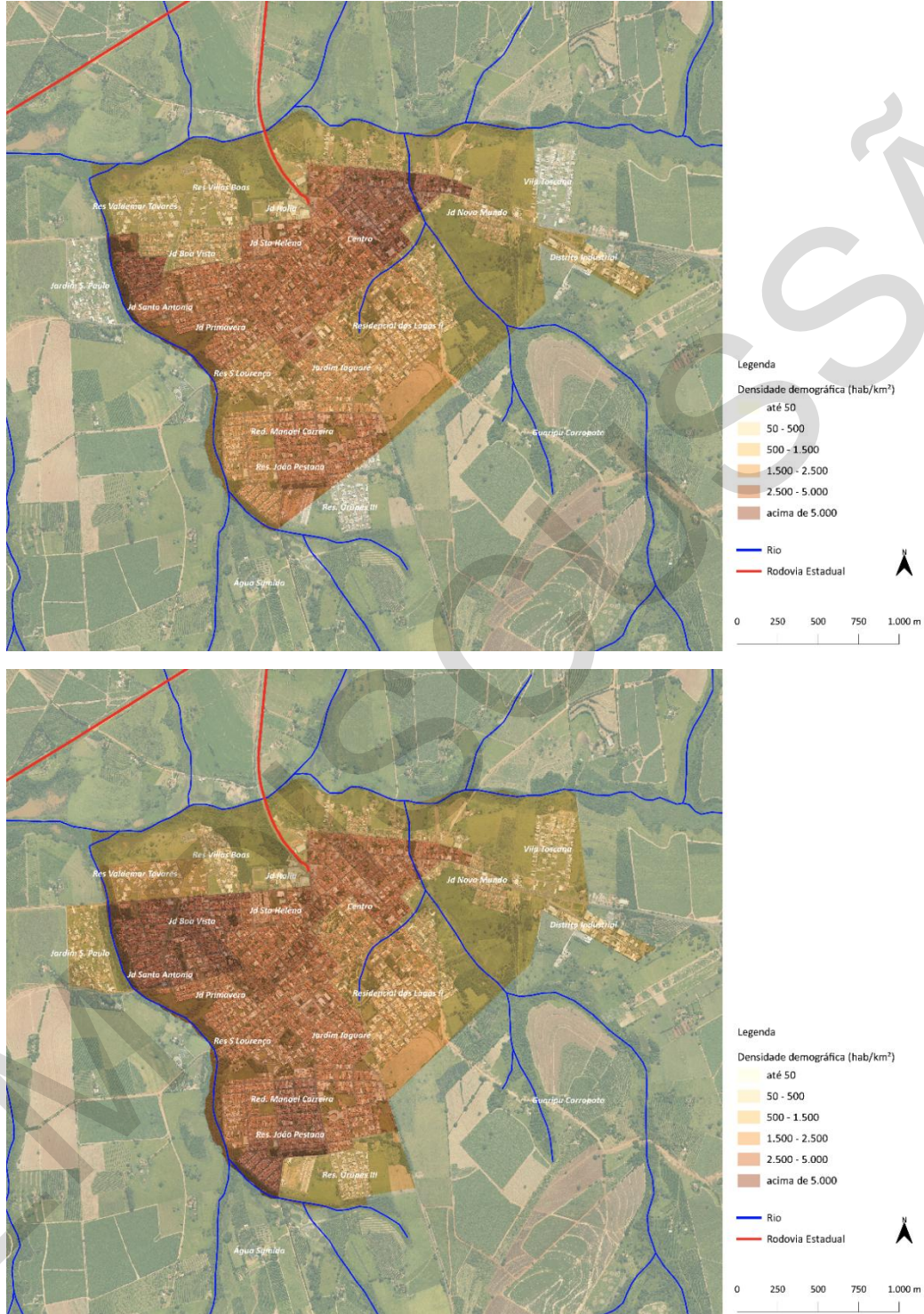


Fonte: IBGE, 2010; 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Rua Paulistânia, 381 – 5º andar
 Vila Madalena - São Paulo - SP
 CEP 05440-000 - Brasil
 Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
 Planejamento Estratégico
 Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

Figura 5.2-2: Densidade demográfica na Sede urbana de Urupês – 2010 e 2022



Fonte: IBGE, 2010; 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Rua Paulistânia, 381 – 5º andar
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

As figuras evidenciam que:

- Na área rural, a densidade demográfica manteve-se inferior a 50 hab/km², sem alterações nas delimitações dos setores censitários, o que indica que não houve alteração significativa nos dados de população no período analisado;
- A densidade demográfica no distrito de São João de Itaguaçu manteve-se estável;
- Na Sede urbana, as regiões centrais, com ocupação mais antiga (vide **Figura 5.1-3**), mantiveram estabilidade na densidade demográfica;
- Entre 2010 e 2022, observou-se ampliação das áreas urbanizadas com densidade superior a 1.500 hab/km², indicando crescimento populacional e ocupação mais intensa;
- No mesmo período, verificou-se que o processo de adensamento demográfico esteve associado à periferação. As áreas localizadas a oeste da Sede urbana concentram os setores com maior densidade demográfica, acima de 5.000 hab/km², com destaque para o Jardim Boa Vista, o Jardim Santo André (oeste) e os residenciais Manoel Varreira e João Pestana (sudoeste);
- Os limites dos setores censitários urbanos a oeste foram ajustados conforme o vetor de expansão e adensamento, incorporando o loteamento recém implantado Jardim São Paulo; e
- Os loteamentos implantados entre 2015 e 2024 (vide **Figura 5.2-3**), estão entre os que apresentam menor densidade demográfica. Ao mesmo tempo, estas áreas também concentram elevada atividade construtiva, com tendência de adensamento futuro.

O aumento de densidade exige melhorias em serviços públicos, saneamento e transporte, e a tendência de adensamento periférico sugere a necessidade de descentralizar serviços e criar polos de desenvolvimento externos ao Centro consolidado.

Além disso, por meio da comparação com a **Figura 5.2-3**, de evolução da mancha urbana, nota-se que tanto a expansão quanto o adensamento a oeste da Sede urbana podem impactar o meio ambiente, ao pressionar as APP dos corpos d'água. A **Figura** , apresentada a seguir, demonstra que as APP hídricas a leste da área urbana já estão comprometidas por área edificada. Esta dinâmica exige políticas de preservação e uso racional do solo.

Por fim, segundo dados do IBGE (2010, 2022), apesar do crescimento demográfico entre 2010 e 2022 e do aumento de regiões adensadas, a média de moradores por domicílio diminuiu de 2,99 moradores em domicílios particulares ocupados em 2010 para 2,6 habitantes por domicílio em 2022, indicando leve mudança no perfil dos núcleos familiares.

Figura 5.2-3: Ocupação de APP na Sede urbana



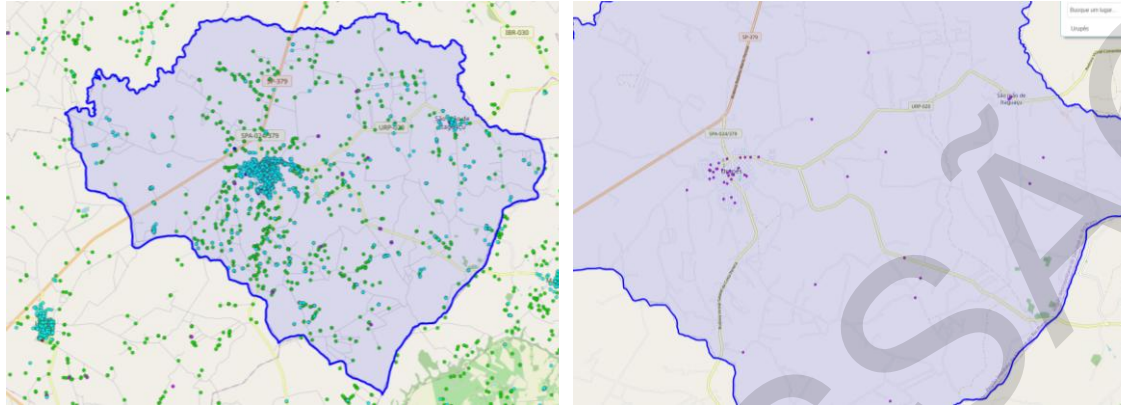
Fonte: FBDS, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

5.3. Perfil do uso e da ocupação do solo no município

A análise da distribuição espacial dos usos consolidados em Urupês permite compreender a forma de ocupação do espaço urbano e as funções predominantes, possibilitando identificar padrões de centralidade e de organização espacial. Para esta análise foram usados dados do CNEFE (IBGE, 2022) (vide **Figura 5.3-1**, **Figura 5.3-2** e **Figura 5.3-3**).

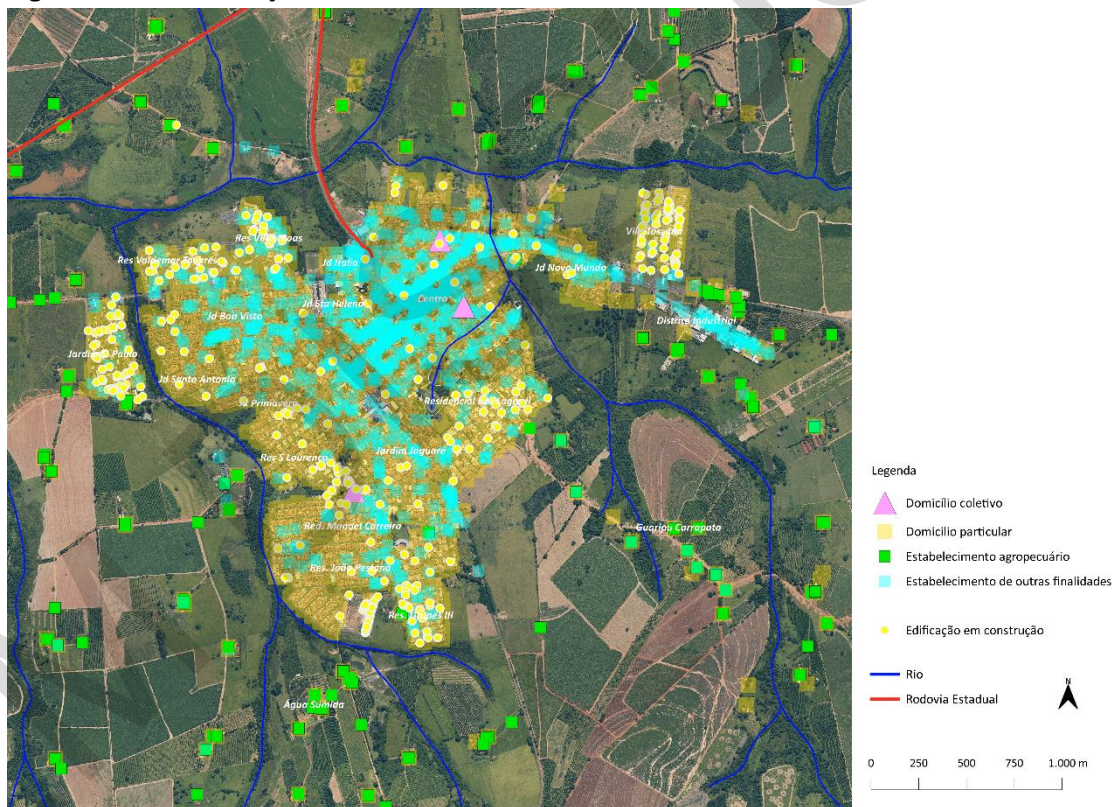
A distribuição de equipamentos públicos e comunitários será analisada no final deste capítulo.

Figura 5.3-1: Distribuição de estabelecimentos religiosos e de outros fins na área rural



Fonte: IBGE, 2022. s/escala.

Figura 5.3-2: Distribuição de usos na Sede urbana



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 5.3-3: Distribuição de usos no distrito de São João de Itaguaçu



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Na área rural de Urupês, há predominância de estabelecimentos agropecuários, com concentração de usos diversificados nas áreas urbanas da Sede e do Distrito de São João de Itaguaçu. Ainda é possível perceber concentrações de domicílios, sugestivas da existência de núcleos rurais. A identificação de tais núcleos pode ser reforçada a partir da localização dos estabelecimentos religiosos, que indica os locais de convergência da população rural a partir de atividades comunitárias. A localização destes núcleos é importante para conhecer e validar as concentrações de população-alvo de serviços públicos na área rural.

Com relação a distribuição dos usos na área urbana, é possível observar que:

- Os usos mistos, nos quais se enquadram os estabelecimentos comerciais e de outras finalidades¹⁰, estão concentrados no Centro – região mais antiga e consolidada da cidade;

¹⁰ Segundo o IBGE (2023), “estabelecimento de outras finalidades” é uma edificação utilizada para outros fins que não se enquadrem nas opções anteriores, como oficinas mecânicas, bancos, farmácias, escritórios, lojas e comércio em geral etc.

- Há uma intensa dinâmica construtiva no leste, se aproximando do distrito industrial, o que pode indicar a presença de conflitos de uso no futuro próximo;
- Apesar do adensamento e da expansão na periferia oeste e sul, não há, até o momento, demanda por construção de domicílios coletivos;
- A região com maior dinâmica construtiva possui poucos estabelecimentos voltados a outras finalidades, indicando escassez de usos mistos nos novos parcelamentos; e
- Os estabelecimentos agropecuários estão mais presentes nas áreas periféricas, o que é típico de zonas de transição entre urbano e rural e pode indicar que a cidade ainda mantém uma interface com o campo. Há presença desses usos no vetor de expansão oeste, no Jardim São Paulo, e na franja sudeste, no prolongamento da malha urbana em direção à localidade rural de Guaripu Carrapato.

Em São João de Itaguaçu, a distribuição de usos indica:

- Centralidade bem-marcada pela concentração de estabelecimentos religiosos (de reunião da comunidade) e de outras finalidades nas ruas Itajobi e Álvaro Veiga;
- A concentração dos estabelecimentos de outras finalidades na Rua Itajobi indica a presença de comércio e serviços de apoio ao trânsito de passagem, já que esta via se conecta à estrada rural de ligação entre a Sede de Urupês (oeste) e o caminho para Catanduva (leste); e
- Os usos agropecuários estão localizados majoritariamente nas bordas do distrito, em áreas de transição para o meio rural.

Em relação à legislação de uso e ocupação do solo, o município de Urupês não possui plano diretor, zoneamento ou macrozoneamento. Até o momento, para a finalidade de estudos de planejamento como o PDUI-RMSJRP (2022), as áreas urbana e rural estão definidas pela classificação de setores censitários em rural ou urbano – metodologia replicada para as análises territoriais apresentadas neste capítulo.

Estão disponíveis para acesso público os seguintes instrumentos legislativos:

- Lei de Loteamentos Urbanos: Lei nº 20/2003;
- Lei de Arborização Urbana: Lei nº 1.919/2009;
- Área de expansão urbana: Lei nº 2.084/2012¹¹;
- Lei de Parcelamento do Solo: Lei nº 2.191/2013¹², alterada pela Lei nº 2.843/2025;
- Lei do Perímetro Urbano: Lei nº 2.569/2020;
- Código de Obras: Lei nº 201/2025;
- Código de Posturas: Lei nº 202/2025.

¹¹ Mapa anexo não localizado.

¹² No site da Prefeitura Municipal de Urupês, esta lei está disponível entre as Principais leis, sob a legenda de “Lei de Zoneamento”. Vide: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/cidade/legislacao/>.

A lei de Parcelamento do solo avança em reconhecer que parcelamentos do solo para fins urbanos só serão admitidos em zonas urbanas, reproduzindo os critérios da Lei Federal nº 6.766/1979. Entre outros critérios para a realização de loteamentos, desmembramentos e desdobros, a lei define os seguintes parâmetros urbanísticos:

Quadro 5.3-1: Parâmetros urbanísticos – Leis nº 2.191/2013 e 2.843/2025

Lote mín.	250,00 m ²
Testada mín.	10,00 m
Comprimento máx. das quadras	250,00 m
Vias principais	<ul style="list-style-type: none"> • 14,00 m largura preferencial • 9,00 m leito carroçável mínimo • 2,50 m largura calçadas nos dois lados
Vias secundárias	<ul style="list-style-type: none"> • 12,00 m largura preferencial • 9,00 m leito carroçável mínimo • 2,00 m largura calçadas nos dois lados
Vias pedonais	2,00 m de cada lado [sic]
Crítérios para loteamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Vias de circulação devem articular-se com as vias adjacentes oficiais • Plano de Arborização Urbana, com uma árvore para cada lote
Áreas públicas	35%, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 20% para espaços livres de uso público • 5% para equipamentos urbanos e comunitários

Fonte: Prefeitura Municipal de Urupês, 2013 e 2025.

A partir desta lei e das análises de uso e ocupação do solo, é possível concluir que, de modo geral, os novos loteamentos tendem a atender ao padrão de lote mínimo de 250,00 m² (vide **Figura**). No entanto, por meio de observação em imagem aérea, não foi possível detectar as áreas correspondentes à doação de 20% da área dos loteamentos a espaços livres de uso público, o que reforça a hipótese previamente levantada, de aumento de pressão sobre áreas ambientais, sobretudo cursos hídricos, e aponta para a carência de infraestrutura de esporte e lazer nestas áreas.

Figura 5.3-4: Padrão de ocupação em novos loteamentos – Jardim São Paulo (oeste), Vila Toscana (leste) e Residencial Urupês III (sul)



Fonte: Google Earth, 2025.

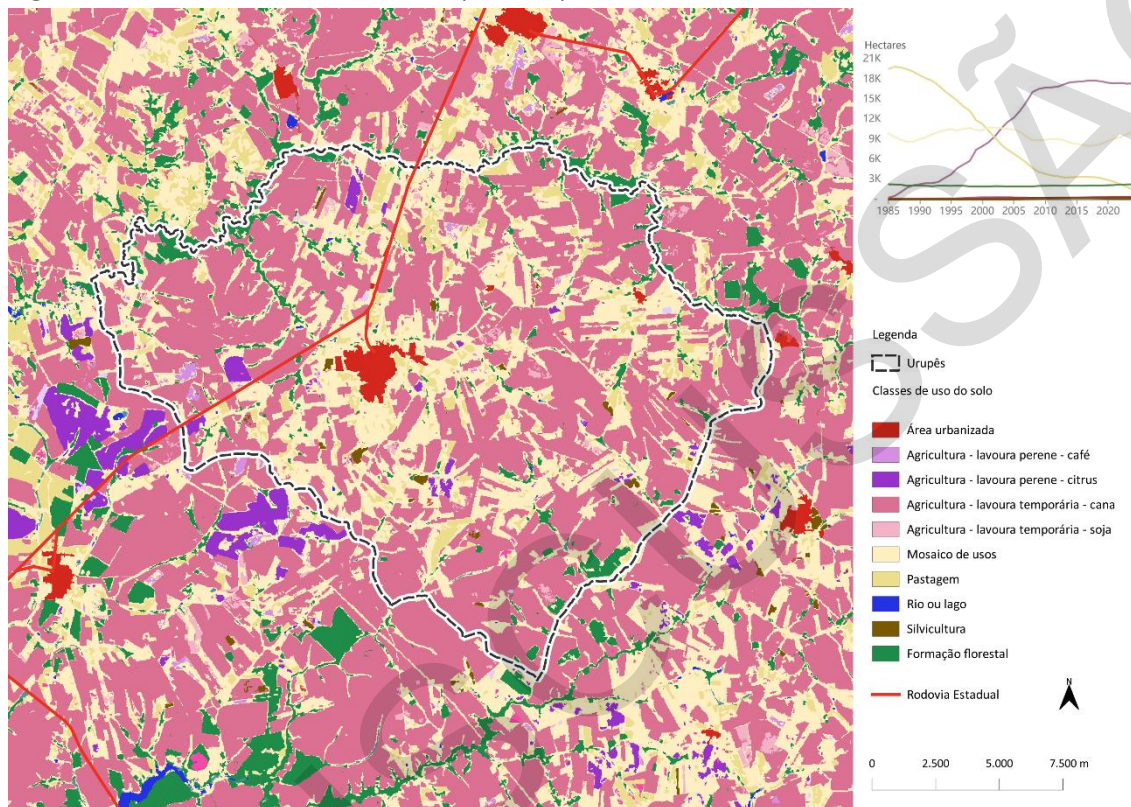
Ainda em relação à disciplina do uso e ocupação do solo, o município tem realizado a alienação de bens imóveis municipais¹³ via doação ou concessão administrativa de uso por prazo determinado, para finalidades como produção habitacional (CDHU) e para a implantação de estabelecimentos industriais e de serviço, inclusive para imóveis implantados no Distrito Industrial, Comercial e de Serviços “José dos Santos Lima”.

Neste sentido, a análise da ocupação territorial de Urupês busca compreender de que maneira a forma e a estrutura do espaço urbano e rural se organizam no território municipal. A **Figura**

¹³ Em relação ao distrito industrial, a Lei nº 1.489/2000, que regulamenta seu uso, permite a alienação das áreas por Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) com promessa de doação após cinco anos de atividades da empresa instalada, mediante o cumprimento de termo contratual. Esta é uma estratégia que busca atrair investimentos, mas que renuncia à propriedade pública dos imóveis a médio prazo. Além disso, a lei define a gestão do Distrito pelo Conselho de Apoio à Expansão Municipal (CAEM), composto por representantes da Prefeitura, indicados pelo chefe do poder executivo; da Câmara Municipal, indicado pela mesa da Câmara; e da Associação Comercial e Industrial de Urupês. Embora a lei sugira uma tentativa de governança compartilhada, ainda assim, carece de mecanismos mais democráticos de participação e controle social, o que é fundamental em políticas de desenvolvimento urbano e industrial.

5.3-5 evidencia o uso do solo rural, com base nos levantamentos do MapBiomias (1995, 2005, 2010, 2015 e 2024).

Figura 5.3-5: Usos do solo levantados pelo Mapbiomas 2024



Fonte: Mapbiomas, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Com base na **Figura 5.3-5** e em dados do Mapbiomas, destaca-se para os usos rurais:

- Entre 1985 e 2004, o território de Urupês passou por uma intensa inversão de usos, com a agricultura ganhando espaço significativo. Desde então, esta configuração se estabilizou, com forte presença de lavouras temporárias de cana-de-açúcar;
- Houve especialização dos cultivos e o predomínio da agricultura industrial; e
- A cobertura florestal, embora reduzida, manteve-se relativamente estável no período, estando mais preservada próxima aos corpos hídricos, especialmente na região norte do município.

A inversão de usos no setor agropecuário caracterizou-se pela perda de protagonismo da agricultura diversificada em favor de culturas temporárias especializadas. Em 2006, destacavam-se lavouras como banana, borracha, café, goiaba, laranja, limão, manga, tangerina e uva, além da pecuária de corte e leiteira.

Conforme registrado no PDUI-RMSJRP (2022), a cana-de-açúcar expandiu-se significativamente, dobrando a participação da região no Estado. Entretanto, a superespecialização do território nessa cultura demanda atenção quanto à segurança hídrica. Urupês, por exemplo, está entre os municípios que requerem monitoramento do abastecimento de água, uma vez que o Índice de Atendimento de Água (IAA-SIMA) local é inferior a 90%, abaixo da meta de 99% do marco legal do saneamento.

Apesar desses desafios, Urupês consolidou-se como um dos maiores produtores de limão vinculados ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Catanduva, registrando expansão da área colhida entre 1990 e 2022.

Com relação à integração regional, o PDUI-RMSJRP (2022) propõe diretrizes metropolitanas a serem incorporadas pelo Plano Diretor municipal. Nele, Urupês é enquadrado na Macrozona de Interesse de Uso Rural, que prioriza atividades rurais que conciliem desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. As diretrizes aplicáveis aos municípios inseridos nessa macrozona estão reproduzidas a seguir:

Diretrizes Gerais:

- Incentivar e promover o desenvolvimento das atividades rurais, com a geração de renda e oportunidades nos núcleos rurais;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas rurais;
- Estimular a diversificação, agregação de valor e integração das cadeias produtivas agropecuárias;
- Incentivar a produção agroecológica e a agricultura orgânica;
- Promover a conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais, com a proteção dos processos ecológicos essenciais;
- Assegurar a manutenção da cobertura vegetal nativa e a proteção dos corpos hídricos;
- Promover a regularização fundiária das áreas rurais;
- Diretrizes de Orientação para Adequação/Revisão dos Planos Diretores Municipais;
- Considerar a Macrozona de Interesse de Uso Rural como base para a definição da Zona Especial de Interesse Ambiental Rural;
- Considerar as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza;
- Considerar as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Estadual de Meio Ambiente; e
- Considerar as diretrizes do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Diretrizes de Orientação para Políticas Públicas:

- Considerar a Macrozona de Interesse de Uso Rural como prioritária para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e de estímulo à produção agroecológica e orgânica; e
- Considerar a Macrozona como prioritária para a implementação de políticas públicas de conservação e recuperação ambiental.

Diretrizes de Orientação para Avaliação e Monitoramento:

- Considerar os indicadores de desenvolvimento rural sustentável definidos pela Lei do Cerrado, Lei Federal nº 11.530, de 22 de outubro de 2009;
- Considerar os indicadores de desenvolvimento rural sustentável definidos pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- Considerar os indicadores de desenvolvimento rural sustentável definidos nos conselhos municipais.

Diretrizes de Orientação para Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo:

- Os critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo deverão respeitar a Macrozona de Interesse de Uso Rural, considerando as exigências e parâmetros definidos nos artigos 26 a 40 do Estatuto da Cidade, passando a integrar as diretrizes da Macrozona de Diversificação Agrária e que orientam a política de uso e ocupação do solo.

Além disso, o município está incluído na Estratégia de Ação Metropolitana (EAM)¹⁴ de Estruturação e Gestão da Mobilidade e da Logística Regional, que prevê a ampliação da capacidade de transporte de cargas e passageiros na Rodovia Vicinal que conecta José Bonifácio, Monte Aprazível, Nova Granada, Urupês e Ibirá. A medida visa integrar infraestruturas, fortalecer centros urbanos e melhorar a conexão entre áreas produtivas e portos.

5.4. Caracterização do sistema de mobilidade

A seguir, serão apresentadas informações sobre a caracterização do sistema viário, frota e motorização, transporte público e transporte ativo.

¹⁴ As EAM consistem em estratégias para guiar a implementação de políticas públicas coordenadas entre municípios da região metropolitana no âmbito das atividades das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC), conforme regulamentação do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015).

5.4.1. Caracterização do sistema viário principal

O município de Urupês é atendido pela Rodovia Roberto Mario Perona (SP-379) (vide **Figura 5.4-1**), que dá acesso logístico e de pessoas à Sede urbana. A rodovia é administrada pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e possui pista simples em ambos os sentidos.

Esta rodovia conecta Urupês ao sistema metropolitano da RMSJRP, o qual está ligado ao Mato Grosso do Sul e ao Triângulo Mineiro por meio de São José do Rio Preto, e insere o município em um corredor logístico regional. Ainda, segundo o PDUI-RMSJRP (2022), Urupês compõe uma rede de cidades com integração regional no sudoeste da região metropolitana, articulando com os municípios de Sales, Irapuã, Ibirá, Potirendaba, Mendonça e Adolfo. Estas conexões regionais são reforçadas pela presença de três rodovias vicinais que conectam a Sede urbana com os municípios do entorno imediato. São elas:

- Rodovia Vicinal Salatiel da Costa Pereira (Urupês – Irapuã);
- Rodovia Vicinal Comendador Chafik Saab (Urupês – Ibirá e distrito de São João de Itaguçu); e
- Estrada Vicinal Marapuama-Urupês (Urupês – Marapoama).

Figura 5.4-1: Rodovias em Urupês

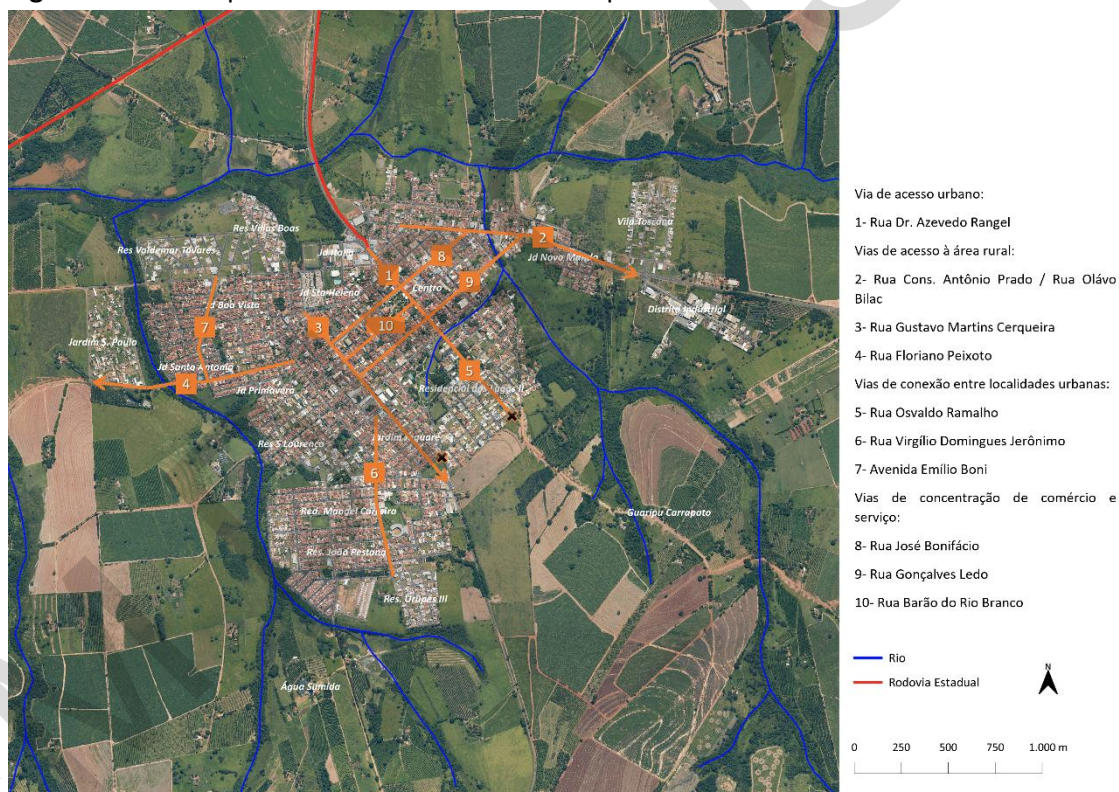


Fonte: DNIT, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A Sede urbana do município se materializa a partir da SP-379, cujo acesso à Urupês ocorre pela Av. Dr. José Ravagnani Filho, que se conecta à R. Dr. Azevedo Rangel e sua continuação na R. Oswaldo Ramalho. A malha urbana se conecta à área rural por meio das vias R. Cons. Antônio Prado e sua continuação na R. Olávo Bilac (leste) e na sequência a Rodovia Vicinal Comendador Chafik Saab, que também dá acesso ao distrito de São João de Itaguaçu; R. Gustavo Martins Cerqueira (sul) e Rua Floriano Peixoto (oeste).

Por meio da leitura de território *versus* padrão de uso e ocupação do solo, é possível identificar as vias importantes de conexão aos loteamentos do município, sendo elas as ruas Oswaldo Ramalho, Virgílio Domingues Jerônimo e Av. Emínio Boni; e as vias com concentração de comércio e serviço, como as ruas José Bonifácio, Gonçalves Ledo e Barão do Rio Branco, no Centro. A **Figura 5.4-2a** seguir mostra esta estruturação.

Figura 5.4-2: Principais vias na Sede urbana de Urupês



Fonte: Prefeitura Municipal de Urupês, 2024; 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De modo geral, a malha urbana possui traçado ortogonal com quadras quadriculadas. Na região central, as vias estão conectadas, no entanto, na medida em que se aproxima das áreas mais

periféricas, de ocupação mais recente e dinâmica, detecta-se a necessidade de a malha viária urbana fechar circuitos para melhorar a conectividade e a fluidez no tráfego. Isso é importante para que o tráfego não se concentre em poucas vias principais e possua rotas alternativas de deslocamento.

Importa constar, além disso, que o município realiza consultas públicas para debater projetos de reorganização de trânsito na cidade, o que indica uma prática de participação popular nas políticas de mobilidade.

Em relação à infraestrutura viária, a área urbana é composta 100% de vias pavimentadas e com meio-fio, segundo os últimos dados cadastrados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2022). Cerca de 25% das vias possuem canais subterrâneos. O SNIS (2022) também indicava que Urupês possui um Diagnóstico Temático de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (DMAPU), além de sistema exclusivo para drenagem urbana. No entanto, até o momento, a consultoria não teve acesso ao plano.

5.4.2. Frota e motorização

Analisar frota e motorização é importante no contexto do plano diretor porque revela padrões de mobilidade, pressões sobre o espaço urbano e impactos ambientais, orientando políticas para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. No que tange esses aspectos sobre Urupês, é possível observar que o município possui uma taxa de motorização crescente (vide **Tabela 5.4.2-1Tabela**).

Tabela 5.4.2-1: Frota de veículos em Urupês

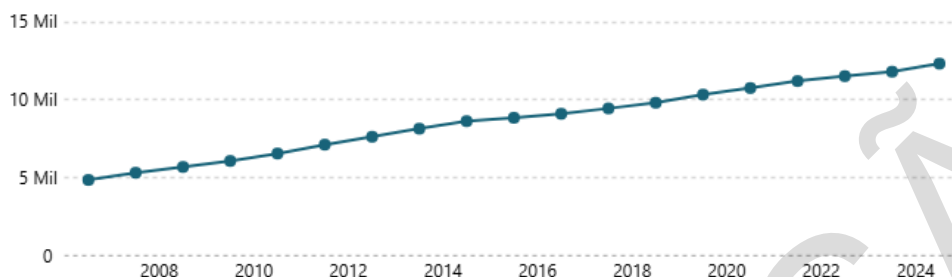
Data	Frota (agosto)	Automóveis		Caminhão ou similar ¹		Motocicleta ou similar ²		Pop.	Taxa de Motorização (frota/100 hab)
		Total	% frota total	Total	% frota total	Total	% frota total		
2010	6.369	3.829	60,12%	1.102	17,30%	1.135	17,82%	12.714	50,09
2022	11.417	5.970	52,29%↓	2.326	20,37%↑	2.223	19,47%↑	13.744	83,07
2025	12.620	6.323	50,10%↓	2.619	20,75%↑	2.668	21,14%↑	14.073	89,68

¹ Foram incluídos caminhão, caminhão-trator, caminhonete e camioneta.

² Foram incluídos ciclomotor, motocicleta e motoneta.

Fonte: Senatran, 2010, 2022 e 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 5.4.2-1: Evolução da frota de veículos 2008-2024



Fonte: Senatran, 2024.

Conforme os dados da **Tabela 5.4.2-1** e da **Figura 5.4.2-1**, cabe ressaltar que:

- A frota de veículos aumentou, representando uma evolução de quase 100% no período, entre 2010 e 2025, bem superior ao crescimento demográfico, o que confirma a alta taxa de motorização;
- Em relação aos automóveis, houve um aumento em quantidade, no entanto houve uma redução na participação do total na frota;
- Em contrapartida, a participação das motocicletas ou similares na frota total vem aumentando, tendo quase dobrado sua quantidade entre 2010 e 2022; e
- A taxa de motorização em 2025 chegou a 89,68%, superando a média do estado de São Paulo para o mesmo ano, estimada em 75,99%.

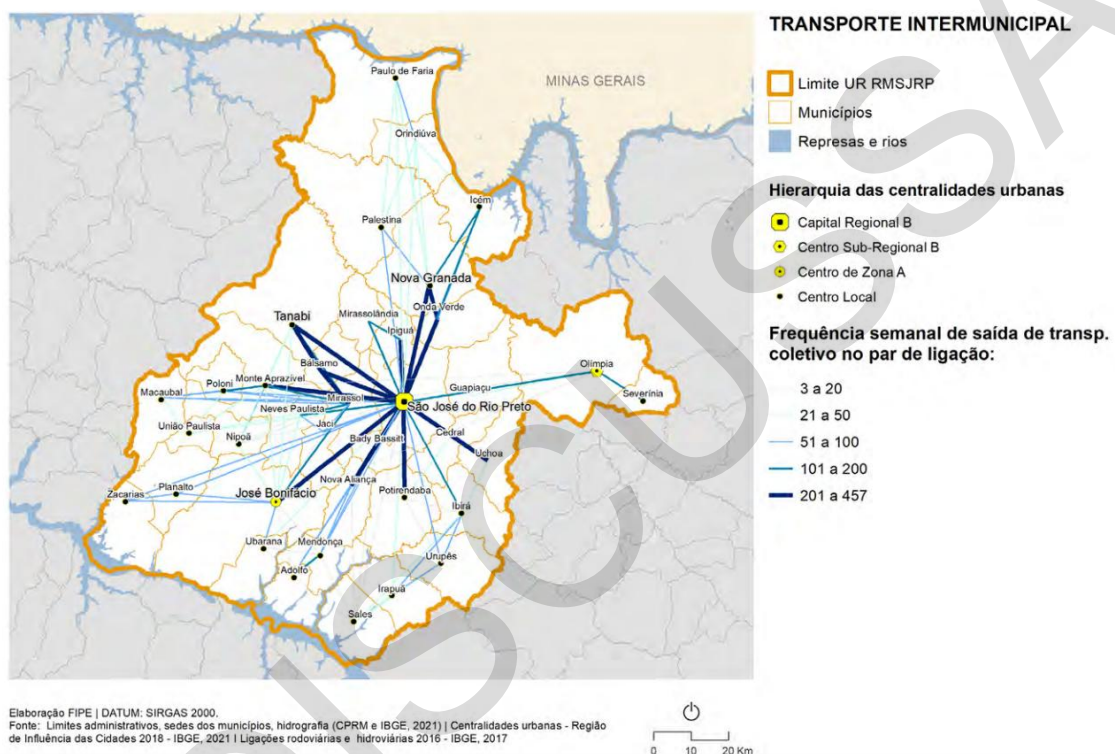
Estes dados reforçam a necessidade de estruturação do sistema viário na Sede urbana de Urupês, que concentra a maior parte da população do município. A expansão da frota tende a intensificar desafios relacionados à infraestrutura viária, a acidentes de trânsito, às emissões de poluentes e à qualidade de vida, configurando um quadro que exige planejamento integrado e políticas públicas voltadas à diversificação dos modos de transporte e à redução da dependência do automóvel.

5.4.3. Transporte público

Urupês possui conexão interurbana de transporte público com os municípios de São José do Rio Preto, Ibirá e Irapuã (vide **Figura 5.4.3-1**). Segundo o PDUI-RMSJRP (2022), a frequência de deslocamentos por transporte público entre Urupês e São José do Rio Preto, principal centralidade urbana da região, é alta; e em relação a Irapuã, sub-centralidade regional, é intermediária, já que a frequência da demanda por deslocamento em transporte coletivo tem tido frequência semanal média de 50 a 100 partidas por trecho.

A demanda por este deslocamento está associada ao acesso a serviços e ao trabalho; resgata-se que cerca de 12% da população trabalhava fora do município no ano de 2010, de acordo com as informações apresentadas no PDUI-RMSJRP (2022).

Figura 5.4.3-1: Frequência semanal de saída de transporte coletivo entre cidades - RMSJRP



Fonte: PDUI-RMSJRP, 2022.

O deslocamento intramunicipal em Urupês é realizado pelo Expresso Urupês, serviço gratuito de transporte circular implantado em 2021. Segundo a Prefeitura, o serviço busca reduzir o tempo e o esforço de locomoção dos moradores, especialmente em função da expansão da cidade para bairros mais afastados do Centro, e universalizar o acesso ao transporte coletivo.

Figura 5.4.3-2: Exemplos da frota do Expresso Urupês e pontos de parada no município

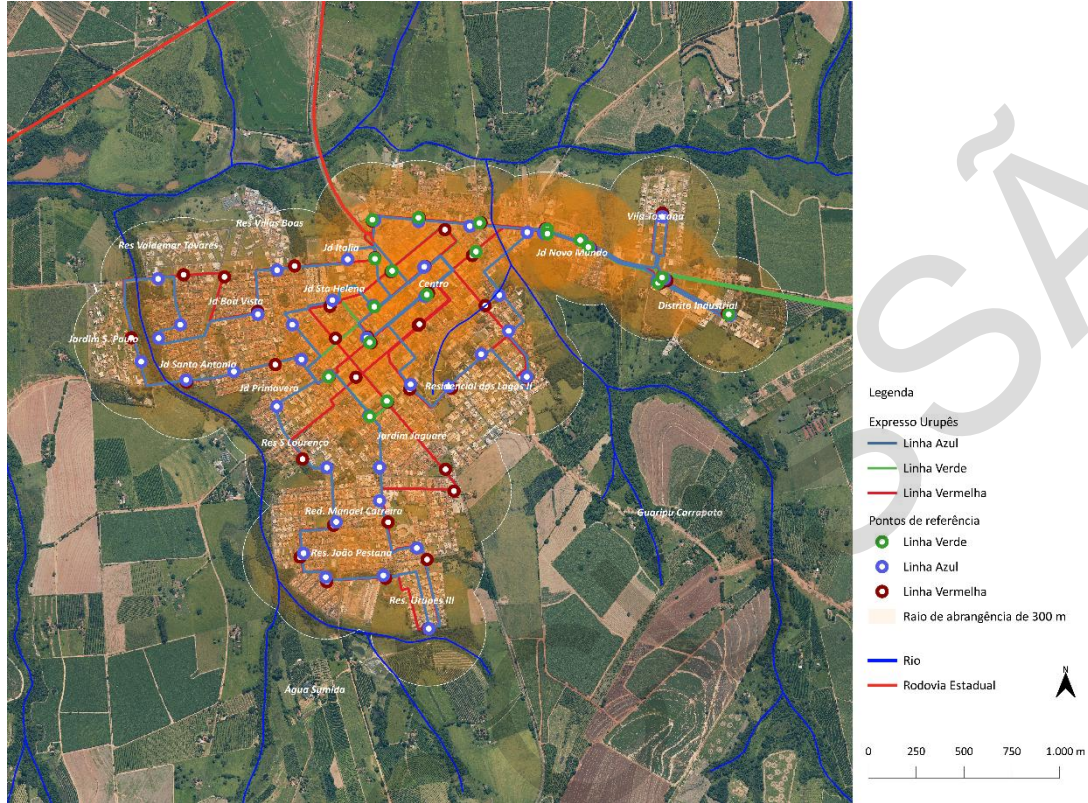


Fonte: Prefeitura Municipal de Urupês, 2023.

O serviço municipal possui três linhas que ligam o centro aos bairros mais afastados, incluindo o distrito de São João de Itaguaçu e 118 pontos de parada distribuídos pelo território municipal. Os ônibus circulam em dias úteis nos períodos da manhã, almoço e tarde, com foco nos horários de trabalho da população. A Divisão Municipal de Trânsito (Dimutran) estima que cada ciclo completo de viagem dure entre uma hora e uma hora e 20 minutos e que, em 2023, foram atendidas mais de 100 famílias por dia.

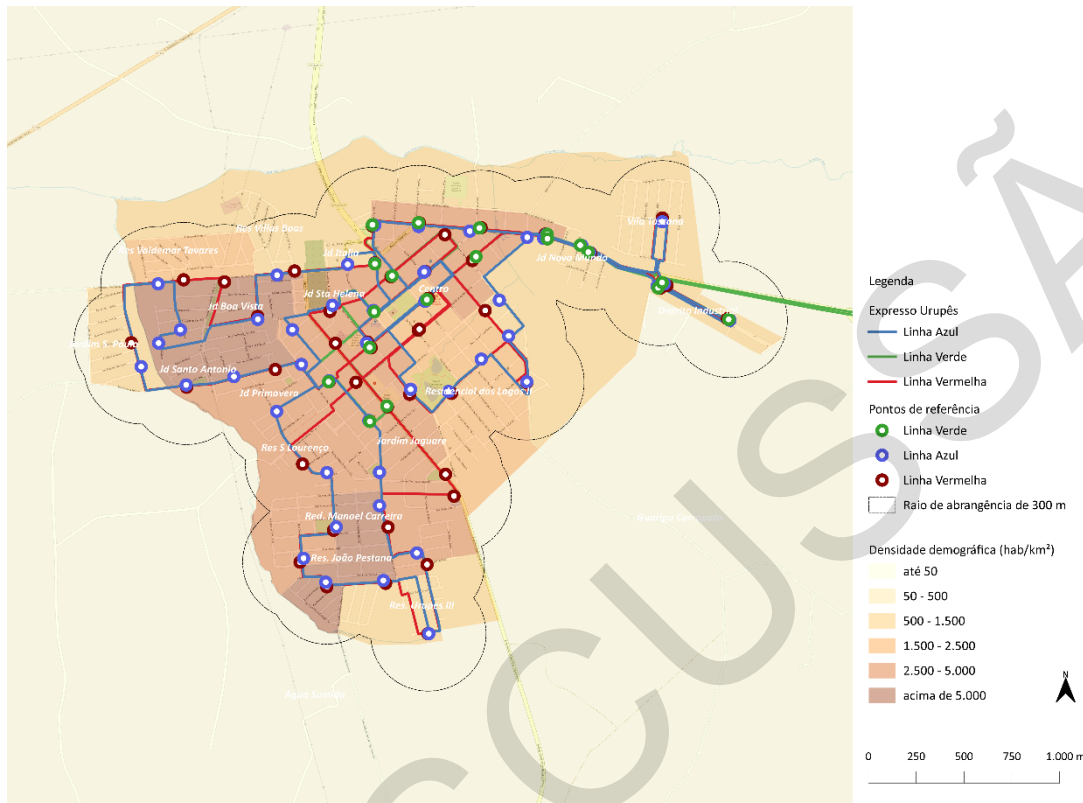
As figuras 5.4.3-3 e 5.4.3-4 a seguir mostram os trajetos e pontos de parada das linhas, além da cobertura do serviço espacializada no território, considerando um raio de 300 metros de caminhada até os pontos de ônibus.

Figura 5.4.3-3: Linhas, pontos e abrangência do transporte intramunicipal em Urupês



Fonte: Prefeitura Municipal de Urupês, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 5.4.3-4: Demanda x abrangência do transporte coletivo intermunicipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Urupês, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A análise das **Figuras 5.4.3-3 e 5.4.3-4** indica que:

- A Sede urbana apresenta cobertura total do serviço, considerando um raio de 300 metros de acesso aos pontos de parada;
- O centro da cidade concentra a maior quantidade de pontos e linhas de ônibus, o que coincide com a área de maior oferta de comércio e serviços; e
- As periferias mais adensadas contam com menor número de pontos de parada e opções de linhas, indicando uma cobertura menos densa nessas regiões, à exemplo da região dos bairros Residencial Valdemar Tavares e Residencial Villas Boas, na porção norte do município.

5.4.4. Transporte ativo

Até o momento, a consultoria não teve acesso a dados sobre transporte ativo em Urupês. Ressalta-se a relevância de obter tais informações para uma análise adequada da mobilidade e previsão de melhorias para o cenário futuro considerado pelo Plano Diretor.

Entretanto, com base nos dados censitários (IBGE, 2022), tem-se que 0,2% da população urupeense residia em vias com sinalização para bicicletas, o que indica a baixa infraestrutura para ciclismo. Em relação às calçadas, os dados do entorno de domicílios indicam que 99,46% da população residia em domicílios situados em vias com presença de calçada ou passeio – uma ampla taxa de cobertura desta infraestrutura.

Em relação à acessibilidade das calçadas, no entanto, foi levantado que apenas 7,86% da população residia em vias com presença de rampa para cadeirante. Este é um dado crítico, uma vez que 8,3% da população do município são pessoas com deficiência (IBGE, 2022), o que reforça a importância de incluir a acessibilidade como uma premissa central no planejamento da infraestrutura urbana.

Em 2008, Crivelaro investigou a relação entre espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida no município. O autor constatou que a população circulava predominantemente pelas ruas, e não pelas calçadas, o que foi interpretado como um indicativo de baixo volume de tráfego veicular e de uma cultura de deslocamentos a pé, favorecida pelas dimensões reduzidas da cidade — com distâncias máximas de 2,5 km. Todavia, o expressivo aumento da taxa de motorização registrado desde então, conforme apresentado, indicam ser preciso avaliar as condições atuais de mobilidade ativa em plano setorial específico.

5.5. Política habitacional

Em 2008, o município de Urupês instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS), por meio da Lei nº 1.811/2028¹⁵. A lei prevê que os recursos sejam aplicados em ações como construção, reforma, locação e arrendamento de moradias; produção de lotes urbanizados; urbanização e regularização fundiária; implantação de infraestrutura e saneamento; aquisição de materiais de construção; recuperação de imóveis deteriorados; compra de terrenos para projetos habitacionais; e outros programas aprovados pelo Conselho Gestor. No entanto, a lei não especifica os critérios para enquadramento das habitações de interesse social (HIS) em Urupês, como, por exemplo, a renda familiar máxima.

A transformação do uso do solo municipal ocorrida desde 2005, com a intensificação da atividade ligada à lavoura temporária de cana-de-açúcar, teve reflexos sobre a demanda por moradias em Urupês. Crivelaro (2008) levantou que, na época, o poder público reconhecia a falta de moradia agravada pela demanda de imigrantes atraídos pelo corte da cana-de-açúcar,

¹⁵ A Lei cria o FHIS e seu Conselho Gestor, a ser presidido pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural, com caráter deliberativo e ¼ das vagas destinadas a movimentos populares.

o que elevava o preço das habitações populares devido à concorrência, exigindo adaptação da comunidade e uma reorganização nas relações sociais locais.

Segundo dados do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab, 2025), os seguintes conjuntos habitacionais foram aprovados em Urupês durante esse período de transição:

Tabela 5.5-1: Conjuntos habitacionais em Urupês

Data	Nome do proprietário	Nome do Empreendimento	Nº Lotes Habit.
1992	CDHU	Urupês B	120
2010	CDHU	Urupês F	150

Fonte: Graprohab, 2025. Elaborado por: Geo Brasilis, 2025.

Além destes conjuntos, a Prefeitura registra os seguintes projetos habitacionais:

- 2020: Nossa Casa-CDHU – conjunto com 50 unidades habitacionais;
- 2024: 25 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – com recurso a fundo perdido.

Em 2010, havia 38 domicílios localizados em áreas de risco em Urupês (PDUI-RMSJRP, 2022). Entretanto, até o momento, não foi possível obter informações atualizadas sobre a localização, o tipo de risco ou a situação atual desses domicílios, tampouco sobre o aumento ou redução desse número.

Entre 2019 e 2024, o município definiu Áreas de Interesse Social, destinadas à construção de moradias para famílias com renda mensal de até seis salários mínimos. Essas áreas são elegíveis para receber recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os loteamentos instituídos como Áreas de Interesse Social por decreto municipal são:

- Loteamento Residencial Reinoso – Decretos nº 2.851/2019 e 2.876/2019, posteriormente revogados pelos Decretos nº 3.189/2023 e 3.275/2024; e
- Loteamento Vila Toscana II - Decreto nº 2.917/2020.

Por fim, o censo demográfico de 2022 (IBGE) levantou os seguintes dados referentes à inadequação de domicílios em Urupês:

- 540 pessoas (3,94%) com esgotamento sanitário em fossa rudimentar ou buraco;
- Quatro pessoas (0,03%) que não tinham banheiro ou sanitário - embora o número seja pequeno, essa condição é considerada uma das formas mais graves de inadequação habitacional, pois compromete diretamente a dignidade e a higiene dos moradores; e
- Nenhum domicílio ou pessoa residente em favela ou comunidade urbana.

Esses dados apontam que, embora Urupês não possua favelas, ainda há desafios importantes relacionados ao saneamento básico. A presença de fossas rudimentares e a ausência de banheiros em alguns domicílios mostram que há uma parcela da população vivendo em condições que não atendem aos padrões mínimos de infraestrutura. O acompanhamento da divulgação dos resultados do censo é necessário para qualificar a localização desta população, se urbana ou rural, por exemplo, entre outras condições de moradia.

5.6. Identificação do patrimônio de interesse histórico e cultural

Até o momento não há registros públicos de bens tombados oficialmente no município pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) — órgão responsável pelo tombamento estadual em São Paulo —, ou em nível municipal. No entanto, Urupês possui um relevante patrimônio cultural.

No campo material, destaca-se a Igreja Matriz de São Lourenço, que abriga esculturas, imagens sacras, altares e a Relíquia de São Lourenço, fragmento ósseo do padroeiro local, valor religioso e histórico. Soma-se a esse conjunto o Arranjo Produtivo Local do Jeans, com cerca de 70 fábricas que respondem por 60% dos empregos formais do município e significativa produção, o que aponta Urupês como polo produtivo e culturalmente marcado pela indústria têxtil. Além disso, o município integra a Rota Caipira, eixo turístico regional voltado à valorização da cultura caipira, do turismo rural, da gastronomia típica e das tradições populares, favorecendo a integração com cidades vizinhas como Catanduva, Itajobi, Uchoa e São José do Rio Preto, e reforçando a identidade cultural do interior paulista.

5.7. Distribuição dos equipamentos comunitários

Neste item serão apresentados os dados relativos à distribuição dos estabelecimentos comunitários, conforme os dados disponíveis no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE, 2022) e complementadas por informações publicadas pela Prefeitura municipal de Urupês¹⁶. A seguir, estão listados os principais equipamentos públicos relacionados a estas políticas setoriais:

Equipamentos de **saúde**:

- UBS Urupês;
- UBS Dr. Xisto Albarelli Rangel;

¹⁶ Foram consultadas notícias disponíveis no portal da Prefeitura Municipal de Urupês na data de 01 de outubro de 2025.

- ESF Hanz Ronald Froelich;
- ESF Dr. Rahal Tebet;
- Hospital São Lourenço (Santa Casa): com centro cirúrgico, atende a municípios vizinhos com procedimentos de baixa e média complexidade;
- Unidade Móvel do Hospital de Amor de Barreto: saúde da mulher; e
- Centro de Atendimento à Criança: com centro de reabilitação infantil.

Equipamentos de **educação**:

- CEMEI Prefeito Zé Ito;
- Associação de Assistência à Criança de Urupês;
- EMEI Profa. Tereza Yalenti Peroza;
- EMEF Athair da Silva Rosa;
- EMEF Prof. Olivia Sahaio;
- EMEF Maria da Glória Robert Lima de Almeida; e
- EEPSP Rubens Gerreira Martins.

Equipamentos de **assistência social**:

- Casa Lar da Criança e do Adolescente;
- Centro de Convivência Criança Feliz;
- Centro de Referência de Assistência Social; e
- Lar São Vicente Paulo de Urupês.

Equipamentos de **cultura, esporte e lazer**:

- Ginásio de Esportes Dr. Ulysses Guimarães (“Quadra Coberta”);
- Quadra de areia de Urupês;
- Campo de Futebol Society;
- Pista de Skate Edemar Siqueira (Demá);
- Pista de Atletismo no bairro Residencial Urupês III;
- Piscina pública municipal;
- Centro de Lazer do Trabalhador Antonio Felizardo;
- Centro de Convivência do Idoso;
- Parque Governador Mário Covas (Parque dos Lagos) – ponto de encontro e espaço para prática de atividades físicas;
- Praça Central – ponto de encontro da população, especialmente aos finais de semana, e sede de eventos como a Feira da Família;
- Praça Álvaro Veiga;
- Praça Chafik Saab;
- Praça de São João do Itaguaçu – localizada no distrito de São João de Itaguaçu;
- Centro Cultural Sebastião Gonçalves (Teco) – comporta a Biblioteca Municipal; e
- Recinto de Exposições.

Cabem os seguintes destaques em relação aos equipamentos comunitários em Urupês:

- Segundo o PDUI-RMSJRP (2022), Urupês está entre os 11 municípios da região metropolitana que não atendem ao parâmetro da Organização Mundial da Saúde de três a cinco leitos por mil habitantes. Segundo o estudo, em 2019 o município possuía 11 leitos do SUS, o que corresponde a 2,58 leitos hospitalares por mil habitantes;
- A dengue é uma preocupação no município, demandando atenção especial dos códigos de obras e posturas, por exemplo, além da adoção de ações preventivas. A prefeitura tem adotado medidas específicas para combater os focos de *Aedes Aegypti*, como o mapeamento de 52 áreas de risco, que poderão ser avaliadas para regulamentação nos instrumentos urbanísticos para apoiar a política de saúde pública;
- Segundo a Prefeitura Municipal, está em construção a Escola Leonor Carrera Isique, no bairro Manoel Carreira, com previsão para comportar cerca de 160 alunos do Ensino Fundamental I, e reduzir a quantidade de alunos por sala na Escola Maria da Glória Robert Lima de Almeida;
- A prefeitura está prevendo a construção de um novo espaço cultural multiuso próximo ao Parque dos Lagos, com infraestrutura para apresentações musicais e teatrais, exposições, salas de aula e outras atividades culturais.;
- Urupês possui um Polo Municipal da Univesp, um ponto de apoio presencial a cursos de graduação gratuitos oferecidos à distância, em parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Além disso, o município oferece transporte para instituições de ensino superior em Catanduva e São José do Rio Preto, e transporte de educação especial para escolas especializadas em Catanduva;
- As principais festividades da cidade são a ExpoCultura (Festa das Nações), realizada no Recinto de Exposições; Festa do Padroeiro da Cidade; Festa do Peão de Urupês; Desfile Cívico em comemoração ao aniversário da cidade; e Jogos da Primavera. A ExpoCultura possui envergadura regional, registrando público de cerca de 15 mil pessoas ao longo dos dias de evento em sua última edição; e
- A religiosidade faz parte da cultura local, perceptível em cultos e reuniões presentes em praticamente todos os bairros, durante a semana e nos fins de semana (CRIVELARO, 2008) - o que também pode ser observado em São João de Itaguaçu, onde é realizada a Festa de São João Batista.

5.8. Considerações finais

A análise da evolução territorial de Urupês indica crescimento populacional estável, porém em ritmo inferior à média regional, com tendência de envelhecimento da população. Na área urbana, a expansão recente se concentra em bairros periféricos, com novos loteamentos entre

2010 e 2021, direcionados aos vetores leste, oeste e sul, enquanto as áreas centrais apresentam baixa dinâmica construtiva.

Na Sede urbana, usos mistos concentram-se no Centro, enquanto as áreas periféricas registram maior dinâmica construtiva. As expansões ao sul e oeste mantêm padrão residencial, com baixa diversidade de usos e ausência de domicílios coletivos, evidenciando déficit de comércio e serviços. Atividades agropecuárias persistem em áreas periféricas como Jardim São Paulo e franja sudeste, caracterizando interfaces urbano-rurais. No distrito de São João de Itaguaçu, observa-se centralidade definida, com usos agropecuários nas bordas, configurando a transição para o rural.

No meio rural, observa-se predominância das lavouras temporárias especializadas, especialmente cana-de-açúcar, implicando riscos à segurança hídrica devido ao baixo índice de atendimento de água. Esta questão tem sido evidenciada no planejamento metropolitano, sendo recorrente em outros municípios da região.

O sistema de mobilidade é estruturado pela Rodovia SP-379, único eixo viário de ligação regional. A malha urbana é ortogonal e pavimentada, porém com conectividade limitada nas periferias. A frota alcançou em 2025 taxa de motorização superior à média estadual, mas com redução da participação do automóvel. Como alternativa, o transporte público se organiza em conexões intermunicipais e no serviço gratuito Expresso Urupês, que cobre toda a Sede urbana, ainda que com menor densidade nas periferias, e se estende para o distrito de São João de Itaguaçu.

O sistema de habitação de Urupês se organiza por meio do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS), instituído em 2008, embora não defina critérios claros para enquadramento como habitação de interesse social. Desde a década de 1990, o município desenvolveu conjuntos habitacionais via CDHU, Nossa Casa-CDHU e Programa Minha Casa, Minha Vida, além de instituir Áreas de Interesse Social entre 2019 e 2024.

Equipamentos comunitários de saúde e educação concentram-se na área urbana. Há déficit de leitos hospitalares e desigualdade na oferta de ensino infantil, com bairros e loteamentos distantes dos equipamentos, motivando projetos como nova UBS e escola. A carência de infraestrutura em áreas afastadas reforça a necessidade de expansão de equipamentos e transporte público.

5.9. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran)**. Frota de veículos – série histórica, 2014–2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/estatisticas-frota-de-veiculos-senatran>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). **Série Histórica: Águas Pluviais**. Disponível em: <https://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em 22 de set. 2025.

CRIVELARO, Sérgio Henrique R. **Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios : caso: município de Urupês (SP)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, Unicamp, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2008.433985>. Acesso em 12 set. 2025.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P14 – Macrozoneamento e Ordenamento do Solo**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P13 – Caderno Final de Propostas**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P7 – Diagnóstico**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P5 – Panorama Regional**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P3 – Mapeamento da Leitura Unificada dos Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais da Região Metropolitana de São José do Rio Preto**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana de São José do Rio Preto. **P2 – Mapeamento dos Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais da Região Metropolitana de São José do Rio Preto**. São Paulo: FIPE; SEDS, 2022.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **SEADE População**. São Paulo: SEADE, 2025. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Sinopse**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Sinopse**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: São Paulo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>. Acesso em: 22 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros com Data de Referência em 1º de julho de 1992**. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_1992/estimativa_populacao_1992.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Urupês**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/urupes/pesquisa/23/27652?detalhes=true>

MAPBIOMAS. **Coleção 10 do Projeto MapBiomias – Mapas Anuais de Uso e Cobertura da Terra no Brasil (1985–2024)**. Atualização agosto/2025. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 8 set. 2025. Dados públicos sob licença CC-BY. Referência científica: SOUZA, C. M. et al. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. *Remote Sensing*, v. 12, n. 17, p. 2735, 2020.

MORAES DE SOUZA, Paulo Henrique; FRANCO, Luiz Henrique F.; ANDRETTA, Victor F.; ALVES, Vicente E. L. Análise da Dinâmica de Produção da Borracha, do Limão e da Cana-de-Açúcar na Mesorregião de São José do Rio Preto-SP. **Caderno de Geografia**. v. 35, n. 81. 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/35722/24114>. Acesso em: 29 set. 2025.

OPENSTREETMAP. **Pontos de Ônibus em Urupês SP**. Disponível em: https://umap.openstreetmap.fr/en/map/pontos-de-onibus-em-urupessp_629718#15/-21.2053/-49.2869. Acesso em 30 set. 2025.

SÃO PAULO. **Pesquisa Protocolo Dispensa de Aprovados GRAPROHAB**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Disponível em: <https://app.habitacao.sp.gov.br/habforms/graprohab/PesquisaProtocoloDispensaAprovados.aspx>. Acesso em: 29 set. 2025.

URUPÊS. **Lei nº 2.843, de 7 de agosto de 2025**. Altera a redação do art. 13 e inciso II do art. 15 da Lei nº 2.191, de 04 de julho de 2013 (Lei do Zoneamento) e dá outras providências. Urupês, SP, 2025. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/cidade/legislacao/lei.php?id=2493>.

URUPÊS. **Lei nº 1.811, de 10 de março de 2008**. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho-Gestor do FHIS. Urupês, SP, 2008. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/cidade/legislacao/lei.php?id=371>.

URUPÊS. **Lei nº 1.489, de 25 de setembro de 2000.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Distrito Industrial, Comercial e de Serviços “José dos Santos Lima”, de Urupês e dá outras providências. Urupês, SP, 2000. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/cidade/legislacao/lei.php?id=996>.

URUPÊS. **Cursos de Ensino Superior (Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP).** Serviços. Prefeitura Municipal de Urupês, 2025a. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/servicos/carta-de-servicos/servico.php?id=264>.

URUPÊS. **Em apenas um dia, mapeamento com drones identifica 52 áreas de risco de dengue em Urupês.** Urupês: Prefeitura Municipal de Urupês, 2025b. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/noticias/noticia.php?id=2093>.

URUPÊS. **Prefeitura de Urupês convoca audiência pública para discutir reorganização do trânsito.** Urupês: Prefeitura Municipal de Urupês, 2025c. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/noticias/noticia.php?id=2112>.

URUPÊS. **A Construção da Escola Leonor Carrera Isique está a todo o vapor.** Urupês: Prefeitura Municipal de Urupês, 2024. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/noticias/noticia.php?id=1901>.

URUPÊS. **Expresso Urupês completa dois anos de mobilidade gratuita e eficiente.** Urupês: Prefeitura Municipal de Urupês, 2023. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/noticias/noticia.php?id=1861>.

URUPÊS. **Prefeitura conquista mais 50 casas populares para Urupês.** Urupês: Prefeitura Municipal de Urupês, 2020. Disponível em: <https://www.urupes.sp.gov.br/noticias/noticia.php?id=820>.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Urupês está inserido na Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), integrando a sub-região de José Bonifácio, o que reforça sua articulação socioeconômica e territorial com outros 36 municípios. Essa posição estratégica, conectada por importantes eixos rodoviários nacionais e regionais, favorece o acesso a polos urbanos e mercados maiores, como São José do Rio Preto, que exerce forte influência econômica, social e de serviços, sobretudo na área da saúde. A inserção regional de Urupês contribui para o seu desenvolvimento, embora também imponha desafios relacionados à integração de políticas metropolitanas e ao fortalecimento das vocações locais diante da dinâmica metropolitana.

No âmbito demográfico e territorial, Urupês apresenta crescimento populacional estável, porém abaixo da média regional, com tendência de envelhecimento e concentração da expansão urbana em áreas periféricas. A mancha urbana mantém baixa diversidade de usos e insuficiente oferta de comércio e serviços, especialmente nas regiões em expansão, o que limita a qualidade de vida e a inclusão social. A coexistência entre a urbanização e as atividades agropecuárias, principalmente em zonas de transição e no distrito de São João de Itaguaçu, demanda planejamento cuidadoso para conciliar usos rurais e urbanos, preservando o meio ambiente e promovendo a ocupação ordenada.

Economicamente, o município tem se destacado pelo expressivo crescimento do PIB per capita, impulsionado pela agropecuária, especialmente a cana-de-açúcar, e pela expansão do setor industrial, notadamente na confecção têxtil. Apesar dos avanços, a economia local ainda é pouco diversificada e depende significativamente de transferências financeiras, o que pode limitar sua autonomia e capacidade de investimento. O mercado de trabalho mostra evolução, mas os rendimentos médios continuam abaixo das médias regional e estadual, reforçando a necessidade de políticas para diversificação econômica e fortalecimento do setor de serviços e comércio.

No que se refere ao meio ambiente e infraestrutura, Urupês enfrenta desafios relevantes em relação à preservação dos recursos hídricos, em especial a proteção do Aquífero Bauru, cuja contaminação por agrotóxicos exige ações rigorosas. A vulnerabilidade climática, com incidência crescente de secas, reforça a urgência de políticas integradas de adaptação e mitigação. A mobilidade é limitada a um único eixo viário de ligação regional, enquanto a conectividade interna e o transporte público carecem de ampliação, sobretudo nas periferias. O sistema habitacional necessita de critérios mais claros e expansão para atender à demanda social. Por fim, indicadores de saúde e educação mostram avanços, porém persistem desafios para a melhoria da atenção básica, ampliação da rede de equipamentos e garantia da qualidade dos serviços públicos. Dessa forma, o planejamento municipal deve atuar de forma integrada, promovendo um desenvolvimento sustentável, inclusivo e alinhado à dinâmica regional.